

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANDRÉIA PEREIRA CALIXTO

**ASSENTAMENTO ROSELI NUNES COMO CONTRA-
ESPAÇO: TRAJETÓRIA E REPERCUSSÕES NA DINÂMICA
ESPACIAL DE MIRASSOL D'OESTE - MATO GROSSO**

CÁCERES-MT

2017

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANDRÉIA PEREIRA CALIXTO

**ASSENTAMENTO ROSELI NUNES COMO CONTRA-
ESPAÇO: TRAJETÓRIA E REPERCUSSÕES NA DINÂMICA
ESPACIAL DE MIRASSOL D'OESTE - MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Oliveira Soares

CÁCERES-MT

2017

Calixto, Andréia Pereira

Assentamento Roseli Nunes como contra-espço: trajetória e repercussões na dinâmica espacial de Mirassol D'Oeste – Mato Grosso./Andréia Pereira Calixto. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.

126f

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Orientador: José Carlos de Oliveira Soares

1. Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'Oeste/MT. 2. Uso da Terra. 3. Contra-espço – sudoeste de Mato Grosso. I. Título.

CDU: 911.373(817.2)


ANDRÉIA PEREIRA CALIXTO

**ASSENTAMENTO ROSELI NUNES COMO CONTRA-ESPAÇO: TRAJETÓRIA E
REPERCUSSÕES NA DINÂMICA ESPACIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MATO GROSSO**

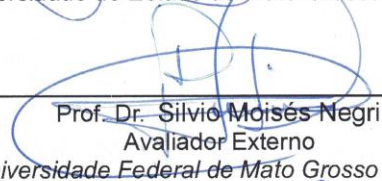
Essa Dissertação foi julgada e aprovada como partes dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Cáceres, 22 de setembro de 2017.


Banca examinadora



Prof. Dr. José Carlos de Oliveira Soares
Orientador
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Prof. Dr. Silvio Moisés Negri
Avaliador Externo
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



Prof. Dr. Evaldo Ferreira
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

**CÁCERES
MATO GROSSO, BRASIL
2017**

AGRADECIMENTOS

Produzir uma dissertação de mestrado me provou ser um grande desafio. Por vezes meus limites foram postos à prova junto a minha capacidade física, emocional e mental. Conciliar os desejos e anseios da vida pessoal e a vontade de realizar um trabalho com nível voltado para as expectativas e demandas da profissão não é fácil.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força que me destes pra seguir em frente, por ter me proporcionado sabedoria para conclusão deste trabalho, uma oportunidade de aprender a interpretar o mundo com uma visão diferente, sempre regada de mais conhecimento.

A minha filha, Ana Clara, que me acompanhou durante essa trajetória. Pelos momentos em que me desconcentrou, por competir em atenção com meu trabalho, e sempre me ensinando o que era mais importante.

Ao meu orientador José Carlos de O. Soares, que foi meu orientador durante toda a graduação e no mestrado, que me acompanhou durante todo o curso. Mesmo que você já esteja me acompanhando desde a monografia de graduação, com uma temática totalmente diferente, comemoro agora o alvorecer de uma parceria promissora nestas investigações sobre o contra-espço que nos revela grande lições e novas discussões futuras.

Agradeço a todos os professores e funcionários do PPGGEO-UNEMAT, pelos dois anos que fui estudante dessa casa. Agradeço especialmente aos professores com os quais tive a oportunidade de estudar neste período: Aumeri C. Bampi, Alfredo Zenén Domínguez González, Luciana P. Viegas, Evaldo Ferreira, Célia Alves e Judite do Carmo.

Agradeço aos professores membros da banca de qualificação, Evaldo Ferreira e Silvio Negri, cujos comentários trouxeram grande ajuda para realizar os ajustes necessários na pesquisa.

Não posso deixar de agradecer as famílias assentadas que participaram das entrevistas e em especial a minha tia Miraci, que nos recebeu em sua casa de forma acolhedora, enriquecendo nossa pesquisa.

Agradeço a todos, que direta ou indiretamente torceram pelo meu sucesso, pela minha chegada até aqui. Meu muito obrigado a todos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE TABELAS.....	13
LISTA DE SIGLAS.....	14
RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
CAPÍTULO I	17
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO II	23
2. ESPAÇO, FORMAÇÃO SOCIO ESPACIAL, CONTRA-ESPAÇO E ALUTA PELA TERRA: CAMINHOS TEORICOS PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA ESPACIAL DE MIRASSOL D'OESTE.....	23
2.1 O espaço como tese e formação sócio espacial como categoria de análise.....	23
2.1.1 O espaço.....	23
2.1.2 Formação Sócio Espacial e a Leitura do Espaço.....	27
2.2 Contra-Espaço e luta pela terra: a contestação como antítese do espaço.....	31
2.2.1 Contra espaço.....	31
2.2.2 A Luta pela Terra como expressão de Contra-Espaço	32
2.2.2.1 A questão da terra em Mato Grosso.....	40
2.3 O MST e o contra espaço no meio agrário brasileiro.....	43
CAPÍTULO III	50
3. MATRIZES HISTÓRICAS DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DE MIRASSOL D'OESTE.....	50
3.1 A Expansão do Capital e a (Geo) Política do Governo Brasileiro no Pós Guerra: migrantes que chegam e que transformam o espaço regional.....	50
3.2 A tomada do Espaço de Mirassol d'oeste: personagens e tramas no espaço	55
3.2.1 As tramas e desafios dos primeiros colonizadores.....	55
3.3 Da pequena a Grande Propriedade: o espaço e a sua (re) estruturação.....	59
3.3.1 Os aspectos físicos-geográficos do local e a forma de apropriação das terras.....	60
3.3.1.1 Os atributos geográficos e a fixação na terra.....	62
3.3.2 O Uso da terra, a dinamização do comércio e o surgimento do	63

núcleo urbano.....	
3.3.2.1 O uso da terra na fase do algodão.....	69
3.3.2.1.1 O declínio do algodão e repercussões no uso da terra.....	74
3.3.3 A pecuária bovina e a concentração de terras: bases espaciais para os reclames de Contra-espço.....	80
3.3.1 O espaço agrário é contestado: a mobilização do contra espaço via MST.....	89
3.3.3.2 Fontes históricas do contra espaço: as sementes germinadoras da formação do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso.....	91
4. O ASSENTAMENTO ROSELI NUNES E A (RE) ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.....	98
4.1 Do acampamento a Consolidação do Assentamento: entre utopia, dificuldades, estratégias e perseverança.....	98
4.1.1 O acampamento como contra-espço: os motivos da luta, as dificuldades encontradas, as estratégias utilizadas e a perseverança.....	98
4.1.2 O contra-espço se espacializa: a materialização do Assentamento.....	106
4.2 O Assentamento e Reflexos na Dinâmica Socioeconômica de Mirassol D'oeste.....	115
4.2.1 O Panorama Socioeconômico de Mirassol D'Oeste: algumas relações.....	115
4.2.2 O Contexto Agrário e o Assentamento: o meio agrícola.....	117
4.2.2.1 O contexto da pecuária.....	124
CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização do município de Mirassol D'Oeste e do assentamento Roseli Nunes.....	22
Figura 2	Início da estruturação do espaço urbano de Mirassol D'Oeste.....	65
Figura 3	Forma e a função de antigas estruturas no espaço urbano, hoje, modificados para outras demandas.....	67
Figura 4	Rua 28 de Outubro.....	68
Figura 5	Forma e função antigos galpões.....	68
Figura 6	Lavoura de algodão no Distrito de Horizonte D'Oeste, nas proximidades de Mirassol D' Oeste.....	71
Figura 7	Lavoura de algodão na localidade de Horizonte D'Oeste, Cáceres-MT, divisa com Mirassol D'Oeste.....	72
Figura 8	Municípios produtores de algodão em Mato Grosso, destacando os municípios afetados pelo Bicudo na Região da Grande Cáceres, ano de 1993.....	77
Figura 9	Galpão da antiga Algodoeira Ivai Ltda. ME.....	79
Figura 10	Galpão da antiga Algodoeira Aguil de Mirassol D'Oeste.....	79
Figura 11	Cartograma demonstrando a densidade do rebanho bovino na região que hoje compreende Mirassol D'Oeste 1980.....	82
Figura 12	Densidade de bovinos na região do município de Mirassol D'Oeste em 1995.....	83
Figura 13	Trajetória do MST até a chegada à Região da Grande Cáceres.....	92
Figura 14	Mapa do assentamento Roseli Nunes.....	107
Figura 15	Plantação de hortaliças no quintal de um assentado.....	122
Figura 16	Plantação de banana no assentamento.....	122
Figura 17	Gado bovino para produção leiteira no assentamento.....	126
Figura 18	Resfriador de leite do assentamento.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Questionário aplicado aos assentados.....	21
Quadro 2	Programas de Reforma agrária no Governo Militar 1969/1970.....	37
Quadro 3	População residente/ estimada de Mirassol D' Oeste entre os anos de 1980 e 2016.....	88
Quadro 4	Motivação, dificuldades encontradas, estratégias utilizadas e fatores de perseverança na fase do acampamento.....	100
Quadro 5	Dificuldades encontradas, estratégias utilizadas pelos recém-assentados e a participação do poder público no início de estruturação do assentamento.....	110
Quadro 6	Assentamentos e números de famílias localizadas no meio rural de Mirassol D'Oeste.....	119
Quadro 7	Espécies e volume de produção da pecuária em Mirassol D'Oeste entre os anos de 1996, 2006 e 2016.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Brasil - Número de ocupações e número de famílias – participação do MST- 1996/1999.....	44
Tabela 2	Brasil - ocupações de terras – 1990/1994 e 1995/1999.....	46
Tabela 3	Número de estabelecimentos e pessoal ocupado no ano de 1980.....	63
Tabela 4	Área plantada e quantidade de algodão produzida em Mirassol D’ Oeste nos, safras de 1993 e 1995.....	74
Tabela 5	Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos anos de 1980 e 1995.....	84
Tabela 6	Demonstrativa dos avanços e recuos da população de Mirassol D’Oeste entre os anos de 1980 e 2012.....	86
Tabela 7	A evolução na arrecadação por setores de produção no município de Mirassol D’Oeste entre 1999, 2000 e 2014.....	11 6
Tabela 8	Produção das lavouras temporárias e permanente no ano de 1996.....	11 8
Tabela 9	Produção das principais lavouras em Mirassol D’ Oeste entre os anos de 2006 e 2015.....	11 8
Tabela 10	Relação do número de empresas e empregos gerados no município entre 2010 e 2014.....	12 7
Tabela 11	Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos anos de 1980 e 1995.....	12 8

LISTA DE SIGLAS

ARPA - Associação Regional dos Produtores Agroecológicos
CTP - Comissão Pastoral da Terra
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERB - Cooperativa Rio Branco
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária
FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Indea – MT - Instituto de defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
PIN - Plano de Integração Nacional
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROALCOOL - Programa Nacional Do Álcool
Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
Prodeste - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Poloamazônia - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
Prodepan - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
SEPLAN – MT - Secretaria de Estado de Planejamento

RESUMO

O Espaço Organizado é o resultado das várias práticas sociais suscitadas a partir de condicionantes políticos, econômicos, culturais, entre outros. Por outro lado, os movimentos que contestam essa realidade do espaço resultante das práticas sociais, dão conteúdo ao “Contra-espaço”. Este raciocínio teórico é que sustenta o empreendimento desta pesquisa, tomando como recorte os assentamentos rurais. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi de reconhecer o assentamento rural Roseli Nunes como expressão de contra-espaço no Sudoeste do Estado de Mato Grosso, avaliando sua trajetória como campo de força e os reflexos que produz na atual dinâmica socioeconômica do município de Mirassol D’Oeste. A metodologia utilizada consta de análises em fontes secundárias tais como livros, dissertações, teses e atualmente em materiais digitais. Consultaram-se ainda dados constantes de fontes oficiais como Informativo Populacional e Econômico de Mato Grosso (2005, 2008), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN-MT). Procedeu-se atividade de campo onde realizou-se entrevistas semiestruturadas com os assentados. Neste caso, priorizou-se aqueles sujeitos que participam do assentamento desde a fase de acampamento, as atuais lideranças dos diversos setores que organizam a vida comunitária e agentes políticos do município. Fez-se relação entre os dados levantados nas fontes e os dados levantados na empiria e coleta nas entrevistas. Da obtenção destes dados procederam-se correlações que permitiram conclusões. Os resultados mostram que o assentamento é expressão concreta de um campo de forças que atuou e tem atuado decisivamente na reorganização da estrutura agrária da região Sudoeste de Mato Grosso e atualmente influi decisivamente na dinâmica socioeconômica de Mirassol D’Oeste. Esta reorganização do espaço é direta no ambiente agrário, entretanto, seus reflexos extrapolam os limites do meio rural e se manifestam no município como um todo. No meio rural reorienta a questão fundiária recortando antigos latifúndios, aumentando o número de pequenas propriedades. Dinamiza a produção agropecuária com a retomada da agricultura familiar e ampliação da atividade leiteira. No meio urbano, a atividade produtiva no assentamento provoca modificação na economia local, dinamizando o comércio, os serviços e ainda mobilizam ações que culminam na adoção de políticas públicas. Assim, assentamento é, ao mesmo tempo, Espaço e Contra-espaço. Enquanto movimento que questionou o espaço do latifúndio na Região e luta pela reforma agrária nos anos de 1990 é contra-espaço. Como espaço de produção econômica que se realizada nas diversas práticas no contexto socioeconômico do município, é espaço. Na vida comunitária do agora que se organiza e compõem estratégias de sobrevivência frente ao capital do grande pecuarista e/ou dos usineiros, é novamente contra-espaço.

Palavras-chave: Assentamento Roseli Nunes; Contra-espaço; Uso da terra;

ABSTRACT

The Organized Space is the result of the various social practices arising from political, economic and cultural constraints, among others. On the other hand, movements that challenge this reality of space resulting from social practices, give content to the "Counter-space". This theoretical reasoning is what sustains the enterprise of this research, taking as a cutback the rural settlements. In this sense, the objective of this work was to recognize the rural settlement Roseli Nunes as an expression of counter - space in the Southwest of the State of Mato Grosso, evaluating its trajectory as Field of force and the reflexes that it produces in the current socioeconomic dynamics of the municipality of Mirassol D'Oeste. The methodology used consists of analyzes in secondary sources such as books, dissertations, theses and currently in digital materials. Consistent data were also obtained from official sources such as the Population and Economic Information of Mato Grosso (2005, 2008), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Secretary of State for Planning (SEPLAN-MT). A field activity was carried out where semi-structured interviews were conducted with the settlers. In this case, prioritized those subjects who participated in the settlement from the camp phase, the current leaderships of the various sectors that organize the community life and political agents of the municipality. There was a relationship between the data collected in the sources and the data collected in the empiria and collection in the interviews. From the data collection, correlations were. The results show that the settlement is a concrete expression of a field of forces that has acted and has acted decisively in the reorganization of the agrarian structure of the Southwest region of Mato Grosso and currently influences decisively the socioeconomic dynamics of Mirassol D'Oeste. This reorganization of space is direct in the agrarian environment, however, its reflexes extrapolate the limits of the rural environment and are manifested in the municipality as a whole. In rural areas it reorients the land issue by cutting old estates, increasing the number of small farms. Stimulates agricultural production with the resumption of family farming and expansion of milk production. In the urban environment, productive activity in the settlement causes a change in the local economy, stimulating trade, services and mobilizing actions that culminate in the adoption of public policies. Thus, settlement is, at the same time, Space and Counter-space. As a movement that questioned the latifundium space in the Region and struggles for agrarian reform in the 1990s, it is counter - space. As an economic production space that is realized in the diverse practices in the socioeconomic context of the municipality, it is space. In the community life of the now organized and compose strategies of survival against the capital of the great rancher and / or the planters, it is again counter space.

Keywords: Roseli Nunes settlement; Counter - space; Land use;

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A produção do espaço geográfico pressupõe as ações do trabalho humano no sentido de organizar suas relações entre si e, destes, com a natureza. De acordo com Moreira (2010), o Espaço Organizado, também chamado de Espaço Geográfico, é o resultado da coabitação entre os vários elementos e práticas que compõem o corpo social, sendo assim, a coabitação é o conteúdo necessário da convivência espacial dos homens. Neste sentido, concluem-se as várias práticas sociais suscitadas a partir de condicionantes políticos, econômicos e culturais, entre outros, é que dão forma aos diversos arranjos que qualificam o espaço.

Depreende-se que o Espaço é o resultado das atividades humanas ao longo do tempo e as regulações feitas através dos contextos infraestruturais e superestruturais, respectivamente, os econômicos, políticos e jurídico-culturais dão sentido aos arranjos que são materializados na paisagem (MOREIRA, 2010). Assim, o Espaço é a realidade social vigente, ou seja, o status quo das práticas espaciais num determinado período de tempo.

Por outro lado, Moreira (2006) alude que, se o Espaço Organizado é a realidade social vigente, os movimentos que o contestam são assim chamado de “Contra-espaço”. Para Moreira (2006) o espaço disciplinar não é um consenso na sociedade civil burguesa, desta forma, os que não se identificam e o questionam respondem no e pelo contra-espaço. Este é, portanto, uma insurreição de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento rural, uma favela como forma de movimento de ocupação-assentamento urbano, mas também um ritual de capoeira ou de candomblé, como também um modo individualizado e recluso de morar, entre outros.

Este raciocínio teórico à luz do conceito de contra-espaço é que sinaliza para o empreendimento desta pesquisa, no contexto das lutas observadas no cenário agrícola do Sudoeste de Mato Grosso, onde as variáveis da questão da política e da economia são determinantes da organização e dinâmica do espaço regional.

A partir da década de 1970 a porção da região Sudoeste de Mato Grosso passou por um intenso processo de ocupação. Segundo Soares (2014), esse processo teve como característica a inserção no campo de famílias oriundas do Sul

e Sudeste do Brasil que se dedicaram a atividade familiar em pequenas propriedades. Entretanto, com a abertura de novas fronteiras agrícolas no Estado de Rondônia, e ainda, a expansão das atividades agroexportadoras no chamado Chapadão dos Parecis, no Estado de Mato Grosso, serviu como elementos de atração para essa população que aqui tinha se radicado nas décadas de 1970 e 1980. Esse processo veio acompanhado do avanço da pecuária extensiva e da cultura da cana que também se instalou na região por ocasião do Programa PROALCOOL, que visava expandir a produção de etanol no País (SOARES, 2009).

Com o advento da expansão das atividades monocultoras no cerrado e também nas grandes fazendas de gado, passa-se a observar a “expulsão” do pequeno produtor de suas terras. No contexto desse novo cenário sobre a distribuição e uso da terra em Mato Grosso e na região, observa-se pressões sociais que aparecem como formas de contestação a aquelas até então articuladas para a Organização do Espaço regional. Esse processo forja uma nova demanda social pela terra, caracterizada por invasões e violência no campo. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge como o reclame de uma parcela da população que fora anteriormente desterritorializada pelo capital usurpador (MORENO; HIGA 2005). Desse contexto, surgem diversos programas de assentamentos rurais e muitos deles localizar-se-ão na região da chamada Grande Cáceres.

O espaço agrário na região passa a ver a modernização da agricultura e grandes fazendeiros com interesses capitalistas de outras regiões do país que avançam para a região Centro-Oeste, iniciando neste instante históricas questões fundiárias e como consequências a expulsão dos pequenos produtores de suas terras, também chamados de camponeses, considerando assim uma nova reestruturação do espaço agrário em Mato Grosso.

Especificamente na Região Sudoeste de Mato Grosso, no final da década de 1980, ocorrem mudanças na forma de distribuição da terra e tamanho das propriedades. Entra em cena a pecuária extensiva e a monocultura da cana. Ocorre diminuição do número de propriedades e os grandes pecuaristas de corte com o industrial do álcool tornam-se protagonistas. Os pequenos produtores passaram a ter menos espaço no campo e, assim, passam a ser marginalizados e “expulsos” de suas terras com mais intensidade. O crescimento das atividades econômicas no espaço agrário e inserção de novas culturas transformam e reestruturam as formas

de organização espacial e socioeconômica na região. Escrevendo sobre assunto em trabalho desenvolvido na região, Soares (2014) menciona que se trata de conflitos entre sujeitos do capital da pecuária de corte, da cana monocultora e pequeno produtor de leite.

Na década de 1990, no contexto do debate da reforma agrária, entra em cena sujeitos mobilizadores da reorganização do espaço rural na região. É o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que aparecem como forças atuantes do contra-espaço no cenário regional. Neste sentido, diante da problemática apontada se delinea a seguinte questão: composto por sujeitos que questionam o espaço do latifúndio na década de 1990, como o assentamento Roseli Nunes, através das estratégias e práticas dos seus sujeitos, firmou-se e tem se firmado como contra-espaço na região e que reflexos estas práticas provocam na dinâmica socioeconômica de Mirassol D'Oeste-MT?

Assim, o objetivo deste trabalho foi de reconhecer o assentamento rural Roseli Nunes como expressão de contra-espaço no Sudoeste do Estado de Mato Grosso, avaliando sua trajetória como campo de força e de contestação, bem como os reflexos que produz na atual dinâmica socioeconômica do município de Mirassol D'Oeste.

A discussão teve como ponto de partida os conceitos de espaço e contra-espaço (MOREIRA, 2010). O método teórico pelo qual delineou a busca de dados e a argumentação se pautou na Teoria da Formação Socioespacial, onde procura-se explicar o arranjo que ocorre em um certo recorte do espaço da atualidade, como resultante das práticas empreendidas pelos sujeitos no espaço-tempo, em função das demandas do capital em suas fases, combinados com os atributos geográficos de cada localidade. Isso levou-nos ao diálogo com personagens que vivenciaram essas fases e demandas do capital no município de Mirassol D'Oeste, bem como a verificação em documentos e/ou dados constantes em sítios oficiais.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos desta pesquisa constam das seguintes etapas: primeira empiria para colher as impressões problematizadas e respectiva volta ao turno de gabinete para checagem em documentos (trabalhos acadêmicos) e dados oficiais para esmiuçar informações pertinentes à realidade visitada. Em seguida, retorno a campo para contrapor as informações levantadas com a realidade aparente, validando-os ou refutando-os através do diálogo com os seus personagens.

A pesquisa documental constou da análise minuciosa em trabalhos acadêmicos já desenvolvidos na área de estudo e buscas em dados oficiais. Consultaram-se ainda dados constantes de fontes oficiais como Informativo Populacional e Econômico de Mato Grosso (2005, 2008), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEPLAN-MT (Secretaria de Estado de Planejamento), Indea-MT (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), para obter um panorama geral e atual do contexto sócio econômico de Mirassol D'Oeste entre outros.

Procedeu-se atividade de campo onde se realizou coleta de depoimentos e aplicou-se questionário semiestruturado. A coleta de depoimento foi realizada com personagens que participaram ativamente de uma das fases marcantes no processo de formação socioespacial do município e do assentamento em estudo. Neste caso, foram entrevistadas pessoas que se engajaram nesses momentos históricos e dele participaram. Neste sentido, as perguntas realizadas procuraram resgatar as memórias desses momentos o mais profundo possível, de modo que pudesse traduzir as personagens, as tramas e as características do processo de produção do espaço no período arguido. Nesta etapa da pesquisa, foram entrevistadas duas pessoas que informaram sobre o início da formação de Mirassol D'Oeste e suas respectivas fases econômicas até a atualidade e 10 pessoas que vivenciaram todo o processo de constituição do assentamento e do acampamento aos dias atuais, através da aplicação do questionário.

Outro aspecto da coleta de dados se deu através da aplicação de questionário semiestruturado (QUADRO 1), porém, composto em sua maior parte por questões abertas, de modo que possibilitasse o entrevistado aprofundar relatos de suas experiências vividas como acampado e assentado.

Quadro 1: Questionário aplicado aos assentados

<p>1- Para você morar no assentamento, participou desde o processo de formação dos acampamentos () Sim () Não</p> <p><u>Caso afirmativo:</u></p> <p>1.1- Que motivos levaram, juntamente com outras pessoas, a participar do acampamento para reivindicar um lote de terra?</p> <p>1.2 - Durante o processo de acampamento, quais foram as principais dificuldades (as mais rotineiras) encontradas por você e sua família para manter sua sobrevivência?</p> <p>1.3 - Apesar das dificuldades, o que levou a não desistir? Tem notícias de pessoas que desistiram na época? Em sua opinião porque desistiram?</p> <p>1.4 - Diante das dificuldades encontradas, quais eram as estratégias que foram utilizadas para você e outras pessoas resistirem no acampamento?</p>	<p>2- Já como assentado, faz parte das primeiras famílias que iniciaram no assentamento? () Sim () Não</p> <p><u>Caso afirmativo:</u></p> <p>2.1 Quais foram as principais dificuldades encontradas nesse período para que você pudesse permanecer no assentamento? (estradas, moradia, outros).</p> <p>2.2 - Como foi a participação do poder público na superação dessas dificuldades?</p> <p>2.3 - Quais foram as estratégias utilizadas por você e pela comunidade para superar essas dificuldades?</p> <p>2.4 - Das estratégias que foram pensadas pela comunidade, o que você considera que deu certo e mantém até hoje e o que você considera que não deu certo?</p> <p>2.4.1- Sobre o que você considera que não deu certo, que motivos você sugere que tenha colaborado para isso?</p>
<p>3. - Na atualidade, quantas pessoas da sua família residem no assentamento?</p> <p>3.1 - Desses componentes, quantos exercem atividade econômica?</p> <p>3.1.1 - A atividade econômica exercida pelos membros da família, é realizada: () somente no assentamento () no assentamento e também fora () somente fora</p> <p>3.1.1.a - Caso seja somente no assentamento e fora dele, com que atividade se ocupa em cada um, e em que período?</p> <p>3.1.1.b - Caso seja apenas fora do assentamento, onde é mais comum essa atividade e com que se ocupa?</p> <p>3.1.1.c - Que fatores levam você e outros membros da família a ter que procurar atividade econômica fora da sua propriedade ou mesmo fora do assentamento?</p>	<p>4.- Quais são as principais dificuldades encontradas por você e sua família para manter e garantir sua sobrevivência morando no assentamento?</p> <p>5.- Quais são as estratégias utilizadas por você e pela comunidade para superar as dificuldades econômicas que atualmente são enfrentadas pelos assentados? Essas estratégias vêm dando certo? Pode melhorá-la? () Sim () Não</p> <p><u>Caso afirmativo:</u></p> <p>Como?</p> <p>5.1- Como tem sido a participação do poder público no que se refere à superação das dificuldades encontradas?</p> <p>5.1.1- Das esferas Federal, Estadual e municipal, qual deles na atualidade tem sido mais atuante na superação das dificuldades encontradas? Que tipo de auxílio é mais comum?</p> <p>6. - Em relação as expectativas futuras, que você tem para o assentamento, são: () ruim () regular () boas () ótimas</p> <p>Por quê?</p>

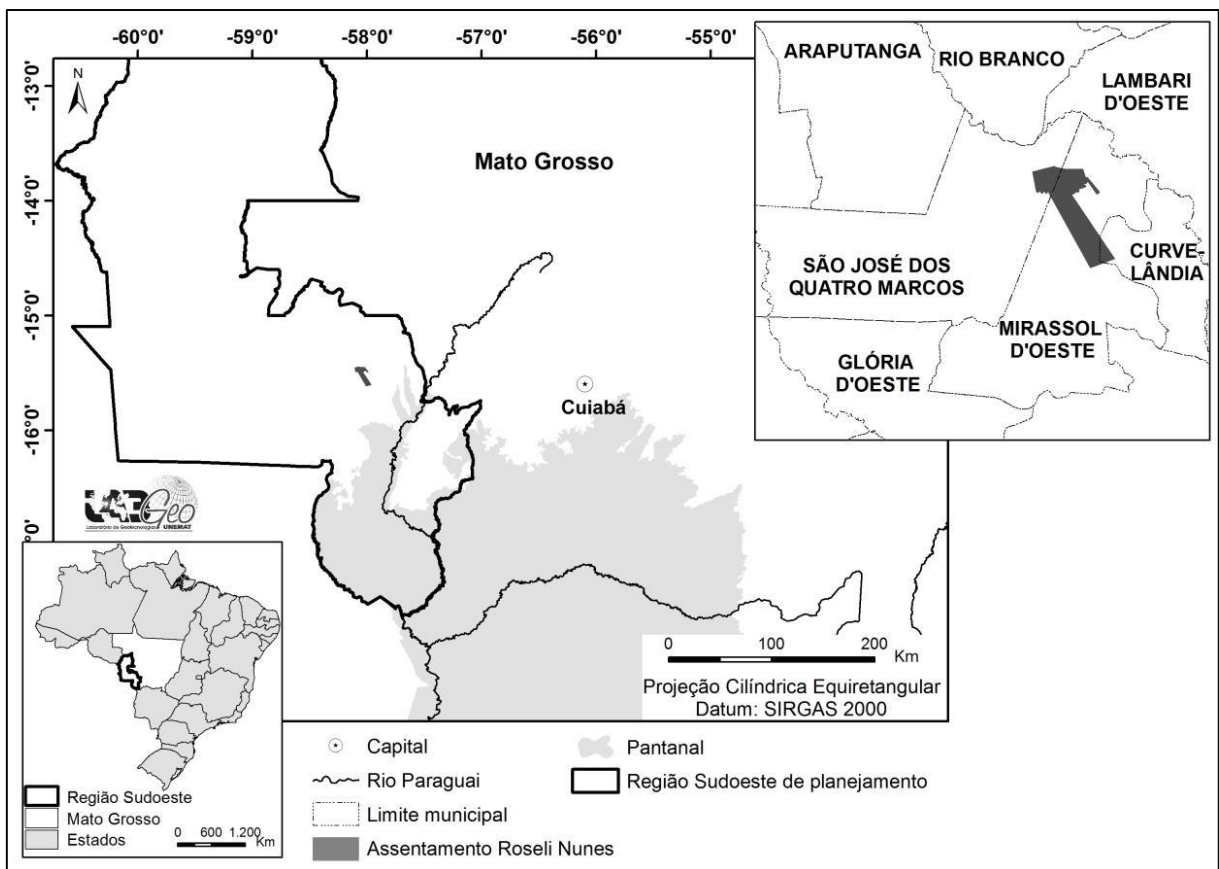
Organização: Calixto (2017).

Nesta etapa da pesquisa, entrevistou-se 12 personagens que participam do assentamento desde a fase de acampamento, priorizando as atuais lideranças dos 12 núcleos que organizam a vida comunitária e agentes políticos do município. Fez-

se relação entre os dados levantados nas fontes e os dados levantados na empiria e as coletadas nas entrevistas.

O assentamento Roseli Nunes está localizado no município de Mirassol D'Oeste-MT, cuja extensão territorial abrange terras dos municípios de São José dos Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste e Curvelândia, possui um número de 323 famílias assentadas em uma área de 10 mil hectares. (Figura 01).

Figura 1: Mapa de localização do município de Mirassol D'Oeste e do assentamento Roseli Nunes



Fonte: Nascimento, Neves, Cruz, Neves, Kreitlow e Dassoller (2014)

Desta forma, tendo em vista o objetivo proposto e a partir do roteiro empreendido pelo caminho teórico-metodológico, subsidiado pelas atividades desenvolvidas, percebeu-se que o assentamento é o resultado de um movimento de contestação ao latifúndio e redefiniu o contexto agrário de Mirassol D' Oeste. Na atualidade, atua como importante espaço de resistência ao avanço do grande capital e atua significativamente no contexto socioeconômico deste município.

CAPÍTULO II

2. ESPAÇO, FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, CONTRA-ESPAÇO E A LUTA PELA TERRA: CAMINHOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSSÃO DA DINÂMICA ESPACIAL DE MIRASSOL D'OESTE

2.1 O Espaço como Tese e Formação Sócio-espacial como Categoria de Análise

A pesquisa em Geografia é de suma importância, pois nos remete à necessidade de compreender o espaço geográfico e as relações existentes na sua produção e reprodução. A Geografia é uma ciência que tem como objeto de estudo o espaço. Dessa forma a pesquisa em Geografia pressupõe-se que o geógrafo estabeleça um diálogo em torno dos movimentos que dão forma ao seu objeto – O Espaço Organizado.

Segundo Correa (1991) a organização espacial não é só um reflexo da sociedade no presente, mas também uma condição para seu futuro, ou seja, as ações que produzem o espaço do presente são ao mesmo tempo produção e reprodução.

Neste sentido, o espaço como palco de todas as atividades da sociedade é por excelência a objetivação do geógrafo. Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vêm do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua e sistemicamente interligada, eles desempenham no processo social.

2.1.1 O Espaço

Todo o movimento da sociedade, portanto, todo o movimento de relação ser humano x ser humano x natureza acontece dentro do espaço. Segundo o filósofo Kant o espaço é um dado a priori, ou seja, isso significa dizer que assim como o tempo, ele é uma condição anterior a todas as coisas (MOREIRA, 2011).

Visto como uma condição a priori, no debate epistemológico da ciência geográfica realizado por Santos (1996), o espaço é também uma filosofia. Assim sendo, o olhar que direcionamos a ele no sentido da sua interpretação decorre de

uma dessas filosofias por nós estabelecidas. Dessa forma, essas filosofias permitem a concretização de vários conceitos que permitem enxergarmos nossos objetos e os sujeitos com os quais queremos dialogar.

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. (SANTOS, 1996, p. 51). Neste sentido, é através dos sistemas de objetos e sistemas de ações que o homem vai produzir condições materiais e culturais para se organizar em sociedade, produzindo e reproduzindo o seu modo de vida, ou seja, o seu espaço.

Cada espaço produzido contém características intrínsecas ao modo de produção pelo qual foi estruturado, relacionado às formas de organização social, econômica, política, intelectual, cultural e religiosa. Ainda sobre esse mesmo entendimento, Santos (1996) assevera que sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações levam à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Nesta perspectiva os objetos passam a ser criados e são materializados no decorrer do tempo histórico e atual de forma intencional através das ações, para assim atender os anseios e necessidades da sociedade. Sobre este assunto, Santos (1996), salienta que esses objetos e essas ações “são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (p. 63).

Em outra alusão sobre o espaço, como realidade dinâmica sobre o qual o ser humano organiza-se em sociedade, Santos (1996) enfatiza que este, o espaço, é “uno e múltiplo”. Sobre esse assunto o autor esclarece que o espaço é uno por que por diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. Podemos assim pensar um espaço coabitado de diferentes modos de uso e apropriação (MOREIRA, 2010), uma parcela de espaço valorizada com grande especulação imobiliária, havendo assim uma alienação da sociedade, uma divisão social. Sendo assim, o espaço é único, contendo múltiplas parcelas pelos quais se tornam valor de uso quando a

sociedade se apropria do mesmo para criar as estruturas necessárias para se organizar e transformar o mesmo. Neste movimento o espaço é dinâmico, pois são movidos pelas ações humanas através do trabalho, das relações sociais que irão produzir diversos outros espaços, em contínua transformação.

Convém ainda afirmar, que o espaço fora produzido pelos sujeitos sociais, através das suas práticas espaciais. Estas práticas organizam o espaço. Assim sendo, podemos compreender ainda que o espaço é em todo organizado a partir de práticas espaciais empreendidas por seus sujeitos em determinado lugar, relacionado à especificidade da sua formação social (LEFEBVRE, 2006). Acrescendo este entendimento, Moreira (2010) salienta que este espaço é resultado de práticas espaciais que são condicionadas pelo modo de produção em dado momento da história. Assim, o espaço se realiza por práticas que colocam o ser humano em contato com a natureza e com outros seres humanos a partir dos fundamentos da estrutura econômica, no nosso caso, o Sistema Capitalista (MOREIRA, 2010).

Nas concepções de Corrêa (1991) a Organização Espacial ou Espaço Geográfico, é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social - Expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social para sua totalização. Neste caso, os sujeitos sociais constituintes do espaço lançam através da sua práxis intenções a produção e reprodução de outros espaços.

Em outra análise, na descrição de Corrêa (1991) a organização espacial ou espaço propriamente dito, é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo; na atualidade, forjado pela hegemonia do modelo de produção capitalista. Sendo assim, a apropriação do espaço pela sociedade, condicionado pela intencionalidade e interesses econômicos, tem como principal natureza de transformação o capital, que por sua vez determina a divisão do trabalho, a acumulação e concentração do lucro e, portanto, o seu valor de uso desigual.

Outro elemento importante para se compreender o espaço é o que considera as relações existentes em seu meio. Trata-se de pensar o espaço social vivo das sociedades humanas, sendo este o resultado de relações, sejam as produtivas, culturais, políticas, econômicas, entre outras, e se organizam a partir dessas relações, ora solidárias ora conflitantes. Fernandes (2005) assevera que as ações sociais por vezes fragmentam o espaço através das contradições, dos embates e

dos conflitos. Estes movimentos fruto das ações humanas produzem um campo de forças atuantes que se manifestam contraditoriamente nesse espaço social produzido, mas que, no bojo de interesses díspares, não atende de forma igualitária os seus agentes modeladores.

Colaborando ainda com este entendimento, Castro (2005) enfatiza que:

É possível então afirmar que as questões e os conflitos de interesse surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica (CASTRO, 2005, p. 41).

Considera-se assim que os espaços habitados por atores e grupos de interesses divergentes acabam por constituir espaços propícios para contestação frente a uma organização que fora orientada para atender certa lógica de interesses de um segmento da sociedade. É através desta contestação que será cobrada uma nova organização espacial que venha atender esta ou aquela parte da sociedade excluída. Consolidam-se assim, os movimentos socioespaciais (FERNANDES 2005).

Para Santos (2002), entende-se que:

O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre a sociedade e espaço, entre um presente invasor úbico (onipresente, existente em toda parte) que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas. Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor (SANTOS 2002, p. 109).

De acordo com Moreira (2009), o espaço é, pois, tensão. Sendo assim, há de se considerar que toda evolução observada na Paisagem, é resultado das tensões ocorridas no tempo e no espaço, através das manifestações culturais e políticas, por forças contraditórias da sociedade que coabitam o mesmo espaço. Para esse mesmo autor, são essas tensões, proveniente de conflitos, lutas sociais e diversos interesses, que anunciam o contra-espaço como uma forma contestação ao espaço desigual e fragmentado.

Carlos (2005), se referindo a um espaço fragmentado no ambiente urbano, expõe que:

Este, se tratando de uma atividade dividida, onde a fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada. Esta fragmentação que se aprofunda divide os espaços em parcelas cada vez menores que são compradas e vendidas no mercado como produto de atividades cada vez mais parceladas. (CARLOS, 2013, p. 223 - 224).

De acordo com Moreira (2010), o espaço atual expressa na sua materialidade os interesses da lógica de reprodução do capital, dessa forma, os espaços são selecionados para obedecer aos interesses dos sujeitos que detém o seu comando numa lógica de mercado. Isso significa dizer que os espaços selecionados pelo capital respondem à sua reprodução, ainda que essa lógica signifique a exclusão de grupos sociais e minorias.

A seletividade é o processo de eleição do local em que a sociedade inicia a montagem da sua estrutura geográfica. Sendo assim, governada pela lógica do mercado, a seletividade é uma expressão da natureza do capital no sentido de escolha dos espaços que melhor atendem seus objetivos de territorialização e reprodução. Neste sentido, a lógica de apropriação dos espaços pelo capital é transformada numa prática de ocupação cada vez mais especializada e fragmentada, orientando-se pela e em função de uma divisão territorial do trabalho que baixe os custos e aumente a produtividade no sentido mercantil do termo (MOREIRA, 2010).

Depreende-se que o Espaço é o resultado das atividades humanas ao longo do tempo e as regulações feitas através dos contextos infraestruturais e superestruturais, respectivamente, os econômicos, políticos e jurídicos-culturais dão sentido aos arranjos que são materializados na paisagem (MOREIRA, 2010). Assim, o Espaço é a realidade social vigente, ou seja, o *Status quo* das práticas espaciais num determinado período de tempo.

2.1.2 Formação Sócio Espacial e a Leitura do Espaço

Conforme Moreira (2008) a natureza social do espaço geográfico decorre do simples fato de que os homens têm fome, sede e frio, necessidades de ordem física decorrentes de pertencer o homem ao reino animal, ponte de sua dimensão cósmica. Essas necessidades do campo biológico o impõem a realização de trabalho para satisfazê-los e a realização destes mobiliza a organização do espaço. Neste sentido, entende-se que o espaço é antes de tudo um espaço social, é no seu interior que o homem se interage em sociedade e com aquilo que lhe é disposto pela

natureza, e que ao longo do tempo foi sendo modificada, transformada intencionalmente para atender suas necessidades pessoais e econômicas. O espaço assim é a base para a sociedade inserir os modos de produção, pois cada fração do mesmo apresenta especificidades particulares decorrentes do tempo histórico em diálogo com o seu presente (MOREIRA, 2008).

Sobre os modos de produção relacionados à sociedade, Oliveira (2007) nos esclarece:

As relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Além disso, Moreira (2008) enfatiza que:

Como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada da coletividade dos homens), é o trabalho social o agente de mutação do homem, de um "ser animal" para um "ser social", combinando estes dois momentos em todo o decorrer da história humana (MOREIRA 2008, p. 7).

Conclui-se assim que o trabalho social passa a ser responsável pelas diversas transformações ocorridas no espaço, este que viabiliza as condições básicas para seu desenvolvimento econômico e social na transformação do meio natural e em bens materiais.

De acordo com Moreira (1982), citado por Da Cruz (2003), o trabalho é responsável pela transformação de uma totalidade estruturada de elementos naturais (primeira natureza) em uma segunda natureza, ou seja, em uma totalidade estruturada sobre determinações de um espaço social- espaço geográfico concreto.

Assim, na definição de Moreira (2008),

a formação espacial, na verdade a formação econômico-social, deriva de um duplo conjunto de interações, necessariamente articuladas: a) o conjunto das interações homem-meio, erroneamente denominadas "relações geográficas"; e, b) o conjunto das interações homem-homem, as relações sociais (MOREIRA 2008, p. 7).

Passamos a entender que a formação socioespacial pressupõe a evolução da sociedade nas diferentes escalas de tempo, através das suas práticas espaciais, dos

modos de produção e trabalho, assim, a mesma se fixou em determinado local, e através do seu trabalho utilizou-se da natureza, sendo essa a base da sua produção e distribuição do que foi produzido. Neste sentido, Moreira (2010) alude que, metodologicamente, formação espacial é um conceito de totalidade que pode ajudar os geógrafos em sua tarefa de analisar as formas de organização das sociedades nos diferentes tempos da história.

Conforme explica Da Cruz (2003),

o conceito de formação espacial nasce como resultado da tentativa de superar a influência de um sistema filosófico idealista sobre a Geografia. Considerada uma adaptação da categoria de formação econômica e social, a concepção de formação espacial passa a ser um dos instrumentos de análise do espaço sob a ótica da dialética marxista e do materialismo histórico (CRUZ, 2003, p. 67).

Segundo Santos (1979), citado por Melo (2008) a categoria formação social tem base no conceito de formação econômico-social, elaborada por Kal Marx e desenvolvida por Lênin, o qual designa a “evolução diferencial das sociedades no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (SANTOS, 1979 apud MELO, 2008 p.10).

Com base neste entendimento, o conceito de formação socioespacial envolve uma relação direta das categorias espaço e tempo e dos movimentos criados pelos mecanismos de produção entre seus sujeitos nas diversas escalas do próprio espaço-tempo. O espaço geográfico é, assim, a expressão das relações que acontecem nas diversas instâncias do espaço em função da natureza das práticas econômicas que são viabilizadas em cada porção do espaço de acordo com suas particularidades sociais e econômicas num determinado tempo, pois o homem ao mesmo tempo em que produz também consome (SANTOS 1996).

Adentrado um pouco mais na alusão de Milton Santos acerca do sentido de formação socioespacial, este assim esclarece:

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. (...) os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço (SANTOS, 1982, p. 04).

Para o autor, “o modo de produção seria o “gênero”, cujas formações sociais seriam “as espécies”; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada” (SANTOS, 1978, p. 3).

Visto dessa forma, a leitura de uma determinada realidade do contexto espacial sinaliza para a necessidade de empreender esforços no sentido de compreender como as práticas realizadas pela sociedade, dentro de um processo orientado pelo modo de produção, são operadas em consonância com as peculiaridades de um recorte de espaço com seus objetos e sujeitos.

De acordo com Moreira (2010),

a formação espacial exprimir-se como uma unidade articulada de áreas de espaços diferenciados, formando uma "territorialização" de modos de produção distintos, diferenciação espacial esta que se torna "desenvolvimento desigual e combinado" se o modo de produção dominante for o capitalista (MOREIRA 2010, p. 78).

Neste sentido, pode-se dizer que a formação socioespacial concretizada em cada fração da sociedade, significa a evolução desta com suas particularidades em um espaço-tempo, de acordo com os modos de produção e técnicas existentes e, ainda, suas relações com o meio e entre si. Ou seja, cada sociedade carrega em sua forma características socioeconômicas diferenciadas oriundas das práticas e objetos arrolados de acordo com o tempo do capital, assimilados de acordo com a natureza de cada porção do espaço.

É importante salientar que para se pensar e analisar a formação social, é preciso se pensar primeiramente as peculiaridades de cada fração do espaço em geral. Conforme Santos (1977), as relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção.

A formação espacial, como a formação econômico-social com que se confunde, é resultado e agente impulsor, ao mesmo tempo, do processo de desenvolvimento da história dos homens. Ora, processo de desenvolvimento é processo de acumulação (MOREIRA, 2008). Neste caso em particular, entender o atual processo de (re)organização do espaço do município de Mirassol D'Oeste-MT, significa entender como o resultado da acumulação de tempo e espaços e da sobreposição de circunstâncias da lógica econômica global, que fora enraizada de

acordo com as práticas dos homens e características geográficas do local. Em todo esse processo de estruturação espacial, há o peso significativo da atuação das forças de contestação (do contra-espço), exigindo a (re)organização desse espaço, no sentido da inclusão daqueles sujeitos até então marginalizadas durante o seu processo produção em outros momentos da sua construção.

2.2 CONTRA-ESPAÇO E LUTA PELA TERRA: A CONTESTAÇÃO COMO ANTÍTESE DO ESPAÇO

2.2.1 Contra-Espaço

Segundo Moreira (2006, p. 101) sendo o “Espaço Organizado a realidade social vigente, os movimentos que o contestam são assim chamados de contra-espço”. Sobre este assunto, o autor afirma que:

O espaço disciplinar não é um consenso na sociedade civil burguesa. Os que não se identificam com ela questionam a ordem de espaço instituído, respondem com o contra-espço. É contra-espço o arranjo espacial de uma greve ou uma insurreição de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento rural, uma favela como forma de movimento de ocupação-assentamento urbano, mas também um ritual de capoeira ou de candomblé, como também um modo individualizado e recluso de morar, entre outros (MOREIRA, 2006, p.101).

A rigor, o contra-espço tem assim sua finalidade formada na contestação a um sistema organizacional existente, a uma ordem espacial imposta pra ser seguida, pois este se caracteriza por não atender a uma parcela da sociedade que, assim excluída de políticas sociais e econômicas que as favoreça, se organiza através de movimentos sociais para contestá-la e exigir uma nova ordem de organização da vida em sociedade.

Para Romero (2004, p. 26) “o espaço, em suas múltiplas dimensões, pode ser percebido e apropriado de diferentes modos, e por isso, torna-se um sítio constante de interação e luta por dominação e resistência”. Assim, se torna espaço composto por conflitos, de discordância frente ao modo que fora produzido, sendo questionado diante do modelo produtivo existente.

Ainda Romero (2004) analisa como resistências aquelas que:

“Irão se articular a favor de suas territorialidades, ou seja, em defesa de seu modo de vida e de suas relações culturais contra um modelo econômico

dominante, que tem no espaço um elemento fundamental para sua reprodução” (ROMERO, 2004, p. 37).

Para Moreira (2010, p. 104) contra-espaço “é uma luta por formas novas e democráticas de espaço. E muitas vezes o novo espaço vem dos contra-espacos que residiam e se moviam nos bastidores do velho”.

Nesta perspectiva de que no velho espaço residem às forças de contra-espaço que invocarão a sua (re)organização, isto nos permite pensar que este, o espaço, é também o resultado de forças contrárias que o habitam e o movimentam por isso o sentido deste estar sempre em permanente reestruturação. A convivência destas forças contrárias faz emergir no espaço, estruturas e práticas diferenciadas. Este se torna o espaço da coabitação. Neste sentido, esclarece Moreira (2010, p. 74) que “em qualquer sociedade, a coabitação é o conteúdo necessário da convivência espacial dos homens”. Sendo assim, é no espaço que as relações acontecem.

No Brasil, entre as diversas formas de contestar o *status quo* da sociedade, como acima já aludido, está a luta pela terra como forma de reparar distorções de distribuição herdadas do período colonial (OLIVEIRA, 2013).

2.2.2 A luta pela Terra como Expressão de Contra-Espaço

O sentido da luta pela terra no Brasil, mais especificamente no que concerne ao fato de entender este movimento relacionado a todo um contexto da problemática relacionada ao espaço agrário, não pode se restringir aos movimentos mais recentes das últimas décadas; apesar de entendermos que são nestas últimas décadas que se clareiam as metodologias e os sujeitos que vão personificar essa luta.

Para Teixeira (2011) sobre o que concerne o espaço agrário brasileiro, analisa que:

O espaço agrário brasileiro passou por importantes mudanças ao longo da história do país. No entanto, observa-se que desde a colonização brasileira até o século XX e, de certa forma, até o momento atual, as políticas agrícolas favoreceram a elite do campo e contribuíram para a expansão e consolidação do latifúndio (TEIXEIRA, 2011, p. 2).

A estrutura fundiária no Brasil nos remonta a todo um processo histórico calcado em uma desigual distribuição de terra e de acesso à mesma. Isso nos remete ainda a perpassar por momentos históricos que deixaram marcas profundas vivenciadas nos dias atuais.

Sobre o assunto, Oliveira (2001) elucida que:

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram às capitâneas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

Entre outros fatos, Oliveira (2001) ainda expõe que:

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitâneas/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil, e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços – assaltados, tomados das nações indígenas – tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários (OLIVEIRA, 2001, p. 29).

Sobre esse mesmo assunto, outras contribuições em trabalhos realizados sobre a historicidade da questão agrária brasileira, Romeiro (2013) nos apresenta questões pertinentes ao entendimento dos benefícios e problemas provocados nas páginas da questão agrária no Brasil. Já no setor agropecuário, assim esclarece:

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão de obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão de obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta (quatro vezes a área agrícola chinesa) (ROMEIRO, 2013, p.140).

Foi a partir do século XX, que se intensificaram os conflitos no campo. Neste período em várias partes do Brasil o camponês resiste às pressões sofridas pelos grandes latifundiários. Com sua formação e organização ganharam-se forças nesse cenário de luta pela terra; o que também favoreceu ao surgimento de outros movimentos apoiadores da causa, a exemplo na luta pela reforma agrária como das Ligas Camponesas. Vale ressaltar que o trabalhador rural sofreu diferentes formas de violência no campo (expulsão, assassinatos, migração, grilagem) oriundos da sua resistência de permanecer na terra em defesa das ocupações desencadeadas já à partir das décadas de 1940 e 1960. (FERNANDES, 2000).

Em um artigo publicado, Fernandes (2001) enfatiza que:

O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de famílias. Nesse processo de exclusão, os trabalhadores intensificaram a luta pela terra. A elaboração e não realização de políticas de reforma agrária como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária são partes desse conjunto de fatores condicionantes. Portanto, quanto mais se intensificam a expropriação e a exploração, mais cresce a resistência. Nessa realidade, a ocupação da terra é criação dos trabalhadores sem-terra para a sua própria ressocialização (FERNANDES, 2001 p. 4).

De acordo com Teixeira (2005), o espaço agrário brasileiro, a partir da década de 1950, começa a passar por um processo de modernização no campo. Fortaleceu-se na década de 1960 nas regiões Sul e Sudeste e se expandiu pelas outras regiões já na década de 1970 (TEIXEIRA, 2005). Este fato criou condições para consolidar no país um espaço agrário mais produtivo, mecanizado, mais visado pelos grandes proprietários e isso criou também condições para a inserção de mais tecnologia nos modos de produção.

As significativas transformações cometidas no espaço agrário brasileiro trouxeram, sob o aspecto do crescimento econômico, grandes benefícios para o país que foi favorecido pela a exportação dos bens aqui produzidos. Segundo Teixeira (2005, p. 26) “com o avanço da tecnologia nos moldes produtivos da agricultura, os produtores visam alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permite ampliar as áreas cultivadas ou a escala de produção”. Entretanto, essas mesmas transformações que contribuíram para elevar o volume da balança comercial do país, serviram de base para exacerbar a concentração de terras, de tecnologias e riquezas produzidas no País, ou seja, gerava-se assim um capitalismo concentrador.

Havendo consideráveis mudanças no campo brasileiro, grande parte da sociedade acabou por ser, de alguma forma, excluída desse novo processo socioeconômico em que o país vivenciava. Vale ainda ressaltar que sobre as intenções desse processo de modernização no campo, Teixeira (2005, p. 23) coloca que “pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada”.

Segundo Moreira (1990) citado por Teixeira (2005) em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei nº 4504), que estabeleceu como referência de rearranjo espacial, a gradual extinção do latifúndio e minifúndio, trazendo à tona a denominação de empresa rural.

De acordo com Medeiros (1994), o Estatuto da Terra significou a organização de um projeto voltado para o atendimento de tendências ideológicas conservadoras, retrocedendo aos avanços de maior inclusão dos projetos anteriores. É nesse sentido e contexto que o conceito de “empresa rural” se revela. Por ele, todo imóvel rural que tenha área mínima com exploração de agricultura de forma econômica e racional, mesmo que não recaia sobre ela qualquer divisão do trabalho e tampouco seja utilizada mão-de-obra assalariada, é incluído na categoria de empresa rural (MEDEIROS, 1994).

Ainda para a autora mencionada, toda a filosofia constante do Estatuto da Terra e que teria o objetivo de consagrar a propriedade familiar se revela uma “verdadeira panaceia”. Neste sentido menciona que para os críticos do Estatuto da Terra, se a propriedade familiar revela o possível anseio de produção nas zonas de economia de subsistência, o mesmo não encontra condições de prosperar nos espaços de agricultura comercial, haja vista a necessidade do emprego da mecanização, de fertilizantes em larga escala e de métodos mais racionalizados ao atual processo de produção capitalista, Corroborando para isso o fato de que, este último modelo, não se coaduna com o tipo de propriedade familiar praticada em área e dimensões reduzidas (MEDEIROS, 1995).

Desse contexto do Estatuto da Terra, esboçava-se uma tentativa de corrigir a distorção da distribuição da terra no Brasil, entretanto, como se encontrava fundamentada em uma filosofia ainda mais conservadora que outras tentativas anteriores, revelou gargalos que se mostraram como “caminhos sem saída” a não ser pela tentativa de rompimento com todo o modelo sistematizado nos termos da Lei. Isso ocorreu principalmente por que:

O Estatuto da Terra, tão minucioso e casuístico em muitos aspectos, nenhuma referência faz à participação dos lavradores, parceiros e arrendatários, isto é, beneficiários potenciais da reforma agrária, na execução desta medida, e nenhum dispositivo existe vinculando a sindicalização rural à boa execução da reforma. Sem sindicatos rurais fortes, bem organizados e amparados pela Justiça Trabalhista, tornou-se inevitável o descumprimento dos dispositivos do Estatuto que afetam os interesses dos latifundiários (MEDEIROS, 1994, sem página).

Editado em pleno período militar, o Estatuto da Terra criou condições para acirrar ainda mais a concentração de terras no País através do que Medeiros (1995) denomina de modernização conservadora da agricultura brasileira. Nesse contexto do cenário agrário no Brasil, onde a utilização de terras para o plantio de

monoculturas voltadas para exportação “expulsa” o agricultor familiar de suas terras é que está a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), (FERNANDES, 2000).

As primeiras discussões são fomentadas no interior da Igreja Católica através da CPT (Comissão Pastoral da Terra), cuja filiação filosófico-ideológico se vincula ao movimento denominado Teologia da Libertação, com bases referendadas se assentam no Concílio Vaticano II (1965) e posteriormente, do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia (1968). A partir dessas bases o MST ganha materialidade como movimento social, no ano de 1979, no estado do Rio Grande do Sul, (FERNANDES, 2000). Sendo assim:

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. (FERNANDES, 2000 p. 41)

Sobre os objetivos e ações mais efetivas do MST nos territórios brasileiro e mato-grossense pautaremos reflexão mais específica em espaço posterior deste trabalho, mais especificamente no item 2.3 deste capítulo.

A luta pela reforma agrária no Brasil, nos permite analisar o contra-espço mediante as ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) por meio das passeatas, manifestações e ocupações como forma de resistência a um novo modelo produtivo imposto que passa a ser contestado pela sociedade, em dado momento. É na década de 1990 que esses conflitos da luta pela terra são observados com mais intensidade, porém, é nos anos 80 que o MST começa a ganhar forma adentrando pelo país e se torna protagonista de várias ações de resistência no espaço agrário contra as imposições de um modelo produtivo inovador que acabou por gerar espaços de interesses por subordinar a classe trabalhadora rural familiar.

No que tange o entendimento sobre a reforma agrária, Oliveira (2007) esclarece:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação

do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (OLIVEIRA, 2001, p. 68).

Desse modo, fazer reforma agrária consiste em promover ações que permite uma reestruturação da propriedade fundiária, de democratização do acesso a terra, produção de alimentos com base na agricultura familiar, oportuniza a criação de novas relações sociais, dentre outras mudanças importantes que essa política vem causar, no âmbito social no desenvolvimento rural.

Calcada em diversos conflitos no campo, leis e objetivos criados pelo governo que não foram cumpridas, a apropriação e desapropriação de terra e a “expulsão” dos camponeses envolve uma ampla discussão, e diante desse vasto cenário agrário de lutas, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Este movimento se tornou uma das mais importantes formas de retomada do pequeno produtor à terra no Brasil através de ocupações organizadas. Até então várias tinham sido as tentativas nesse sentido através de grandes projetos, a leis e organismos federais. Entretanto todas elas se tornaram ineficazes no sentido de atender o agricultor familiar (FERNANDES, 2000). No (Quadro 2), segue alguns programas criados pelo governo.

Quadro 2: Programas de Reforma agrária no Governo Militar 1969/1970

Programas
Superintendência da Política Agrária (SUPRA)
Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)
Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)
Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrário (GERA)
Instituto Nacional de Colonização de reforma Agrário (INCRA)
Plano Nacional de Integração (PIN)
Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Noroeste (PROTERRA)

Fonte: Fernandes (2000)

Organizado por: Calixto (2017)

Dentre estes e outros programas criados, poucos deram certo e saíram do papel, segundo Fernandes (2000, p. 46) “esses órgãos, programas e projetos , mais do que regularizar a questão fundiária, promoveram a concentração de terra e a violência contra os trabalhadores”.

De todo o exposto observa-se que a marca concentradora herdada desde o período colonial, aliada com a política trazida pelo Estatuto da Terra, de 1964, que não resolveu os problemas vivenciados pela estrutura do latifúndio e as necessidades exigidas pelo pequeno agricultor familiar, o que se verificou de fato foi situações de exclusão dos pequenos produtores nesse processo de apropriação do espaço agrário no Brasil.

Esse cenário construído ao longo de todo o processo de consolidação do ambiente agrário agravado pelo Estatuto da Terra criou condições para o surgimento e acirramento das contradições entre pequenos e grandes proprietários de terra, fatos estes que acabaram por culminar em lutas e reivindicações pela reforma agrária e acesso à terra.

Tal situação deixa clara a necessidade por parte do Estado em buscar ações para sanar as tensões geradas no campo, fortalecidos pela formação dos movimentos sociais.

O contexto do surgimento das tensões no campo como reclame e resposta de movimentos sociais é filiado a outros postulados de outros sujeitos alijados do processo de inclusão desde a época de ocupação do país. É este o caso dos índios expulsos de suas terras, extintos e massacrados e a luta dos escravos pela liberdade. Ou seja, gerou-se assim um cenário no qual se insere o surgimento de grande movimento social, calcado em um processo histórico que envolve violência, lutas e resistências que não se cessaram até os dias atuais (FERNANDES, 2000).

Diante desses fatos travou-se assim lutas em defesa da liberdade ao acesso à terra, cuja resistência surgiu como forma de contradição. Corroborando essa assertiva, Oliveira (2001) expõe que:

Entretanto, se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é produto dessa contradição. Como afirmei em meu livro *A geografia das lutas no campo*, a negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação (OLIVEIRA, 2001, p.193).

Sendo a terra um atributo natural e o seu uso um produto do trabalho humano onde o homem planta seu alimento, sua posse se tornou de grande valor e alvo de

monopolização. Sobre o assunto, trabalho realizado por Oliveira (2014) assim esclarece:

A terra é um recurso natural, mas é também a própria natureza. É um meio fundamental para a produção, e sem ela não se produz, sobretudo, no campo. Como outros disputados recursos naturais, é limitada e, por isso, monopolizável. Nessa queda de braço, os pobres ficaram à margem da apropriação que assegurar-lhes-ia liberdade e autonomia para a produção de sua sobrevivência no campo. Por isso, a (in)submissão dessa categoria aos desejos dos donos do poder, justificando sua “insurreições”. Pois foi justamente quando, na História da humanidade, a terra começa a ser monopolizada ou concentrada como propriedade de alguns que se dá origem aos conflitos e problemas relacionados à estrutura fundiária. Passa a ser a base de poder no campo (OLIVEIRA, 2014, p. 48).

Sabe-se que em termos de produtividade (um fator a ser discutido por que nem sempre o bem produzido expressa a satisfação das necessidades de toda a população), apresentaram crescimento e possibilidades, mas também baniu aquela forma de cultivo realizada pelos pequenos agricultores, baseada na agricultura familiar, ou seja, se passou a produzir alimentos em grande escala para o atendimento do mercado industrial. Todavia, como a pequena produção não mais atendia aos interesses do sistema capitalista de produção, ou os pequenos produtores se adaptavam a esta nova conjuntura, ou se viram obrigados a vender sua força de trabalho ou se desapropriar de suas terras.

De acordo com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra):

A ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura (REVISTA MST 2010, p. 9).

Nesses episódios, muitas lutas sociais no campo culminaram em conquistas importantes na reorganização do espaço agrário brasileiro. Neste caso, o direito de acesso à terra por meio das ocupações organizadas estrategicamente e coletivamente, expressaram uma forma de contestação ao *status quo* da estrutura agrária existente, por isso, significaram ações de contra-espaço no território brasileiro em relação a esse tema.

De acordo com Gohn (2011), sobre os movimentos sociais:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas,

concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até às pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

São os camponeses importantes personagens na trama da luta pela terra e da reforma agrária, havendo assim vivenciado momentos de muita luta, conflitos, violência, manipulações e resistência que deram força para formação de movimentos sociais rurais que atendessem suas necessidades nessas lutas. De acordo com Fernandes (2000), o MST nasceu da ocupação da terra, e as reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.

Em uma de suas obras, Fernandes (2000) expõe que:

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terra realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da erra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa (FERNANDES, 2000, p. 24).

Sendo assim, pode se considerar que a criação dos movimentos sociais rurais se tornaram importantes obras da sociedade que deram um novo rumo na luta pela terra, entre eles o MST.

2.2.2.1 A Questão da Terra em Mato Grosso

Em relação ao Estado de Mato Grosso, Moreno (1999) nos expõe que:

Com a política de povoamento do território nacional, incentivada pelo Governo Federal através do “Serviço de Povoamento do Solo Nacional” (1907) os Governos Estaduais passaram a investir na fundação de núcleos coloniais. Entretanto entregaram esta tarefa a colonizadores ou empresas particulares de colonização através de concessões de terras reservadas à colonização oficial e privada, sendo parte dela destinada aos futuros núcleos de povoações. A medida, no entanto, redundou no fracasso da colonização. A maior parte dos concessionários não cumpriu os contratos e usava a terra para especular em benefício próprio. Muitos grileiros, travestidos de colonizadores, aproveitaram-se da oportunidade para incorporar enormes tratos de terra ao patrimônio particular, provocando conflitos e prejuízos irreparáveis ao Estado (MORENO, 1999, p. 74).

Ainda sobre o contexto ao qual se insere o processo de apropriação das terras em Mato Grosso, Moreno (1999) expõe que:

Desde 1892, os diversos governos de Mato Grosso vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização. Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso a terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras públicas/devolutas no Estado, quando estas passaram para o seu domínio, por força da Constituição Republicana de 1891. (MORENO, 1999, p.68).

A ocupação das terras de Mato Grosso para atender as demandas do Capital da moderna agricultura, se deu via projetos de colonização, estes que acabaram por não trazer os benefícios esperados pelo governo na inserção da atividade da agropecuária. Entre esses programas, o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodeste), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan), (MORENO, 1999).

De acordo com Girardi (2015), sobre a concessão das terras em Mato Grosso:

As terras eram vendidas às empresas por valores irrisórios para a criação de projetos agropecuários ou para a colonização privada, revelando-se uma ótima estratégia para aumentar as fortunas através da especulação fundiária. Os projetos agropecuários, apesar de todos os incentivos, nem sempre eram desenvolvidos, e a terra servia como fonte de especulação e garantia para aquisição de empréstimos subsidiados de programas de incentivo à agropecuária, formando um latifúndio duplamente concentrador. Os projetos de colonização eram articulados com obras de infraestrutura, especialmente as rodovias, modal que determinou o processo de incorporação das novas áreas à economia nacional e internacional e que permanece predominante até hoje. (GIRARDI, 2015, p. 26).

Para o autor acima citado muitas das famílias camponesas e/ou pequenos produtores rurais, foram sendo expulsos de suas terras diante de ameaças e violência. Dessa forma, acabaram por não resistir às pressões sofridas pelos grandes fazendeiros, que ampliavam suas terras para extensas monoculturas de modo a atenderem ao novo modelo agrícola capitalista brasileiro (GIRARDI, 2015). Estas condicionantes sobre o meio agrário mato-grossense no contexto da realidade do campo brasileiro forjarão as bases para as lutas pela terra no Estado.

Referindo-se ao processo de ocupação e o movimento de luta pela terra, especificamente na região da grande Cáceres e seus municípios, de acordo com Silva e Binzstok (2015), afirmam que:

Os movimentos de luta pela democratização do acesso à terra e combate ao latifúndio na Região iniciaram-se em 1996, quando foram organizados vários acampamentos, caracterizando a chegada dos movimentos sociais do campo na região. Cabe ressaltar que, a chegada do MST possibilitou uma melhor organização das famílias no processo de luta pela terra. Deste modo, em 1996, estas famílias, incentivadas pela movimentação nacional de luta pela terra e organizadas pelo MST, a Igreja e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ambos formadores das lideranças da mobilização inicial da região, iniciaram as primeiras reuniões de base de mobilização para a constituição dos acampamentos na região. (SILVA, BINZSTOK, 2015, p. 4).

Desta forma, alguns acampamentos foram se transformando em assentamentos, decorrente de muitas lutas a exemplo do assentamento Roseli Nunes, lócus desta pesquisa, localizado no município de Mirassol D'Oeste. Conforme Silva e Binzstok:

Assim, a efetivação da primeira ocupação ocorreu na páscoa do mesmo ano, mais precisamente na data de 08 de abril de 1996, na fazenda Santa Amélia, no distrito do Caramujo, e contou com a participação de 1.500 famílias. Desta primeira ocupação surgiram dois assentamentos: Che Guevara (que migraria para a região de Tangará da Serra originando o assentamento Antônio Conselheiro) e Margarida Alves (que originou o assentamento de mesmo nome e as famílias excedentes foram posteriormente para o assentamento Roseli Nunes). Em um segundo movimento de ocupação surgiu o acampamento do Facão que posteriormente geraram os acampamentos Roseli Nunes e Paulo Freire. (SILVA E BINZSTOK 2015, p. 4).

Esses movimentos de contra-espço no meio rural brasileiro que ensejaram na rearticulação desse ambiente, com reflexos no Estado de Mato Grosso e Região da Grande Cáceres, tiveram como um dos seus protagonistas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assim, para melhor entendermos como aconteceram as estratégias de luta e mobilização nos acampamentos que surgiram na Região Sudoeste de Mato Grosso, faz-se necessário empreendermos uma reflexão mais específica sobre esse movimento; haja vista que nele constam as bases do contra-espço no meio agrário desta Região.

2.3 O MST E O CONTRA-ESPAÇO NO MEIO AGRÁRIO BRASILEIRO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra traz como marca expressiva as ocupações de terra que deram formação aos acampamentos rurais como forma de pressão ao Governo, para agilizar a distribuição da terra através da reforma agrária.

Sobre a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fernandes (2000) destaca que:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde sua gênese tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. E impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a (FERNANDES, 2000, p. 19).

Na relação entre o surgimento e o fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, nos quais aparece o MST, a questão da terra tornou um dos principais pontos de pauta de reivindicação no sentido de reorganizar o espaço brasileiro, mas precisamente o espaço agrário. Não obstante, tratava-se de uma pauta que ensejaria no remodelamento da estrutura do latifúndio e das grandes fortunas e, por isso, não se daria se não por uma estratégia de lutas e ocupações.

Para Fernandes (2000), no que se refere ao acesso à terra;

As ocupações de terra tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra. Desde o começo da derrocada dos governos militares, esta forma de luta pela terra tem se intensificado, resultando em milhares de assentamentos rurais por todo Brasil e determinando essa realidade que chamamos hoje, incorretamente, de reforma agrária. (FERNANDES, 2000, p. 18).

Vale ressaltar que quando se fala de ocupação de terra no Brasil, esta ação se desdobrou na estratégia de formação de acampamentos rurais, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dentro do contexto geral dos movimentos sociais que eclodiam no período após a redemocratização do país. Desta forma, os acampamentos organizados por esse movimento passaram a se constituir como espaços de resistências frente ao modelo de organização do meio agrário até então arquitetado por uma elite rural conservadora, sob a proteção das legislações agrárias anteriormente vigentes.

Entre lutas, mobilizações, organizações e acampamentos, o contra-espço se torna visível nesses momentos, pois o MST nasce dentro das lutas e resistências dos trabalhadores rurais contra um modelo capitalista usurpador, que expulsa e expropria o pequeno produtor tirando seu meio de sobrevivência, a terra. Assim, o MST consagra o início da sua formação, em 7 de setembro de 1979, através de uma ocupação, com 110 famílias, realizada na gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, porém oficializa sua criação em 1984 (FERNANDES, 2000).

De acordo com informações obtidas no DATA LUTA (1999) mencionadas por Fernandes (2000) traz números referentes a participação do MST nas ocupações realizadas no Brasil entre os anos de 1996 /1999, quando o mesmo começou a ganhar mais força no país, e no Estado de Mato Grosso, a partir de deste podemos analisar a participação do MST na luta pela terra.

Tabela 1: Brasil - Número de ocupações e número de famílias – participação do MST- 1996/1999

Ano	Nº de ocupações	Nº de famílias	Nº ocupações MST	%	Nº Famílias MST	%
1996	398	63.080	176	44	45.218	72
1997	463	58.266	173	37	28.358	49
1998	599	76.482	132	22	30.409	40
1999	249*	29.223*	149**	60	24.519**	83
Total	1709	227.051	630	37	128.504	57

Fonte: Fernandes (2000)

Organizado por: Calixto (2017)

* até abril

**até maio

De acordo com as informações do DATA LUTA e exposto por Fernandes (2000), conforme Tabela 1, o MST realizou pouco mais de 1/3 das ocupações nos anos de 1996 e 1999. No primeiro ano correspondeu a 44%, decaindo nos dois anos posteriores para 37% e 22%, respectivamente, nos anos de 1997 e 1998. Esse cenário revela a mesma tendência para o número de famílias que procederam essas ocupações através do MST. Neste caso, os números revelam que a participação sai de 72%, no ano de 1996, e descende para 49% e 40%, respectivamente, nos anos de 1997 e 1998.

A Tabela 1, mostra uma retomada da forte participação do MST nas ocupações no ano de 1999. Neste caso, a participação atinge 60% das ocupações e 83% no número de famílias. Ou seja, este movimento em particular respondeu nesse ano por bem mais da metade das ocupações realizadas no País. Respondem

por outras ocupações movimentos socioterritoriais como Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), (Movimentos do Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos Indígenas e organizações independentes (DATA LUTA, 2012).

Estes espaços de contestação foram então se expressando como articulações do que Moreira (2008) o conceituou como “contra espaço” dentro da ordem espacial vigente na atual conjuntura da sociedade brasileira.

Sobre os acampamentos que aqui o entendemos como espaços de luta, contestação e resistência à ordem espacial vigente na sociedade brasileira do período pós redemocratização e, portanto, expressões de contra-espaço, Fernandes (2000), nos esclarece que:

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de resistência. (FERNANDES, 2000, p. 293)

Nesse contexto, o espaço agrário brasileiro recebia as bases de um processo que resultaria na sua redefinição; ainda que pequenas diante do peso histórico do latifúndio no país. Este fato produziu seus reflexos na reorganização do espaço brasileiro como um todo e gerou inúmeras mudanças importantes, tanto no âmbito econômico quanto no social dos municípios brasileiros; especialmente aqueles que tiveram a consolidação de assentamentos rurais efetivados em seus territórios. Corroborando com esta assertiva, trabalho realizado por Miralha e Hespanhol (2005), esclarecem que:

Em suma, a implantação de assentamentos rurais no Brasil tem demonstrado ser de grande importância social para o país, dando a possibilidade de inclusão social e melhoria de vida para famílias que estavam excluídas do mercado do trabalho e do acesso a terra, transformando um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos (MIRALHA E HESPANHOL, 2005, p. 2).

Já no Estado de Mato Grosso, de acordo com registros na Tabela 2, ocorre em um panorama que acontece em toda a Região Centro-Oeste e o mesmo adentra o Estado em agosto de 1995, inicialmente na Região Sul do Estado.

Quanto às ocupações realizadas nos anos de 1990/1994, destacando a região Centro-Oeste, a Tabela 2 nos mostra números importantes para nossa análise.

Tabela 2: Região Centro-Oeste - ocupações de terras – 1990/1994 e 1995/1999

Centro-Oeste	1990/1994				1995/1999			
	Ocupação	%	Nº de Famílias	%	Ocupação	%	Nº de famílias	%
DF	5	7	440	4	11	3.5	1.306	3
GO	20	28	2.263	23	114	35	10.585	22
MS	37	52	5.880	59	161	50	26.172	54
MT	9	13	1.407	14	37	11.5	10.092	21
Total	71	100	9.990	100	323	100	48.155	100

Fonte: Fernandes (2000)

Organizado por: Calixto (2017)

A Tabela 2 mostra o desenvolvimento das ocupações ocorridas na região Centro-Oeste nos períodos de 1990 a 1994 e 1995 a 1999, que nos permite fazer uma comparação da atuação do MST nos Estados. Sobre esse assunto os dados revelam que no primeiro período o Estado que processou o maior percentual de ocupações foi Mato Grosso do Sul, com 52%. Também foi o que recebeu o maior percentagem de famílias com 59%. Na sequência aparece os estados de Goiás e com 28%, e Mato Grosso, com 13% das ocupações. Respectivamente, a percentagem das ocupações por família é de 23% e 14%, observa-se assim que esse Estado teve uma maior participação do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No segundo período que corresponde aos anos de 1995 a 1999, os dados mostram que o Estado com mais ocorrência de ocupações permaneceu o Mato Grosso do Sul com 50%. Respectivamente recebeu também o maior número de famílias com 54%. Ao mesmo tempo, o estado de Goiás e Mato Grosso com 35% e 11,5% ds ocupações. Respectivamente as ocupações por famílias alcançou 22% e 21%.

Com a chegada do MST (Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra) ha então uma intensificação de luta pelo acesso à terra por meio da sonhada reforma agrária. Essa intensificação ocorre abrangendo o Sudoeste Matogrossense, a região da Grande Cáceres, entre outras, o Médio Norte e o Norte de Mato Grosso.

Sobre as primeiras ocupações realizadas no estado de Mato Grosso, Fernandes (2000) ressalva que:

No dia 14 de Agosto de 1995, o MST-MT fez sua primeira ocupação. Neste dia, aproximadamente mil famílias ocuparam a fazenda Aliança no município de Pedra Preta, na região Sudeste Matogrossense e batizaram o acampamento de Zumbi dos Palmares. Essa ação representou a inauguração de uma nova forma de luta pela terra no Estado e procurava romper com a concepção das lutas isoladas e fragmentadas. Por outro lado, desafiava o argumento dos empresários e latifundiários que defendiam não haver terras na região para fazer assentamentos. Além de cortar a cerca do latifúndio, o MST quebrava o discurso político dos latifundiários, que sempre se organizaram para rechaçar as ocupações naquela região. (FERNANDES, 2000, p. 217).

É possível observar um aumento quanto às ocupações em Mato Grosso, ou seja, reafirma-se as ações do MST na luta pela terra. Esses dados nos permitem uma afirmação quanto a intensificação das lutas do contra-espço, po meio das ocupações na contestação do espaço agrário para formação de acampamentos e futuros assentamentos.

Os acampamentos enquanto espaços de socialização, são importantes instrumentos no desenvolvimeto da formação social dos assentados, neles se mobiliza a busca de demandas que não é só por um pedaço de terra, mas também o direito ao alimento, educação, estrutura, saúde, moradia, transporte e políticas públicas que contemple a não exclusão dessas pessoas perante a desigualdade social que existe em nosso país.

No contexto dessas ocupações em Mato Grosso Fernandes (2000), retrata concretamente um desses momentos de oposição ao *status quo* no meio agrário mato-grossense através da mobilização do MST. Alude que frente à intransigência dos governos estadual e federal, o MST decidiu, depois de um processo de discussão com as organizações de apoio, realizar caminhadas rumo à cidade de Cuiabá. Assim, seguiu-se em 17 de julho de 1996 uma marcha de acampados com cerca 950 pessoas do acampamento Margarida Alves e 450 pessoas do acampamento Zumbi dos Palmares, como o objetivo de organizar uma grande manifestação frente ao governo e ao INCRA afim de cobrar os acordos que foram feitos (FERNANDES, 2000).

Diante dessa constatação, observa-se então, que a luta dos trabalhadores sem terra passa a ser cada vez mais incessante e permanente. As cobranças ao governo precisava ser mais enérgicas para que o mesmo cumprisse com os acordos feitos com os tabalhadores, e os efeitos desse momento ganha pontos positivos, pois, a necessidade da reforma agrária ganha maior visibiidade através das

manifestações realizadas por essa classe trabalhadora passa a ganhar mais dimensão no âmbito social.

Como resultado das incessantes manifestações, Fernandes (2000) descreve o momento da colheita dos primeiros frutos dessa luta, em setembro de 1996.

O INCRA arrecadou algumas áreas e iniciou o processo de assentamento das famílias. Primeiro foram assentados os grupos de famílias da região Sudeste. Conforme as áreas eram liberadas, realizava-se um sorteio e os grupos seguiam para a terra. Por fim, restou um grupo de famílias do acampamento Margarida Ales, que teve que ocupar a unidade avançada do INCRA de Cáceres e depois de quarenta dias também foi assentado. Até o final de outubro foram conquistadas 16 áreas e as famílias das duas regiões foram assentadas. (FERNANDES, 2000, p. 220)

Ainda sobre as lutas e conquistas que agraciaram o MST-MT, Fernandes (2000, p. 221) diz que “dois anos depois de o MST ter iniciado os trabalhos em Mato Grosso, já havia conquistado 17 assentamentos, onde passaram a viver mais de duas mil famílias em 88.000 hectares”.

Faz-se necessário destacar que uma vez conquistada a terra, os assentados não se isentam da desistência da luta pois ainda persiste no interior desses espaços, a busca por políticas agrícolas que atendam seu trabalho no campo.

Dessa forma, podemos concluir que o MST se territorializa pelo Estado de Mato Grosso através das lutas e organizações junto aos trabalhadores, assim como em outras regiões brasileiras, para tornar permanente a criação de assentamentos.

É a partir desses reclames da luta pela terra como instrumento estratégico de reorganização do espaço agrário brasileiro, cujas repercussões alcançariam inevitavelmente as cidades para também dinamizá-las, que pautaremos nossa análise no espaço de Mirassol D'Oeste-MT, através do assentamento Roseli Nunes.

O assentamento visto como expressão de contra-espaço por que representaram, em certo momento, como expressões de lutas e reivindicações para a reorganização do espaço até então concebido. Como nas palavras de Fernandes (2000) “o espaço de luta e resistência, representa fronteira entre o sonho e a realidade”.

Por outro lado, a consolidação dos assentamentos rurais em Mirassol D'Oeste significou a sedimentação de um novo espaço. Porém, sendo este novo espaço o produto de forças de contradição a uma ordem da hegemonia de capital do latifúndio, sobressalta também a necessidade da verificação para além do que estes assentamentos significaram na “nova ordem” socioeconômica do município, mas

também no sentido de enxergar como este campo de força (os assentamentos) retroalimentam o sentido de contra-espço entre os sujeitos que mobilizam a (re) organização espacial daquele município.

CAPÍTULO III

3. MATRIZES HISTÓRICAS DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DE MIRASSOL D'OESTE

3.1 A Expansão do Capital e a (Geo) Política do Governo Brasileiro no Pós Guerra: Migrantes que Chegam e que Transformam o Espaço Regional

No contexto histórico e geográfico em que se insere a ocupação e exploração das terras em Mato Grosso, com a respectiva consolidação dos seus municípios, é de suma importância se falar dos principais fatores e acontecimentos que influenciaram esse processo, evidenciando os personagens, suas tramas e relações elaboradas por estes em suas empreitadas de desbravamento nas terras. Na análise da tomada do espaço e sua respectiva (re)organização ao longo do tempo por diferentes sujeitos e aspirações, torna-se imprescindível encontramos respostas para a dinâmica espacial do presente, no caso específico, do município de Mirassol D'Oeste-MT.

O processo de ocupação das terras do Estado de Mato Grosso passou a ser efetivado no final do século XVII e início do século XVIII (SIQUEIRA, 1990).

Já no período colonial é que se consolidaram algumas cidades na fronteira Oeste do Brasil. Foram às expedições bandeirantes determinantes na abertura de estradas, de vias de comunicação com outros Estados, seja por terra ou por navegação, a exemplo de Cáceres, que teve um papel importante pela sua localização à margem do rio Paraguai. De acordo com MORENO e HIGA (2005, citado por SOARES, 2014), essas expedições não ocorriam de forma aleatória, mas correspondiam às práticas geoestratégicas da Coroa Portuguesa em expandir seus domínios e controles e assim garantir a posse e/ou ocupação, promovendo a dilatação e/ou expansão da fronteira com a interiorização da população e da economia no espaço mato-grossense.

É nesse contexto de intensas formulações políticas e econômicas, ainda no período do Brasil Colônia, que também estão inseridas a formação de importantes núcleos urbanos no Estado, bem como os da região da grande Cáceres.

Assim, Azevedo (2007), esclarece:

A história de Mato Grosso foi marcada pelas intervenções políticas e econômicas desde o período do Brasil Colônia que, na época, imprimiu um planejamento centralizador a partir de sua política urbanizadora. Surgiram as primeiras configurações espaciais a nível regional, uma rede de poucos núcleos urbanos, capitaneados por Cuiabá, que desempenhava importante papel no contexto da rede urbana internacional, situação preservada até os primeiros anos da República (AZEVEDO, 2007, p. 3).

Entretanto, a ocupação e reorganização do espaço mato-grossense foram intensificadas na segunda metade do século XX, proveniente de diversos estímulos gerados por políticas e programas dos governos Federal e Estadual. Dentre eles, o denominado programa “Marcha para o Oeste”- uma política que promulgada pelo então presidente Getúlio Vargas, visava o preenchimento dos chamados “espaços vazios” na Amazônia Ocidental brasileira.

O programa de colonização de terras Marcha para o Oeste, propunha preencher áreas pouco povoadas da região ocidental amazônica considerada despovoada em relação às outras partes do país. Com isso, objetivava ampliar, sob um conceito europeu e capitalista, o desenvolvimento social, cultural e principalmente econômico. De acordo com pesquisas relacionadas, o então governo Getúlio Vargas, esperava com essa política integrar as regiões e povoar a região, trazendo um grande efetivo de imigrantes aptos ao trabalho no campo e obter um “progresso nacional”.

Essa política de integração teve como efeito uma marcha intensificada de imigrantes (sulistas, paulistas, nordestinos) em direção à região Centro-Oeste do país que, por sua vez, favoreceu a criação de muitas cidades no interior de toda a Região e, em específico, no Estado de Mato Grosso.

De acordo com Duarte (1989) citado por Soares (2014), a região Centro-Oeste passou a cumprir uma nova função no contexto do planejamento do Estado e configurou-se como um espaço a se ocupar. Passou-se a ser conceituada como o espaço de fronteira do capital, exercendo uma especificidade dentro da divisão territorial do trabalho, enquanto fornecedora de produtos agropastoris (grãos e carnes) para abastecimento da indústria de produtos alimentícios e produção para exportação.

No caso da porção Sudoeste de Mato Grosso, é importante salientar que as tramas que moviam os interesses que levaram à ocupação da região, a chamada Região da Grande Cáceres, se encontram ligadas a momentos que coincidem com interesses econômicos da estrutura capitalista no contexto de todo o território

brasileiro. Ou seja, as tramas destes sujeitos que ocuparam a região estão alicerçadas numa dinâmica do capital que se movimentava dentro de uma lógica da divisão territorial do trabalho como aludido anteriormente.

De acordo com Moreno (1999):

A colonização foi implementada no Estado como parte da estratégia do Governo Federal que visava à ocupação dos “espaços vazios” e o fortalecimento de seus domínios nas áreas de fronteira, com a implantação de colônias agrícolas nacionais. O projeto tinha como meta a expansão da pequena propriedade, como forma de diversificação da produção nacional, a partir do desenvolvimento da indústria nacional. Através da Marcha para o Oeste conquistar o interior do país para a sua integração à economia nacional (MORENO, 1999, p. 75).

Trata-se dos idos do período de 1970 em que os parques industriais começam a se centralizar no Sudeste brasileiro e precisa abrir novas fronteiras para a produção de alimentos. É o período que também coincide com a “Revolução Verde” que prima pela inserção de novas tecnologias na agricultura para otimizar a produtividade na área plantada. Essa revolução na agricultura demandava novos espaços de produção. Assim, foram criados programas especiais de estímulos à agricultura dos cerrados, de apreciável impactos nas evoluções comerciais (MUELLER, 1990). Além do mais, foram implantados, sob estímulo oficial, projetos privados de colonização, especialmente no Mato Grosso. Procurava-se explorar os recursos naturais existentes, intensificar a produção de alimento, o abastecimento das grandes cidades, e, assim, integrar as regiões brasileiras. Para Soares (2014), um dos fatores centrais no contínuo movimento no espaço da fronteira, centra nos interesses econômicos.

Situado geograficamente no Oeste brasileiro, em área de fronteira pouco habitada e explorada pelo migrante branco de descendência europeia, na chamada Amazônia Ocidental, o Estado de Mato Grosso passou a despertar interesses geopolíticos, no sentido de povoar e consolidar a fronteira amazônica; e também econômica pelas pretensões de aproveitar suas extensas áreas de terras virgens e outras abundantes riquezas naturais (SOARES, 2014).

No transcórre da efetivação da ocupação das terras na Amazônia mato-grossense, através do programa Marcha para o Oeste, o governo fez jus a implantação de projetos de colonização através de colonizadoras particulares, essas que atuavam principalmente na venda de terras. Havia assim um esforço por parte do governo federal em estimular a economia do país, diversificando a sua produção

agrícola, bem como um estímulo à ampliação da pequena propriedade. Procurava-se assim, uma reestruturação do espaço agrário brasileiro, rearticulando estratégias de crescimento econômico. Tinha-se a terra, precisava-se de trabalhadores dispostos a desbravar e preencher os “espaços vazios”.

Desse modo, esses interesses geopolíticos e econômicos que se fundamentava na ocupação e produção dos “espaços vazios”, foram decisivos para a consolidação de um processo migratório que culminou com a entrada de grande leva de imigrantes, principalmente vindos do Sul e Sudeste do Brasil para Mato Grosso. No caso da região onde hoje se localiza o município de Mirassol D'Oeste, os povos do Sudeste brasileiro foram preponderantes. Estudos realizados por Oliveira (2013) sobre o povoamento da cidade de Glória D' Oeste, anteriormente pertencente ao município de Mirassol D'Oeste assim esclarece este assunto:

A região recebeu um grande fluxo de migrantes, vindos principalmente dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, em busca de terras férteis, para cultivo de arroz, milho, algodão e café. Dessa forma, pode-se afirmar que o processo de colonização de Glória D' Oeste tem vínculo mais estreito com os Estado do Sul e Sudeste do Brasil, haja vista que o início da sua história se confunde com o surgimento de Mirassol D'Oeste, cuja data de fundação é anterior a de Glória D'Oeste (OLIVEIRA, 2013, p. 27).

A saga desses migrantes nas terras do Sudoeste Mato-grossense culminou no incremento da população que já remanescia do século XVIII no município de Cáceres e, conseqüentemente, na criação de novos municípios na região. Chegavam por estes caminhos, em caminhões lotados, trazendo famílias arregradas de esperança na busca por terra e sobreviver em um mundo totalmente desconhecido. Assim fundaram-se cidades, exploraram-se terras.

Sobre a ocupação de terras na Amazônia que perpassa por interesses do Estado brasileiro, conformando perspectivas geopolíticas na fronteira sudoeste de Mato Grosso, Soares (2014) esclarece que:

No Brasil as vilas e cidade fundadas, enquanto o âmago da geopolítica de conquista e posse do território nas áreas da fronteira, irá se efetivar apenas no período setecentista, que de forma doravante, resultou-se na criação de inúmeras vilas e cidades para além da faixa litorânea. É o período do século XVIII, que marca a marcha do povoamento e da urbanização, acelerando em direção ao extremo Sul como conquista de caráter militar, da Amazônia e do planalto brasileiro em terras como de Goiás e de Mato Grosso (SOARES, 2014, p.53).

Soares (2014), no que concerne à formação do espaço regional e surgimento dos primeiros municípios da região da grande Cáceres, ainda salienta que:

Estudos indicam que o território da Grande Cáceres é formado por municípios cuja ocupação oficial ocorreu em épocas distintas: no século XVII por ocasião da consolidação da fronteira portuguesa frente aos espanhóis no caso de Cáceres e, nesse contexto, os primeiros sinais de ocupação de Porto Esperidião e nas décadas de 1950 a 1970 quando surgiram municípios decorrentes da ocupação de terras devolutas no sudoeste mato-grossense, sendo este o caso dos municípios de todo o Vale do Jauru e que hoje compõem a microrregião geográfica de mesmo nome, sendo eles Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Glória D'Oeste, Araputanga, Indiavaí, Figueirópolis, Jauru, Curvelândia, Lambari D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu e Reserva do Cabaçal (SOARES, 2014, p. 46).

Dentre as estratégias de ocupação das terras em Mato Grosso, vale salientar as riquezas naturais existentes por aqui, pois com suas riquezas minerais e vegetais e uma localização privilegiada em uma área fronteiriça, passou a ser bem visto ainda no período colonial e, conseqüentemente, explorado. Sendo assim, intenções advindas desse potencial natural foram também importantes para impulsionar as estratégias de ocupação desta região.

Vindos de outras regiões brasileiras, atraídos pela oportunidade de trabalho, milhares de migrantes foram se instalando e formando povoados, vilas e cidades, dinamizando a cultura, o trabalho e a vida em sociedade nestes espaços ainda desabitados pela população branca. Nas contribuições de Soares (2014), constam a ideia de que das fundações das vilas sobressaiam estratégias da apropriação do território e de seus recursos.

Intersectado nesses contextos da geopolítica e expansão do capital no território brasileiro se encontram as estratégias e ações que influenciaram na dinamização e consolidação da região sudoeste de Mato Grosso e de seus respectivos municípios. Cabe ressaltar que a fundação de Cáceres ocorrida no final do século XVIII (1778), foi de suma importância para o surgimento de outras cidades na região, pois permitiram uma abertura que permitiu imigrantes forasteiros chegarem à nova terra e encontrassem o mínimo de estrutura para desbravar a interlândia dessa cidade na época.

3.2 A TOMADA DO ESPAÇO DE MIRASSOL D'OESTE: PERSONAGENS E TRAMAS NO ESPAÇO

O município de Mirassol D'Oeste situa-se na microrregião Vale do Jauru, apresenta uma área territorial de 1.076,358 km², em uma distância de 329 km da capital Cuiabá, sendo ocupado nos idos entre as décadas dos anos 1960 e de 1970. Assim como em outras porções da região Centro-Oeste, a ocupação e povoamento desse município se fundamentam no contexto da Marcha para o Oeste e, portanto, prenhe ao seu contexto geopolítico e econômico.

3.2.1 As tramas e desafios dos primeiros colonizadores

Tendo por base o contexto da ordem política e econômica, contendo a intencionalidade do governo brasileiro e de colonizadoras privadas, bem como as circunstâncias geográficas do local em extensos espaços vazios é que os migrantes do Sudeste e Sul, na sua maioria composto por mineiros e paulistas, mas também capixabas e paranaenses e, mais tarde, poucos nordestinos protagonizarão suas primeiras tramas no que é hoje o espaço de Mirassol D'Oeste-MT e assim dar início à sua (re)produção socioeconômica.

Estes personagens que marcaram o início do desbravamento e apropriação econômica do espaço de Mirassol D' Oeste já se caracterizavam como sujeitos despossuídos da terra, trabalhadores da terra que não possuíam sua própria terra e que eram usurpados pelo latifúndio ainda no eixo Sul-Sudeste do país. Corroborando com esta assertiva, Heinst (2003) transcreve o seguinte depoimento de uma trabalhadora rural, despossuída do seu próprio pedaço de terra para cultivar:

(...) Por que tenho que trabalhar toda a vida pros outros? Eu trabalhava na roça, (...) eu tenho meus filhos aqui, e sem ter nada, nós precisamos de ter um lugarzinho para morar. (...). Por que toda a vida dando barrigada para os outros? E ele não trabalhava, era doente, quem mais trabalhava era eu. Tocava aquele mundão de roça que você precisava ver, tocava dez, quinze alqueires de roça. Tem muita gente aqui que tudo sabe que eu tocava com pião. (...) Plantava arroz, algodão, e era renda né. Tinha que pagar renda. (...) Só não vim antes por causa do meu pai que era doente e não queria que eu viesse, aí um dia eu falei: pai, o senhor fala pra esperar e tal, mas o senhor pensa, (...) eu quero formar pros meus filhos, eu vou abrir lá, se não der certo a gente volta, (...) ele conformou. Conformou que eu precisava ter meu pedacinho de chão, (...) eu vou morrer e deixar para os meus filhos, por que senão eu vou criar esses filhos tudo sem ter nada? Eu sou mãe de dez filhos.(...) Aqui nós sofreu, mas nós sofremos tanto, mas eu não tinha vontade de vender para ir embora. É mais fácil no que é da gente, e lá eu trabalhava, trabalhava e só pagava renda né (...) (HEINST, 2003, p. 80).

Não diferente de outros municípios do Estado de Mato Grosso, Mirassol D'Oeste teve suas terras loteadas, vendidas e ocupadas pelo processo de terras devolutas, uma política de ocupação de terras que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, como consequência do Programa Marcha para o Oeste.

Pesquisando o processo de ocupação do município de Mirassol D' Oeste, através de consultas no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso Heinst (2003), assim alude:

As terras devolutas de Mato Grosso, durante as décadas de 1950 e 1960, recebem especial atenção nos discursos oficiais – mensagens de governadores à Assembleia Legislativa e Relatórios do Departamento de Terras e Colonização - no que se refere à distribuição das mesmas (HEINST, 2003, p. 22).

Observa-se assim a preocupação por parte do Estado em distribuir as terras devolutas do Estado para povoá-las. Entretanto, ocupar aquele espaço vazio não constituía uma tarefa fácil para aqueles migrantes, pois tratava-se de uma terra inóspita, cheia de obstáculos e desafios a serem vencidos. Era preciso derrubar a mata, abrir estradas, levantar moradia, trabalhar a terra e fazê-la produzir. Tudo isso tendo como centro o mínimo de infraestrutura técnica e humana para dar suporte a essa empreitada, a cidade de Cáceres-MT, distante cerca de 80 quilômetros.

Isso não fora uma tarefa fácil, muito pelo contrário, ocorrera de forma que refletiu a negligência tanto do Estado quanto das colonizadoras que promoveram a ocupação, por que nem de longe implementaram ações que viabilizassem a ocupação e produção econômica desses novos espaços. Em trabalho retratando a saga desses migrantes no processo de ocupação do município de Lambari D'Oeste, na mesma região de Mirassol D' Oeste, Santos (2004) assim escreve:

Nessa busca de uma terra onde coubesse toda a família, onde fosse possível manter a união familiar, o migrante se despojava de todas as suas posses e vinha investir na nova terra. Terra que se revelou cheia de problemas que já não existiam na antiga morada, tais como a falta de estradas (...), a falta de assistência médica e religiosa, a falta de saneamento, entre outras (SANTOS, 2004, p. 18).

Ainda demonstrando as dificuldades do migrante nas terras desta Região, para prepará-la e inseri-la dentro dos propósitos do governo brasileiro, no contexto da divisão territorial do trabalho requerido por aquele momento do capitalismo no país, Santos (2003, p. 18) expõem essas dificuldades na fala daqueles pioneiros

assim transcritas “...nóis abrimo uma picada na foice e no facão, pra podê passa, por que num tinha estrada, num tinha nada...”

Captando depoimentos dos primeiros colonizadores para demonstrar essa mesma realidade de negligência e/ou ausência do Estado na dotação de infraestrutura para aqueles primeiros migrantes em Mirassol D’Oeste, Heinst (2003) assim transcreve:

(...) nós não pegamos nada do estado. Nunca pedimos nada, isso aqui foi feito completamente independente, com recurso próprio, sem depender de autoridade nenhuma, (...) abrimos estradas com recurso próprio, com enxadão, com peão, com machado, (...) o governo veio depois abrir estradas, veio fazer alguma coisa pra montar os postos dele de arrecadação de impostos, quer dizer pra ajudar na frente ele não veio, nós também nunca fomos pedir, (...) não ajudou mas também não atrapalhou, nem tomou conhecimento (...) (HEISNT, 2003, p. 53).

Não que as promessas de infraestrutura, como a abertura de estradas, por exemplo, não constasse das estratégias dos governos da época, como assinala as anotações de Heinst (2003):

Além da construção das estradas previstas nos diferentes planos rodoviários e de outras já contratadas pelo Estado, [...] executará o governo um plano de ligação das colônias agrícolas com os pontos de entrada de colonos e centros consumidores (HEINST, 2003, p. 21).

As citações acima demonstram nesse processo inicial de apropriação do espaço pelo sujeito migrante dois momentos: um de sedução pela “nova terra”, fomentada pelo governo e colonizadoras que vendiam a imagem da “terra prometida” e outro que podemos dizer de encontro com a realidade, onde ao chegar, constatava-se que tudo ainda deveria ser feito; inclusive as estradas de acesso. Sobre esse processo de aliciamento feito pelo governo e colonizadoras, Heinst (2003), explica que:

Durante as décadas de 1950 e 1960, é grande o interesse das autoridades governamentais do Estado de Mato Grosso, em produzir imagens que salientassem a preocupação com relação a abertura de estradas e rodovias, tanto de ligação entre os locais de terras para a venda e a localidade urbana mais próxima, como entre Mato Grosso e outros Estados vizinhos (HEINST, 2003, p. 27).

De acordo com Heinst (2003), das propagandas realizadas pelo governo do Estado Mato Grosso, o mesmo apresentava como uma “enorme mancha de terra fértil a espera de mãos ávidas por trabalho e prosperidade”. Em algumas matérias

publicadas, a exemplo de publicação realizada no jornal “O Estado de Mato Grosso”, é possível observar a dimensão pretendida para o povoamento das terras. Uma dessas propagandas através desse veículo de comunicação trazia a seguinte informação:

(...) Mato Grosso e o Brasil estão convocados, nesta hora, a voltar suas vistas para Cáceres: aí se encontram 2.000.000 de hectares de terras, 1.000.000 de 1ª qualidade, fertilíssimas e 1.000.000 de terras de 2ª qualidade, mas ainda aproveitáveis para determinadas culturas. (...) Quem demora a vista, (...), tem a sensação, repetimos de que a Natureza reuniu ali condições destinadas a transformar a região numa nova Terra da Promissão. (...) (HEINST, 2003, p. 59).

Ainda segundo Heinst (2007, p. 1) “a intenção é despertar o interesse naqueles que, geralmente, têm uma relação forte com a terra e que, particularmente por esse fato, podem se apresentar mais sensíveis a tais anúncios”.

Nesse início de ocupação das terras de Mirassol D'Oeste, nos anos 1960, depoimento colhido Heinst (2007), aponta um dos fatores em nível nacional que também contribuiu para o início da formação do município. Neste caso, o temor pela efetivação de políticas que pudessem desestruturar o latifúndio no Sul e Sudeste brasileiro, por ocasião do Governo João Goulart.

(...) houve naquela época, mais ou menos 1960 e poucos, um interesse grande de quem tinha fazenda em São Paulo, fazendas muito grande, que o pessoal desocupasse. De medo, naquela época tomava posse o João Goulart, ameaçando uma reforma agrária. Então, muitos pequenos lavradores receberam incentivo do patrão, receberam indenização, dinheiro, recebeu ajuda para adquirir terra longe, (...) (HEINST, 2003, p.76).

O fato acima demonstrado também implica em outra condição imposta a esse migrante na sua terra de origem: o de aventurar-se na terra desconhecida do Sudoeste de Mato Grosso, ante a iminência de ser expulsos do seu local de trabalho, a terra, a qualquer momento pelo latifúndio, como ocorria na época.

Tratava-se também, na história do sujeito que ainda que alheio ao que ocorria no sentido da dinâmica do capital, mas prenhe ao contexto de mobilidade do capital no território brasileiro, serviu como elemento de expansão e territorialização do capital naquele momento em terras do Sudoeste de Mato Grosso.

De convicção, o migrante que chegava buscava um novo lugar para se viver, encorajados pela vontade e possibilidade de um futuro melhor.

Homens e mulheres que se deslocaram para as terras da área de Mirassol D'Oeste estão à procura de “novas possibilidades de vida”, mas também, esperam que, naquela área, possam manter sua família unida, sem a ameaça de fragmentação da terra, para manterem a produção familiar (HEINST, 2003, p. 72).

Em outro momento, sobre o que os imigrantes esperavam da nova terra, Mirassol, cabe salientar, segundo Heinst (2003):

Contudo, maior e mais forte que esse medo da vida selvagem, era a ameaça que sofriam da fragmentação da família, da expropriação da terra e exploração de seu trabalho somados à inquietude da provisoriedade das situações. Isso tudo, resultava no desejo de traçar um outro caminho, construir uma nova direção para o futuro e inverter o curso de suas vidas (HEINST, 2003, p.72).

Fato importante desta narrativa é que, segundo Heinst (2007), o fato destas pessoas já possuírem uma experiência com o campo, com a atividade agrícola, assim, adquirir um pedaço de terra nesse novo lugar, pra chamar de seu, trabalhar pra si mesmo nas terras de Mirassol, representava a continuidade da experiência na terra que tinham no interior do Sudeste e Sul do Brasil. O encorajamento de desbravar o novo, do que a nova terra representava, observa-se então que o município que viera a surgir encontra-se destinado a acolher aquelas pessoas que eram expulsas das suas terras... à terra como um bem a ser deixado para os filhos. Uma terra para pequenos produtores.

3.3 DA PEQUENA À GRANDE PROPRIEDADE: O ESPAÇO E A SUA (RE) ESTRUTURAÇÃO ?

Como dito anteriormente, pode-se sustentar que o início de ocupação do espaço de Mirassol D'Oeste esteve relacionado, em uma ordem de mútua reciprocidade, a fatores econômicos e geopolíticos. Todavia, não se pode negar que estes dois fatores que se complementam se ancoraram nos atributos geográficos encontrados pelo migrante na região que, à época deu condições objetivas ao processo de seleção daquele espaço pelo capital para atender a sua territorialização. Trata-se do que Moreira (2010) identifica como a seletividade do capital que elege os espaços que possibilitam a sua territorialização e reprodução.

3.3.1 Os aspectos físicos-geográficos do local e a forma de apropriação das terras

O Espaço (re)produzido é o resultado das práticas promovidas pelos sujeitos em um dado local. Entretanto, pode se dizer que estas práticas guardam o sentido dos fatores de ordem geográfica de cada porção do Espaço, por que estes atuam como elementos decisivos na seleção desse local para a reprodução do sistema do capital e toda a sua demanda em diferentes tempos (MOREIRA, 2010). Assim os aspectos físicos geográficos também constituem elementos importantes neste estudo, para compreendermos as bases da ordem da natureza que contribuíram para todo o processo de formação socioespacial de Mirassol D'Oeste.

a) Geologia, Geomorfologia e Pedologia

Especificamente na área do Sul do município a composição geológica faz parte período Proterozóico com sequências metavulcano-sedimentares do planalto de Jauru. Compreende faixas de rochas vulcânicas de composição variada, rochas sedimentares terrígenas e químicas, metamorizadas na fácies xisto-verde. Encontram-se separadas por terrenos granito-gnáissicos. Já na porção Central, se tem o predomínio do período Cenozóico com rochas da Formação Pantanal com sedimentos arenosos. Nessa área, aparecem sílticos-argilosos, argilo-arenosos e areno-conglo-meráticos, semiconsolidados e inconsolidados. Neste, aparece localmente impregnações ferruginosas e salinas. Na porção Leste do município ocorre à presença de rochas da Formação Puga com conglomerados (diamictitos) com intercalações de arenito, síltitos e folhelhos. No topo exhibe intercalações de margas e calcários. Ao Norte do município, pertencente ao Complexo Xingu, contendo um conjunto de rochas ortometamórficas, constituídas por granitos, adamelitos, dioritos, anfibólitos, gnaisses ácidos e básicos, migmátitos, granulitos, com subordinados quartiztos, quartzo-mica-xistos e mica-xistos. Ainda se encontra grau metamórfico fácies anfibólito médio e granulito. (CAMARGO, 2011, p. 28 e 29)

De acordo com Rossi (1992) citado por Camargo (2011, p. 38 - 39), no aspecto geomorfológico o município de Mirassol D'Oeste está localizado em uma unidade que possui tectônica ativa, devido ao processo de subsidência que caracteriza a instalação da bacia do alto rio Paraguai e abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atingindo 700 km de extensão. Segundo a

interpretação de Camargo (2011), é uma grande região ocupada por depósitos quartanários que atingem mais de 500m de profundidade.

Nesse conjunto geomorfológico, a morfoestrutua de Mirassol D'Oeste é dos sedimentos da bacia do Cinturão Orogênico Paraguai-Araguaia. O relevo tem formas dissecadas com topos apresentando morfologias aguçadas, apresentando morfoesculturas na depressão Alto Paraguai (CAMARGO, 2011, p. 38 - 39)

A região apresenta solos do tipo Latossolo Vermelho Escuro Eutrófico, que corresponde a solos de textura argilosa e muito argilosa. Nestes solos há ocorrência de Cerradão Tropical Subcaducifólia. Há ainda grande ocorrência de solo do tipo Latossolo-Vermelho-Amarelo Podzólico Distrófico, que é caracterizado por textura arenosa, relevo suave e ondulado (CAMARGO, 2011).

b) Clima, Vegetação e Hidrografia

De acordo com dados de Camargo (2011, p. 52, 53 e 56), município de Mirassol D'Oeste possui duas temperaturas médias anuais, sendo que a sede do município está localizada dentro da faixa de temperatura mais alta para o Estado de Mato Grosso que varia entre 25,1°C a 26°C. Isso acontece devido esta escala mais específica da cidade se localizar em uma área mais baixa, com altitude menor que 200m, que é característico da região da depressão do alto Paraguai e do Pantanal. Ocorre ainda a presença de uma temperatura mais amena no nordeste do município que varia entre 24,1°C a 25°C, mostrando que o município se encontra em uma zona de transição com as temperaturas mais amenas; características do Planalto do Parecis e de grande parte da depressão sul amazônica que tem altitudes maiores entre 300 e 400 m.

De modo geral, dentro do quadro morfoclimático de Mato Grosso, o município se caracteriza por apresentar uma estação seca, que coincide com os meses de maio a outubro na região e o período chuvoso que, geralmente vai de novembro a abril.

O município de Mirassol D'Oeste se caracteriza por uma vegetação de uso antrópico como a agricultura, pecuária, extrativismo vegetal tendo algumas áreas de formação secundária, remanescentes de formações naturais que devido à retirada de madeira, abertura de clareira e efeitos de borda, não apresenta mais as características florísticas, estruturais e dinâmicas originais do período de sua ocupação correspondente à década de 1950. Da flora original, prevalecem espécies

de baixo valor econômico. No contexto geral, considerando a sua localização e o seu respectivo domínio morfoclimático, o cerrado, também denominado de savanas brasileiras, em seus diferentes aspectos fitofisionômicos é a vegetação característica do município (CAMARGO, 2011).

De acordo com Camargo (2011, p. 54, 55-56) a pluviosidade do município gira em torno de 1401 a 1600 mm tendo um total de 5 meses secos sua deficiência hídrica é de 251 a 300 mm e ganha seu ápice nos meses de maio e setembro. O seu excesso hídrico é 500 a 600 mm e tem seu ápice nos meses de novembro e março

3.3.1.1 Os atributos geográficos e a fixação na terra

Estas condições naturais (a terra virgem) propiciam e mobilizam o migrante a desbravar a terra para a produção agrícola. O início e o aumento de volume desta produção começam a atender os anseios do Governo na produção de alimentos, logo, torna-se também importante para o processo de reprodução do capital naquele período.

Como já dissemos em argumentação anterior, a ocupação das terras da região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, onde hoje se encontra localizado o município de Mirassol D'Oeste, está ligada às correntes migratórias que ocorreram pós década de 1960 e intensificaram nos anos de 1970.

Favorecida pelos atributos geográficos do local como áreas de terras virgens e sem desgaste, com dois períodos de chuva bem definidos durante o ano; que possibilitaria organizar um calendário agrícola de semeadura, crescimento e colheita, especialmente de lavouras temporárias como arroz, feijão, milho, mandioca, entre outros, a população migrante marcou seu início de produção nestas terras pela prática da agricultura familiar. Este fato marca definitivamente o início do processo de reprodução do espaço aos moldes capitalista, por que acontece em detrimento das antigas formas de apropriação do solo do local realizada pelos índios Cabaçais¹. Assim, no início do povoamento os grupos de pessoas se dedicaram às

¹Os índios Cabaçais foram os antigos povos desta região. Eles são parte da grande tribo Bororo que por mais de cinco mil anos habitaram a região sudoeste do Estado de Mato Grosso, esta parte do Estado foram denominados de Cabaçais pelos paulistas que colonizaram o local em função das proximidades com o Rio Cabaçal que compõe a grande bacia hidrográfica da Paraguai. Conforme o site do "instituto socioambiental", O termo Bororo significa, na língua nativa, "pátio da aldeia". Não por acaso, a tradicional disposição circular das casas faz do pátio o centro da aldeia e espaço ritual desse povo, caracterizado por uma complexa organização social e pela riqueza de sua vida cerimonial. Atualmente são parte da grande tribo Bororo que tiveram os sobreviventes remanejados e confinados na área indígena de Umutina, no município de Barra dos Bugres. "Hoje, despeito das

pequenas plantações e criação de pequenos animais que tinham a finalidade primeira de atender as demandas do núcleo familiar.

O uso da terra nesse princípio colonizador foi caracterizado pela prática de cultura de produção familiar em pequenas propriedades e cuja produção voltava-se primeiramente para a sobrevivência familiar e, o excedente que com o tempo começou a surgir, voltava-se para o abastecimento da própria região.

É relevante mencionar a forma como essas famílias foram chegando e se instalando em seus lotes, reproduzindo suas origens, como chegaram, de que maneira era feita a locomoção desses migrantes, as dificuldades, desafios e estratégias organizadas no início da formação do lugar.

É, portanto, sobre a pequena propriedade que ocorre todo o processo de produção econômica das terras onde hoje se localiza o município de Mirassol D'Oeste. Nestas propriedades produziam-se grãos de forma braçal para o sustento da família que, mais tarde, também passou para abastecer o mercado local que começava a surgir no núcleo urbano em início de formação.

3.3.2 O Uso da terra, a dinamização do comércio e o surgimento do núcleo urbano

Como já foi salientado, no primeiro momento da ocupação da região Sudoeste de Mato Grosso e que culminaram com colonização de Mirassol D'Oeste, as famílias colonizadoras ocuparam-se da atividade econômica voltada para a agricultura de subsistência de base familiar. Dados do IBGE (1980) indicam que mesmo após a emancipação do município de Mirassol D'Oeste a característica do espaço rural estava assentada na pequena propriedade, cuja grande maioria não ultrapassava o tamanho de 10 hectares, conforma ilustra (Tabela 3)

Tabela 3: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado no ano de 1980

Ano	Propriedade e uso					Pessoal Ocupado
	Total	Até 10 Há	Com Lavoura	Com Pecuária	Efetivo Bovino	Total no contexto agropecuário
1980	1.316	758	1.296	-	29.714	8.325

Fonte: Soares (2014) e IBGE (1995)

Organização: Calixto (2017)

investidas contra seu território e arcabouço cultural, tem atuado como armas contra os efeitos predatórios do contato com o “homem branco”, que se estende há pelo menos 300 anos” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL).

Observa-se que o contexto agrário é marcado pelo predomínio da pequena propriedade. Esse fato torna-se nítido mesmo nos anos de 1980 quando Mirassol já se tratava de município emancipado. Do total de propriedades rurais que somava 1.316 estabelecimentos, cerca de 58%, ou 758 destas, não ultrapassam os dez hectares. Outro dado importante deste cenário é que das 1.316 propriedades rurais nesse período, 1.296 se dedica a atividade com lavoura, o que indica que quase 100% do espaço rural encontravam-se envolvida com a produção de alimentos, um dos objetivos do governo brasileiro no período que incentivou o desbravamento da Amazônia Ocidental brasileira com a Marca para o Oeste.

Os principais itens cultivados nessas pequenas propriedades rurais de base familiar de subsistência foram às chamadas lavouras temporárias como o arroz, feijão, milho, mandioca, batata, banana, frutas, hortaliças, entre outros, e, pouco mais tarde, como elucidaremos em seguida, há o incremento nessa diversidade de produção com o cultivo do café (lavoura permanente) e o algodão, em pequena escala.

O desenvolvimento dessa atividade diversificada em pequenas propriedades proporcionava um sustento maior a essas famílias, com geração de renda e condições de manutenção do conjunto familiar. Essas famílias utilizavam de métodos tradicionais de cultivo; aquele viabilizado de maneira quase que exclusivamente braçal e com uso de pouquíssimo incremento tecnológico.

A experiência de mineiros, paulistas e paranaenses com a cultura do café, aliada à existência de solos vermelhos férteis em terrenos da região, incentivou esse tipo de cultivo para além do reivindicado no uso familiar. Estudando o contexto agrário da região por ocasião do processo de sua colonização, Neuburger e Geipel (2004) afirmam que:

Na região de Mirassol D'Oeste e São José dos Quatro Marcos, os colonos iniciaram na base de solos férteis o cultivo de café e de algodão para o mercado nacional, sempre acompanhado pela produção de lavoura branca destinada à subsistência (NEUBURGER e GEIPEL, 2004, p. 17).

O crescimento da agricultura familiar e a sua diversificação geraram excedentes de cultivos dessa pauta, e isso serviu de base para estimular a comercialização que serviria para fomentar a origem de estruturas que pudessem armazenar e posteriormente garantir a venda desses produtos. Junto a esse fato observa-se também o incremento de algumas monoculturas que foram importantes para a expansão e dinamização do comércio no local. Neste sentido, as demandas

comerciais geradas pela produção no espaço rural foram fundamentais para impulsionar a estruturação do espaço urbano de Mirassol D'Oeste.

Diante da Figura 2, percebemos a transformação da estrutura urbana de Mirassol D'Oeste nos primórdios da sua formação. Nela se observa a concentração dos primeiros estabelecimentos comerciais e maior fluxo de veículos e pessoas, onde hoje é trecho urbano da MT 175 e que ainda se destaca como importante via comercial.

Figura 2: Início da estruturação do espaço urbano de Mirassol D' Oeste



Foto: Gleyson Cunha, (Sem data).

Sobre a configuração do espaço urbano Heinst (2003, p.112) relata que:

No espaço destinado à cidade, as mulheres foram tecendo uma rede de troca com as propriedades rurais e com os moradores do próprio núcleo. Experiências múltiplas produzidas pelos próprios moradores dessa área recente de ocupação que ao mesmo tempo possibilitam os primeiros esboços de um espaço urbano ainda que com características rurais e também produzem uma rede de sociabilidades com os moradores das redondezas.

Assim, se observa no relato acima que o espaço urbano do município de Mirassol D'Oeste começa a se formar onde as relações sociais e econômicas se expressam em um espaço de vivência dos seus sujeitos constituintes. São esses sujeitos que movidos por práticas socioeconômicas vão deixar suas marcas materializadas nesse espaço, segundo aquele momento histórico do modo de produção capitalista. São práticas espaciais que nele criam e recriam formas e funções por meio de ações e intenções.

Essas intenções e ações como já salientado, refletem no espaço urbano através das estruturas para atender as demandas do comércio na época. Uma parte relevante das estruturas criadas para o atendimento dessa demanda são os antigos galpões de armazenamento de grãos, que caracterizam a forma de uso da terra no ambiente rural e o apogeu da produção de grãos naquele período.

As “cerealistas” passaram a fazer parte da paisagem urbana que passou a se estruturar ao longo da Rodovia MT 175. Milton Santos (1992) propôs interpretar esse fenômeno através de categorias analíticas, que nos permite compreender o espaço em sua dialética como uma totalidade espacial.

Sobre o conceito de função, Santos (1992) diz que esta se encontra diretamente relacionada com a sua forma; portanto, a função é a atividade elementar de que a forma se reveste. Ou seja, a forma é criada em determinado momento histórico para desempenhar um papel, havendo assim uma variação de uso, uma atividade comercial, residencial, de lazer entre outras, haja vista que a partir do modo produção, as categorias expostas acima são criadas para se atender a uma lógica, na discussão, a lógica do capital.

“As formas ou artefatos de uma paisagem são resultados de processos passados ocorridos na estrutura subjacente” (SANTOS 1992, p. 50). A Figura 3 mostra as estruturas construídas no espaço urbano do município e evidenciam a forma e a função dada aos galpões de armazenamento de grãos (arroz, feijão, milho, entre outros), produzidos na época, pois inicialmente o município tinha como base a pequena propriedade bem como a agricultura familiar.

Figura 3: Forma e a função de antigas estruturas no espaço urbano, hoje, modificados para outras demandas.



Foto: Calixto (2016)

Mobilizado pela produção iniciada no espaço rural e também pelas necessidades sugeridas pelos sujeitos deste mesmo espaço, a rede urbana surge para atender uma crescente demanda população rural pelos serviços tipicamente urbanos. Entre os serviços de interesses públicos como saúde, educação e de ordem religiosa, estavam também os de interesses econômicos e estes passavam pela necessidade de armazenar e beneficiar os grãos produzidos nos arredores do novo núcleo urbano que começava a ganhar forma. Assim, o espaço urbano surge junto à rodovia MT 175 e a paisagem expressará com os galpões de armazenamento um processo de produção econômica inerente ao processo de colonização desse município.

É no entorno dessa rodovia que primeiramente se ergueu as estruturas que tem o objetivo de atender a demanda econômica da população, por ocasião do processo de colonização do município, esta malha urbana iniciada ao longo dessa rodovia, se tonifica e expande-se para o que é hoje a atual rua 28 de outubro, (Figura 4). Ali se instalaram principalmente o comércio de produtos alimentícios, farmacêuticos, calçados e vestuários. Enquanto que nas margens das rodovias privilegiou-se a instalação de mecânicas, máquinas de beneficiamento de cereais e serrarias.

Figura 4: Rua 28 de Outubro, hoje, importante via comercial na área central de Mirassol D'Oeste- MT



Foto: Calixto (2017)

Atualmente, a paisagem urbana ainda guarda formas que nos remetem àquele período (Figura 5). Hoje muitas dessas construções sofreram mudanças para atender à demanda atual do processo capitalista vivenciado no núcleo urbano.

Figura 5: Antigos galpões, hoje adaptados às novas demandas comerciais de Mirassol D'Oeste-MT



Foto: Calixto (2016).

Cabe aqui enfatizar que esse processo garantiu a concentração das atividades de comércio e de serviços, que proporcionou uma espacialização do

centro urbano do município. Ou seja, a centralidade urbana é composta por uma organização socioespacial, sendo assim, se tem no conjunto formado pela praça, a igreja e os estabelecimentos comerciais, uma forma intencionada de atração da população, pois seria nesse espaço, o lugar de socialização da população local. Neste sentido, a ideia de centralidade, onde está localizado o comércio e a parte mais dinâmica da cidade converge para questão da rede bancária (econômico) e para a questão cultural (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

3.3.2.1 O uso da terra na fase do algodão

Ainda no contexto do uso da terra no espaço rural de Mirassol D'Oeste, cujos reflexos são sentidos em todo o conjunto da sua organização sociespacial tanto no ambiente agrário quanto no ambiente urbano, faz-se importante perceber o papel que a cultura do algodão desempenhou no período que compreende o final da década de 1980 e primeira metade da década de 1990.

No final década de 1980 e início de 1990, há um significativo desenvolvimento da cultura do algodão no Estado. Sobre essa cultura no período mencionado, Cunha (2011), informa que:

A cultura do algodão apresentou tendência de aumento na produção, no período 87/94, consequência tanto da expansão da área cultivada, como do aumento nos níveis de produtividade da lavoura, embora haja baixo patamar tecnológico empregado na condução das lavouras nas áreas de agricultura familiar (grande maioria), bem como prováveis interferências provenientes das condições ambientais. A produção de algodão também apresenta 4 núcleos de produção. O primeiro engloba os municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte, Alta Floresta e Guarantã do Norte (microrregiões de Colíder e Alta Floresta). No eixo Jauru-Cáceres, englobando os municípios de Cáceres, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Barra do Bugre, localiza-se o núcleo produtor algodoeiro mais tradicional e significativo do Estado (CUNHA, 2011, p. 22).

No município de Mirassol D'Oeste o cultivo deste produto marca expressivamente o uso da terra no final da década de 1980.

Um dos pioneiros da cultura do algodão na região e especificamente de Mirassol D'Oeste, senhor José Spolador, nos relata aspectos importantes desse cultivo e das suas repercussões na forma de uso da terra, da geração de renda e demais reflexos da dinamização socioeconômica local e regional. Estes relatos nos permitem conhecer um pouco mais sobre esse momento de um tempo vivido de

experiências que transformou economicamente o município em um importante centro algodoeiro da região na época.

Segundo o entrevistado, a fim de trabalho, este visitou inicialmente a cidade no ano de 1987, mas se mudou em definitivo em 1988, com objetivo de conhecer o local para instalação de uma algodoeira, oriundo do Paraná. Já com experiência no trabalho com o algodão, acreditou que Mirassol D'Oeste seria um lugar propício para instalação de uma algodoeira, dado ao que visualizou de terras férteis e clima favorável existente. Neste momento de primeiro contato e conhecimento do local, assim relata;

(...) Eu vim com intenção de trabalhar com o algodão, porque a gente já conhecia há tempos atrás, eu era gerente da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) que já financiava o algodão aqui na região e a qualidade do algodão era muito boa, então por isso nós resolvemos vir pra cá (...) (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

Já de início, a implementação da cultura do algodão mostrou-se bastante promissor e rentável, por que atingiu em pouco tempo alta produtividade sem a necessidade do emprego de maiores tecnologias como maquinários e fertilizantes. Sobre isso o senhor José assim nos relata;

(...) Nós não tivemos dificuldade porque nós viemos aqui pra montar a algodoeira e construímos aqueles barracões que tem lá na entrada que o vento derrubou...construímos a algodoeira com uma máquina de beneficiar algodão e quando nós viemos pra cá, plantava-se 3 mil hectares de algodão de Cáceres a Pontes e Lacerda. Dois anos depois que nós estávamos aqui financiava algodão, semente, veneno... tinha 36 mil hectare. Já plantado, então foi um momento muito bom. (...) (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

Segundo o próprio entrevistado, a boa qualidade das terras e as condições climáticas atuaram decisivamente para a alta produção que ocorreu e também na boa qualidade do algodão que se produzia na região, conforme ilustra a Figura 6.

Figura 6: Lavoura de algodão no Distrito de Horizonte D' Oeste, nas proximidades de Mirassol D' Oeste



Foto: Israel Martins de Lima (Década de 1990)

Segundo dados obtidos através do entrevistado, representante comercial e técnico de empresa compradora de algodão, a qualidade do algodão se constatava através de uma classificação que tinha o tipo 6 como o de excelência. No caso de Mirassol D'Oeste o tipo colhido variava de 5.0 a 5.5, onde o comprimento da fibra atingia cerca de 30 a 34 cm, se comparado a outras regiões que atingia 30 a 32 cm, portanto, de qualidade muito boa (PESQUISA DE CAMPO, 2017). Os fatores geográficos relacionados ao solo e distribuição das chuvas durante o ano (período seco e chuvoso bem definido), atuavam como fatores decisivos no bom desenvolvimento da lavoura e, por conseguinte, da sua classificação.

Este fato gerou interesse de outras algodozeiras, como a Aguil, que se instalou em Mirassol D'Oeste após a algodozeira Ivaí, sendo esta considerada pelo senhor José, a pioneira do algodão na cidade.

Esta fase do uso da terra no ambiente rural de Mirassol D'Oeste também demonstra um aspecto importante da forma de inserção e especialização do capital neste período do município. De acordo com os relatos obtidos, isso se dava através do fornecimento de tecnologia por parte de uma empresa para otimizar os custos da produção e garantir melhor produtividade.

(...) Eu saía nas propriedades, conversava, incentivava e fornecia o que eles precisava de tecnologia, nós tínhamos um agrônomo que trabalhava com a gente também, fornecia tecnologia pra eles, fornecia recurso, e por

exemplo, em Curvelândia, a gente tinha comprador lá, a gente financiava ele lá ele trazia pra cá (..) (JOSE SPOLADOR, 2017).

A partir dessa metodologia empreendida pela empresa e localizada na cidade de Mirassol D'Oeste, esta mobilizava e alocava a produção de algodão para além do município de Mirassol D'Oeste e atingia praticamente toda a região, especialmente municípios vizinhos como Curvelândia, São José dos Quatro Marcos, Gloria D'Oeste, Porto Esperidião e Cáceres. A Figura 7 mostra uma das lavouras de algodão localizada no município de Porto Esperidião.

Figura 7: Lavoura de algodão na localidade do município de Porto Esperidião – MT



Foto: Israel Martins de Lima (Década de 1990)

Assim, o município passou a figurar como um polo econômico da produção do algodão na região. Considerado de boa qualidade, essa cultura gerou uma grande procura de compradores de fora. Com os investimentos considerados mínimos, as lavouras atingiam no apogeu do seu cultivo, cerca de 30 a 40 mil hectares plantados de algodão, e em média se tirava de 150 a 160 arrobas por hectare. Já nas lavouras com maiores investimentos com fertilizantes e outras tecnologias, chegava-se a produzir até 200 arrobas por hectare (PESQUISA DE CAMPO, 2017). Segundo informações fornecidas pelo sítio “Notícias Agrícolas”, na atualidade, tendo em vista o uso da mais alta tecnologia disponível, algumas poucas áreas chegam a produzir no Estado de Mato Grosso 225 arrobas por hectare.

Sobre esse contexto da alta produção de algodão no município e região e que repercutia no movimento nas algodozeiras e empregos que gerava diretamente na cidade, o senhor José assim expõem:

(...) Nós recebia em torno de 100 toneladas de algodão e beneficiava em torno de 60 toneladas por dia. Fazia de 12 a 130 fardos de algodão por dia. Na época da safra trabalhava em torno de 70 funcionários, depois veio à outra algodozeira que tinha bastante funcionário também (...) (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

E ainda prossegue enfatizando o uso da terra no ambiente rural com a alta produção de algodão, o movimento comercial gerado e que repercutiu na dinamização do ambiente urbano:

(...) Tudo que comprava aqui vendia, assim, se comprava 1.000 arroba de algodão ou 10.000 toneladas já tinha comprador na hora, não ficava com estoque de algodão, a gente já vendia por causa da qualidade do algodão. E foi um curso muito bom na cidade, o movimento era muito bom, veio outra algodozeira depois de nós a algodozeira Aguil e em Quatro Marcos abriram mais duas depois de nós (...) (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

Sobre os postos de trabalho gerados em outras algodozeiras mencionadas pelo entrevistado, verificação in loco, procedendo entrevista com antigo funcionário de um dos menores desses estabelecimentos menciona que, em média, a algodozeira em que trabalhava gerava no período de colheita em torno de 40 oportunidades de emprego direto (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

A estimativa que se tem é que se chegava a colher em um dia cerca de 50 mil Kg de algodão.

Informações colhidas em pesquisa de campo sobre a época revelam que eram pilhas de fardos da produção expostas ao longo da BR 175. A produção era escoada por caminhões que buscava a mercadoria no município, ou seguia via fluvial pelo porto do Rio Paraguai em Cáceres; período que este ainda se encontrava ativo, (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

É importante salientar dois aspectos importantes do cultivo do algodão como elemento de impacto econômico em Mirassol D' Oeste naquele período:

- I- Incorporou-se na pauta agrícola como um elemento a mais da produção. Somando à cultura diversificada de base familiar, não a eliminando.
- II- Atingia a grande e a pequena propriedade, permeando entre o pequeno e o grande produtor.

Segundo o senhor José Spolador, assim nos esclarece que ao aderirem-se ao cultivo de algodão os pequenos proprietários seguiam com a produção de itens como arroz, milho, café, leite, entre outros. Entretanto, aquele produtor mais capitalizado, à medida que observava a rentabilidade gerada, começou a buscar novas terras e aderir à nova cultura do algodão como monocultura. De qualquer forma, este cultivo figurou tanto para o grande produtor quanto para o pequeno (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

Dessa forma, a cultura do algodão se constituiu como um elemento importante para a geração de renda em Mirassol D'Oeste ao longo dos anos de 1990. Entende-se assim, que, baseado nesse período histórico, o mesmo nos reforçam a compressão de que o município fora considerado como cidade polo do algodão, pela importância da atividade econômica à qual passou a ser vinculada, e de certa forma em função deste momento, a absorção de novas terras para cultura se via necessário. (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

A produção algodoeira movimentava economicamente o pequeno e o grande produtor. Como nos anos de 1980 ainda prevalecia o número maior de pequenas propriedades, (Tabela 4), conclui-se que os efeitos econômicos da cultura do algodão prevaleciam sobre o pequeno produtor.

Tabela 4: Área plantada e quantidade de algodão produzida em Mirassol D' Oeste nos, safras de 1993 e 1995

Município	1991		1992		1993		1995	
	Área plantada (há)	Produção (t)	Área plantada (há)	Produção (t)	Área plantada (há)	Produção (t)	Área plantada (há)	Produção (t)
Mirassol D' Oeste	5.939	8.909	7.000	10.500	6.000	7.488	7.000	4.608

Fonte: Tardin (2005) e IBGE (2004)

Organizado por: Calixto (2017)

O sucesso da cultura do algodoeiro perdurou durante alguns anos no município.

3.3.2.1.1 O declínio do algodão e repercussões no uso da terra

O algodão foi um produto de grande importância para a economia do município, tendo, de certa forma, alterado a sua dinâmica socioeconômico após sua implantação no final da década de 1980 e que perdurou até a primeira metade nos

anos de 1990. Em se tratando do município de Mirassol D'Oeste e região, além de fortalecer a economia local com maior disponibilidade de emprego, atuava na permanência de pequenos trabalhadores rurais na sua terra e, assim, mantinha a característica da pequena propriedade do setor agrário.

Entretanto, fatores de ordem econômica combinado com fatores de ordem ambiental, levaram ao declínio da produção do algodão em Mirassol D'Oeste e região.

Segundo o senhor José Spolador, o fato de alguns comerciantes de algodão utilizar-se de má fé na compra do produto constitui o motivo econômico. Sobre isso o entrevistado esclarece que para tentar obter mais lucro na transação comercial, muitos compradores do algodão não renovavam as sacarias utilizadas no transporte, assim, durante o percurso que atingia outros ambientes, embalagens utilizadas em fins diversos eram reutilizadas, e isso levou a instalação de pragas nessas embalagens, e possibilitando sua instalação no ambiente da região da Grande Cáceres. Essa praga diz respeito ao "Bicudo" ou "Anthonomus grandis" (EMBRAPA, 1997), atuava na destruição do cultivo. Relacionados, levaram à falência da produção de algodão na segunda metade da década de 1990.

Sobre esse inseto, o relatório da EMBRAPA (1997) diz que:

Se alimentam nos botões florais, na ausência destes, ou sobre forte pressão populacional, as maçãs também são atacadas. As fêmeas depositam ovos no interior dos botões que caem sobre o solo contendo larvas, as quais empopam, e finalmente transformam-se em novos adultos. Uma fêmea coloca ao redor de 150 ovos durante sua vida. As larvas eclodem cerca de 3 a 5 dias após a postura, e com 7 a 11 dias empopam, surgindo os adultos de 3 a 5 dias após. . O ciclo de vida de ovos a adulto pode ter uma duração aproximadamente de 20 dias (EMBRAPA, 1997, p. 64).

O fator ambiental é, portanto, a instalação do bicudo nas lavouras de algodão no município e região. Assim pode se aferir que a falência da economia algodoeira em Mirassol D'Oeste surgiu por conta desses fatores, e que se reflete decisivamente no contexto econômico das algodoieiras e de modo geral na vida dos pequenos produtores (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

O bicudo-do-algodoeiro foi uma realidade enfrentada pelos produtores em Mirassol D' Oeste e que acarretou sérios problemas por conta de sua infestação. Em outro momento da entrevista com o senhor José Spolador, podemos evidenciar fatos

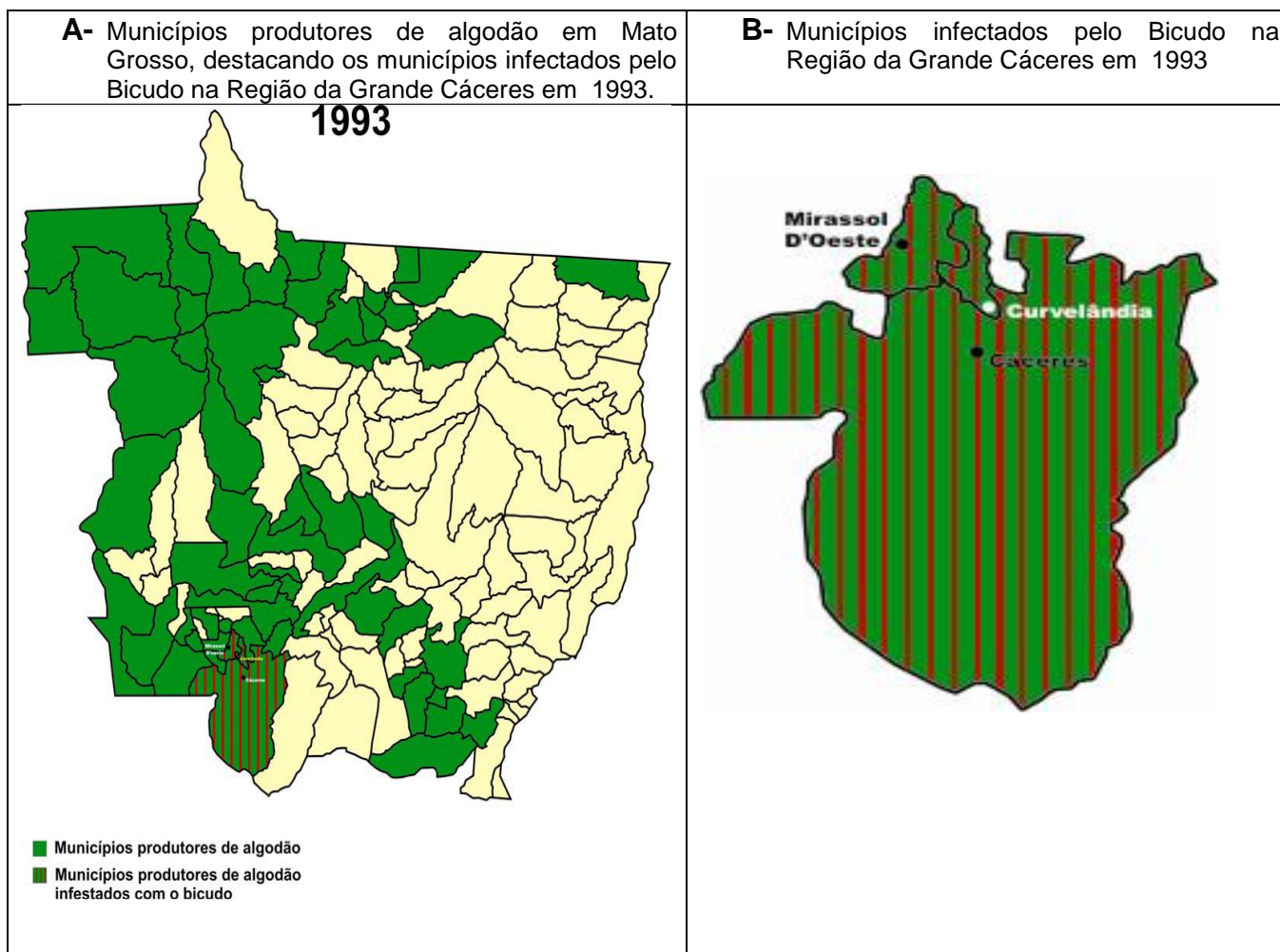
dessa ocasião vivida pelas algodozeiras e produtores do algodão. Conforme nos relata o entrevistado, antigo gerente da primeira algodozeira instalada no município,

(...) Ai como estava muito bom, apareceu os “bicudo” de fora. Os compradores de fora do estado de São Paulo mandou vim aqueles cara mandou comprar pra eles aqui, ai o que eles fizeram... aqui não tinha bicudo naquela época, eles levava... isso ai começou mais ou menos em 1992/1993, eles levava o algodão e trazia as sacarias de volta e as sacarias eram infestadas de bicudo, e o bicudo esparramou, e em 1995 já não tinha mais nada. (...) tinha um comprador de fora lá de Fernandópolis, ele tinha uma algodozeira em Fernandópolis, ele vinha e comprava da nossa sacaria, pagava um pouco mais caro, como tinha muito algodão ele levava e trazia as sacaria velha cheia e infestada de bicudo (...) (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

As circunstâncias e o episódio que versam sobre a entrada do Bicudo na Região, conforme salientado na entrevista, também se evidenciam no trabalho de Tardin (2005, p. 86), quando assevera que a “entrada do bicudo na região Sudoeste de Mato Grosso, possivelmente, está relacionada ao trânsito de produtos e subprodutos algodozeiros, bem como de sacarias usadas, nas rodovias BR-163, BR-364 e BR-070”.

Em trabalho que verifica a realidade do algodão em Mato Grosso no período da década de 1990, Tardin (2005) demonstra que a abrangência do Bicudo atinge não só o município de Mirassol D’Oeste, mas também áreas de municípios da região como Cáceres e Curvelândia, onde se concentravam a maior área cultivada no Sudoeste do Estado, como ilustra Figura 8.

Figura 8. Municípios produtores de algodão em Mato Grosso, destacando os municípios afetados pelo Bicudo na Região da Grande Cáceres, ano de 1993.



Fontes: Arantes et al. (1993); Tardin (2005) e IBGE(2004).

Assim, o bicudo-do-algodoeiro detectado entre os anos de 1992 e 1993 na região sudoeste de Mato Grosso, se alastrou pelas lavouras e, diante da falta de recursos e tecnologia para combater o que é considerada uma praga de difícil de combate, tanto no plantio quanto no cuidado com a aplicação de veneno, iniciou o declínio da plantação de algodão em Mirassol D'Oeste e em toda a Região.

“(…) Porque aqui era uma região que não tinha tecnologia, então não tinha condição de fazer o combate bem feito, por exemplo, tem muita região que já teve bicudo e lá não ia pra frente (…)” (JOSÉ SPOLADOR).

Ainda sobre os fatores que levaram à derrocada do algodão em Mirassol D'Oeste, como já dissemos o fator econômico relacionado à queda no preço do produto também influenciou. Junto com o fator de ordem ambiental, desestimulou

maiores investimentos na sua produção. Entre essas as causas da queda do preço, está à baixa na qualidade do cultivo que era comercializado.

Segundo entrevista colhida, a concorrência entre as algodozeiras não limitava o comércio, ao contrário, estimulava.

(...) Outro fator que fez com que o algodão também caísse com a qualidade do algodão, porque esses comprador de fora eles comprava sem classificação, e tinha lavrador honesto e não honesto, então ele descobria que não classificava o algodão, colocaram casca no algodão quando eles viram o resultado deles lá ai foi um caso muito sério, derrubou o preço (...) (JOSÉ SPOLADOR, 2017).

Compreende-se assim que alguns produtores realizavam a colheita do algodão sem os cuidados necessário como de costume. A mesmo já saia (e sai) da cidade produtora, ensacado e só se via o seu estado quando já estava nas mãos dos compradores. Nesse processo, o algodão acabava por chegar sujo aos compradores tendo em vista a dispensa do uso de melhor qualificação deste no manejo da colheita. Dessa forma, de acordo com o entrevistado, a concorrência desonesta que levava à procura de diminuição no custo de produção com a aplicação de poucos cuidados na colheita e seleção do produto, acarretou quedas na qualidade e, respetivamente, no preço.

O município ainda guarda lembranças de um passado economicamente bastante ativo na vida dos mirassolenses com a produção de algodão; ainda hoje refletido nos galpões construídos às margens da rodovia MT 175, conforme ilustram as figura 9 e 10 (enterra aquela fase que um dia foi a principal base econômica).

O declínio na produção de algodão influenciou diretamente na forma de uso da terra no meio rural e, por conseguinte, na organização socioeconômica do município. Com a falência econômica algodozeira, agravou a vida dos trabalhadores rurais que plantavam e forneciam o algodão. Assim, essa situação acabou por induzir o êxodo rural para aqueles produtores que arrendavam a terra e, parte daqueles que possuíam a pequena propriedade, tiveram que rearticular a sua forma de uso para a pecuária ou arrendando-a para a cultura canavieira que já existia na região de Lambari D'Oeste e se reinstalaria no município nos anos de 2000. Outros, ainda se viram obrigados a desfazer totalmente de suas propriedades ante o avanço da atividade da pecuária que passou a se compor como o principal segmento econômico de toda a região.

Figura 9: Galpão da antiga Algodoeira Ivai Ltda. ME



Foto: Calixto, (2017).

Figura 10: Galpão da antiga Algodoeira Aguil de Mirassol D' Oeste



Foto: Calixto, (2017).

Pesquisando sobre mudanças no uso da terra em uma comunidade rural de Cáceres-MT, na mesma Região onde se encontra localizado Mirassol D'Oeste, Bergamo (2016, p. 32) assim escreve:

Com o aparecimento do Bicudo nas lavouras de algodão houve a desistência do seu cultivo. Essa desistência culminou na rearticulação do uso da terra que passou a ampliar e explorar de forma mais intensa a bovinocultura.

A produção algodoeira movimentou rodovias com o vai e vem dos caminhões carregados, bem como o porto de Cáceres que transportava via fluvial na época. Empregou centenas de pessoas. Com o seu declínio, o cenário passou a ser outro. As áreas onde haviam sido plantadas as lavouras de algodão, eram espaço para outros tipos de atividade, em especial para as pastagens destinadas a criação de gado bovino e esse fato culminou em uma nova rearticulação no uso da terra, pois a pecuária de corte exige maiores extensões de terra para as pastagens, e requer também pouca mão de obra na sua execução.

3.3.3 A Pecuária Bovina e a Concentração de Terras: bases espaciais para os reclames de Contra-Espaço

Com o declínio da cultura algodoeira e em função dos problemas provocados pelo Bicudo, a pecuária bovina passa a ganhar força e reinventar um novo modo no uso da terra, a fim de manter uma vitalidade econômica local.

A produção pecuarista, que já vinha sendo executada nos municípios da região da Grande Cáceres, como uma atividade secundária, tornou-se alternativa principal, para manutenção das relações comerciais, sendo este o caso de Mirassol D' Oeste. Sobre esse assunto Soares (2009, p.126) diz que, “na década de 1980 as pequenas propriedades da Região onde se praticava a agricultura de subsistência, foram perdendo espaço para a criação de gado de corte e leiteiro”.

Com o declínio da agricultura de subsistência, baseada na agricultura familiar nas pequenas propriedades, o avanço da pecuária na região da Grande Cáceres e nas terras de Mirassol D'Oeste passa a ganhar força. Com evidências já salientadas quanto à redução no número de propriedades que foram detectadas, isso leva a crer que outras atividades econômicas foram sendo incorporadas, numa tentativa de suprir as outras que iam decaindo. A pecuária de corte e, pouco mais tarde, a cana-de-açúcar foram estas novas atividades inseridas.

Com o declínio do cultivo de algodão, a pecuária bovina passa a se constituir como principal vetor do uso da terra tanto no município estudado, como em toda região da Grande Cáceres como um todo. Como ressalta Soares (2014), a partir da segunda metade da década de 1990, a pecuária bovina passa a dominar o cenário econômico dos municípios da região Sudoeste de Mato Grosso (SOARES, 2014). Essa mudança no uso da terra para o exercício da pecuária bovina repercute no uso da terra, pois esta atividade requer maiores extensões para a implantação de

pastagens, porém, de modo contrário, impõe redução no número de mão de obra empreendida.

Essa análise é reforçada pelas palavras de Caio Prado Jr. (1945) quando assevera que:

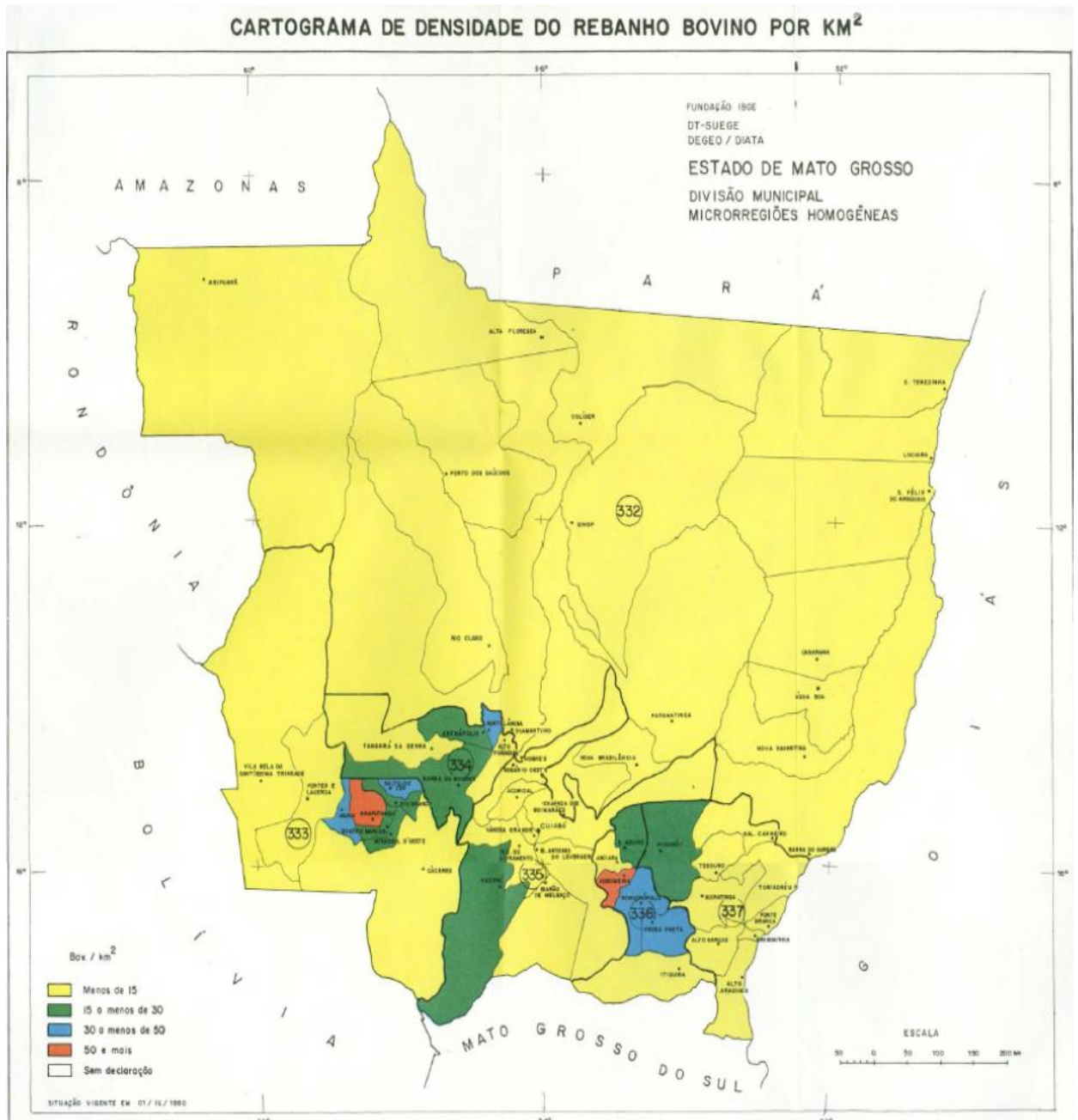
Além disso, a criação de gado significa o despovoamento, com todas suas graves consequências, que não é preciso aqui relembrar, pois não somente exige muito menos trabalhadores que a agricultura, como ainda alimenta menor número de atividades subsidiárias. "A substituição da agricultura pela pecuária, tal como ocorre entre nós na generalidade dos casos, significa, em última análise, decadência no rigor da palavra" (Prado Jr, 1945, p. 257).

Dados do IBGE identificados no Censo Agropecuários de 1980 e 1995 (Figuras 11 e 12) demonstram claramente esse processo de inserção e consolidação da atividade bovina e as mudanças que provocam na estrutura fundiária do município nesse período.

A pecuária já se mostra como atividade econômica em Mirassol D'Oeste já na década de 1980, entretanto, aparece pouco expressiva diante da agricultura desenvolvida nas pequenas propriedades.

Identifica-se no Censo Agropecuário do ano de 1980 que a densidade de rebanho bovino nesse período é de 5 a 30 cabeças de por km². (Figura 11)

Figura 11: Cartograma demonstrando a densidade do rebanho bovino na região que hoje compreende Mirassol D' Oeste 1980.

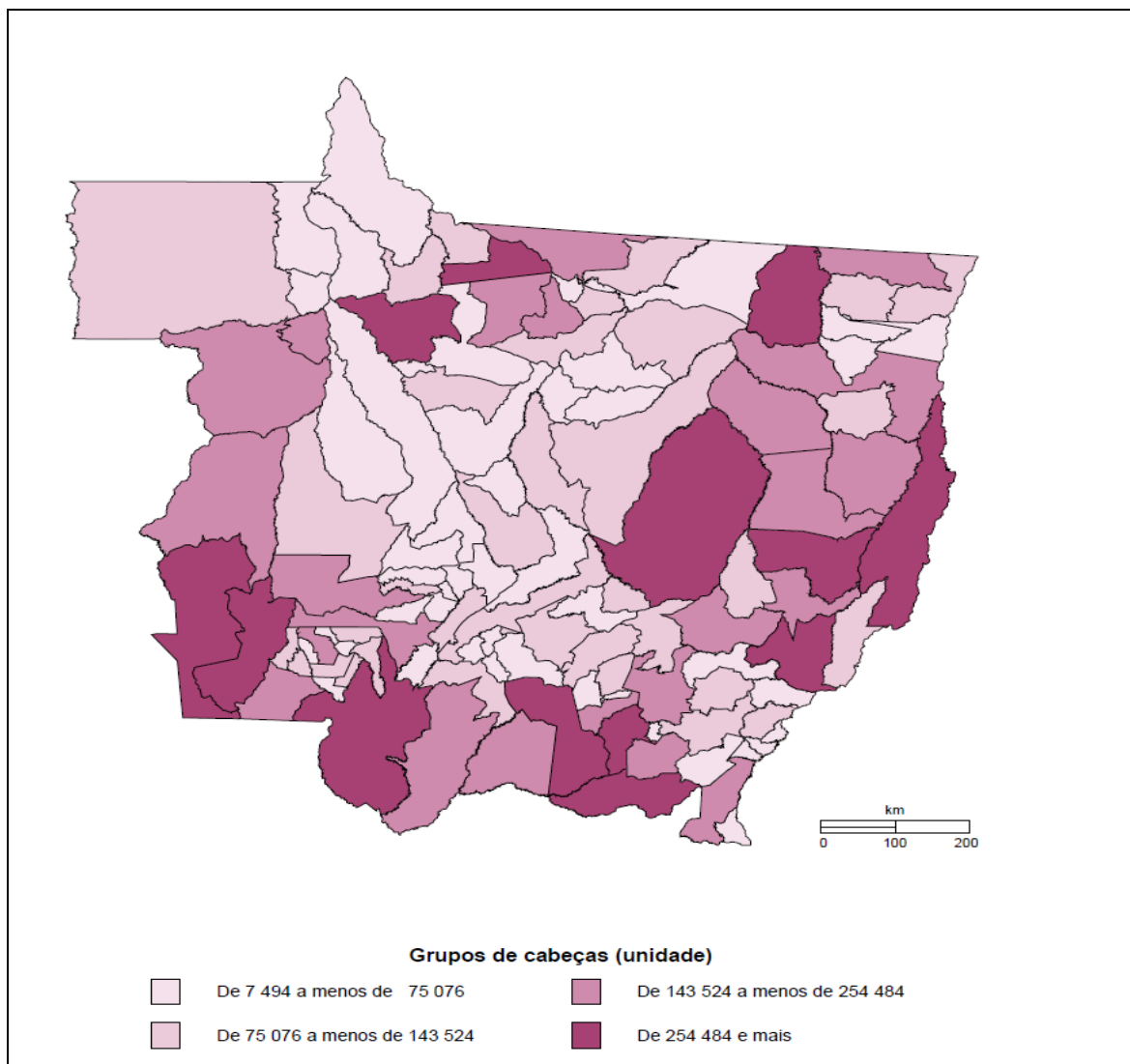


Fonte: Censo agropecuário do IBGE, 1980

Escala- 1.250.000

Porém os próprios dados do IBGE demonstram o avanço da pecuária bovina em Mirassol D' Oeste na década de 1990. Sobre o crescimento do rebanho bovino, que denota uma nova reestruturação na economia da região e do município, os dados do IBGE (1995) indicam o aumento da densidade para 124 cabeças de gado bovino por km² (Figura 12).

Figura 12: Densidade de bovinos na região do município de Mirassol D' Oeste em 1995



Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996 Mato Grosso.

Relacionando os dados da densidade bovina de 1980 e 1995, obtemos informações de que houve uma evolução na relação do gado bovino e área em Mirassol D'Oeste. Os números evoluem de “mais de 5 a 30 por km²” (Figura do censo de 1980) para 124 cabeças por km². Sendo assim, mesmo não havendo dados específicos de cada município da região, os dados do IBGE (1980 e 1995) expressam um crescimento significativo em um período de 15 anos da densidade bovina no município, isso evidencia o avanço da pecuarização. Ou seja, o gado toma conta de áreas antes ocupadas por outras atividades com a implantação de pastagens.

Entretanto, o aumento da densidade que significa a elevação do número de cabeças por área, não significa que esse aumento ocorresse nas mesmas áreas de terra anteriormente desenvolvida na década de 1980. Esse aumento no número de cabeças também exigiu o incremento de novas áreas. Assim, à medida que aumenta o número de cabeças de gado, há a necessidade de expansão da área de pasto, reestruturando o perfil do número de propriedades no espaço rural deste município, (Tabela 5).

Tabela 5: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos anos de 1980 e 1995

Ano	Propriedade e uso					Pessoal Ocupado
	Total	Até 10 Ha	Com Lavoura	Com Pecuária	Efetivo Bovino	Total no contexto agropecuário
1980	1316	758	1296	Sem dados	29714	8.325
1995	829	Sem dados	216, sendo 171 com lavoura temporária	503	Entre 143.524 a 254.404	2833

Fonte: Soares (2014) e IBGE (1995)

Organização: Andréia P. Calixto (2017)

Vê-se na Tabela 5 que houve significativa redução no número de propriedades no município que decaiu de 1.316 para 829 entre as décadas de 1980 e 1990. Essa redução no número de estabelecimentos indica que as áreas menores de propriedade dos pequenos agricultores, foram incorporadas pelas propriedades maiores dos grandes proprietários de terra. Assim, pode-se aferir que a expansão da área de pastagem ocorreu sobre as pequenas propriedades do meio rural, diminuindo-as.

Essas circunstâncias provocam outras importantes mudanças no contexto socioeconômico, tais como no número de emprego, êxodo rural que reordena a questão da mobilidade rural-urbana, além da questão fundiária propriamente dita.

No que tange diretamente sobre a questão da geração de emprego, os dados da (Tabela 5) mostram que do total de 8.325 postos de trabalho gerados no ano de 1980 no setor agropecuário, há redução para 2.833 postos que se observam no ano de 1995 (IBGE, 1980 e 1995). Ou seja, estatisticamente, isso corresponde a uma diminuição de 65,96% de redução nos postos de trabalho no contexto agrário de Mirassol D'Oeste.

A necessidade de aquisição ou a extensão maior de áreas de terras e utilização de pouca mão-de-obra expulsam de suas terras aqueles que já não conseguiam viver da terra, já não tiravam renda necessária a sua sobrevivência daquilo que produzia enquanto pequeno produtor que era adepto de modo de produção tradicional com base no trabalho manual. É nesse aspecto que Caio Pardo Jr. (1945) citado por Schlesinger (2009, p. 10) coloca que “em muitos lugares, o gado vem literalmente expulsando a população local que já não encontra meios suficientes de subsistência que antes tirava da agricultura”.

Corroborando esse assunto, trabalhos realizados por Soares (2014) na região da Grande Cáceres sobre os impactos ocorridos no momento em que a pecuária ganha força nos mostram que:

O trabalho voltado para a pecuária extensiva demanda um número bastante reduzido de trabalhadores. Desta forma, aquela população composta por pequenos proprietários e agricultores familiares, à medida que vai perdendo suas terras torna-se mão de obra ociosa que vai para outros destinos à procura de outras frentes de trabalho (SOARES, 2014, p. 126).

Estudando o papel das pequenas cidades localizadas na Região de Cáceres na dinâmica socioeconômica regional, Soares (2014), ao avaliar o contexto da produção agropecuária nessa Região pauta esclarecimentos importantes sobre a forma como ocorre essa expulsão dos trabalhadores do espaço agrário e assim escreve:

De uma lado, a concentração fundiária impede o melhor aproveitamento da terra para diversificar a produção e inserir de forma mais eficaz o homem na terra, de outro, a falta de regularização fundiária coloca entraves ao pequeno produtor por não permitir que estes tenham acesso a crédito e ao incentivo que as atividades agrícolas possam desencadear. Assim, sem crédito e sem condições de permanecer na terra, vê-se na obrigação de desistir do seu uso entregando-a ao grande produtor, criando na região um círculo vicioso da concentração fundiária e expulsão do pequeno produtor rural. (...) este círculo vicioso da concentração fundiária põem em relevo um conteúdo marcante da paisagem local: a expulsão direta do pequeno produtor e o conflito acordado; sendo este último também uma forma de expulsão (SOARES, 2014, p. 186).

Esclarecendo ainda como essa “expulsão” acontece na Região da Grande Cáceres o autor prossegue:

Ocorre que essa destituição pode acontecer de duas formas: direta e objetiva e indireta subjetiva. A direta e objetiva se dá quando essa pressão obriga esse pequeno produtor a desligar-se física e afetivamente do lugar; este afetivo entendido como o conjunto de práticas que sustentou sua relação com o ambiente na tradição da produção familiar. A indireta e

subjetiva ocorre quando o sujeito da pequena propriedade não se desliga fisicamente do lugar, entretanto, é obrigado a ceder o espaço para a entrada do cultivo da cana-de-açúcar através dos arrendamentos de terra, que só pode acontecer mediante acordo entre as partes. Nesse caso, lhe é tolhido à possibilidade de continuar exercendo na terra práticas tradicionalmente arraigadas da produção familiar e que lhe dá o sentido de pertencimento daquele ambiente. Neste caso, a expulsão está no plano da sensação de destituição de pertencimento do meio (SOARES, 2014, p. 187).

Este fato também pode ser entendido no que envolve a dinâmica a socioespacial da região, sobretudo, das pessoas que perderam suas terras e saíram a procura de outro destino, isso acarretou na redução do número de famílias e o dinamismo das comunidades rurais, fato este que trouxe também como consequência decréscimo no contingente populacional por certo período um esvaziamento populacional, conforme elucida (Tabela 6) ilustrando a dinâmica populacional no período compreendido entre 1980 e 2012.

Tabela 6. Demonstrativa dos avanços e recuos da população de Mirassol D'Oeste entre os anos de 1980 e 2012

Ano	1980	1991	1996	2001	2006	2012
Quantidade de pessoas	18.595	25.864	23.717	22.606	26.623	25.684

Fonte: IBGE (1980/2012)

Organização: Andreia Pereira Calixto (2017)

Os dados da Tabela indicam períodos de ascensão e declínio da população. Entre os anos de 1980 e 1991, onde nessa ocasião o crescimento foi de 39%. Faz importante observar que se trata do período em que a produção econômica ainda se assentava na agricultura diversificada de base familiar e também no cultivo de algodão cultivado nas pequenas e grandes propriedades.

Nos anos seguintes, observando os anos de 1991, 1996 e 2001, os resultados mostram quedas, saindo de 25.864 do primeiro ano para 23.717 no segundo e 22.606 no terceiro, respectivamente. Nesse caso, o período de declínio coincide com a queda do cultivo agrícola diversificado e também na cultura do algodão. Entre 1996 e 2001, coincide com a expansão da pecuária, conforme já elucidou a Figura 12.

A população volta a crescer entre os anos de 2001 e 2006. Pode-se aferir que este fato estabeleça relação com a consolidação de outros assentamentos no município como o assentamento Silvio Rodrigues que foi ocupado em 2002 e

somente em 2015 teve a sua situação regularizada. Outro fato que ajuda a esclarecer isso é que, com a chegada de mais pessoas, foram instaladas nesse período algumas empresas de grande porte no município, como é o caso da Cooperativa Rio Branco (Cooperb), Frigoríficos de aves e bovinos e também de processamento de leite nos municípios vizinhos de Curvelândia e São José dos Quatro Marcos.

Em outra alusão ao que se refere à necessidade de extensão de terras para a nova prática econômica, Schlesinger (2009) enfatiza que:

A extensão das pastagens representa uma substituição da agricultura pela pecuária e revela a decadência das atividades agrícolas nas zonas de exploração mais antigas. Esgotada a fertilidade natural do solo, estas conseguem com a pecuária manter um resto de vitalidade econômica. Não exigindo mão-de-obra numerosa, como a agricultura, satisfazendo-se com um custeio reduzido e com solos de baixa fertilidade e exauridos, e sendo de fácil instalação, a pecuária representa uma atividade de substituição “ideal” nas terras cansadas, erodidas e desgastadas onde os rendimentos agrícolas se tornaram excessivamente baixos (SCHLESINGER, 2009, p. 10).

É possível verificar que o avanço da pecuária provoca a precuarização no rural do município, isso por que, uma vez perdendo aos poucos seu espaço, e sendo exposto às dificuldades diante das profundas transformações que passaram a ocorrer no processo com a pecuarização e modernização da agricultura, vivenciado em todo país, este se vê muitas vezes sem condições de se manter na terra, sem recursos e com alternativa começam a vender suas propriedades e partem em busca de outro lugar pra começar a vida, uma delas é a ida em direção aos centros urbanos. Trata-se então de outra consequência da expansão da pecuária nas grandes propriedades, provocando efeitos na mobilidade populacional e inchaço dos centros urbanos da região (Quadro 3).

Quadro 3. População residente/ estimada de Mirassol D' Oeste entre os anos de 1980 e 2016

Mirassol D'Oeste	1980	1991	2000	2010	2016
Urbana	7691	19156	18985	21470	-
Rural	10904	4806	3768	3829	-
Total	18595	23965	22753	25299	26.596

Fonte: IBGE, (2012)

Organização: Calixto (2017)

A inserção da pecuária bovina de cria de gado para engorda na forma extensiva reconfigurou a estrutura socioeconômica do município. Os dados mencionados reforçam esse entendimento que a partir da segunda metade da década de 1990 a pecuária bovina passa a dominar o cenário econômico dos municípios da região Sudoeste de Mato Grosso.

Por sua vez, estando o pequeno produtor sofrendo esse impacto social causado pela pecuarização na região, nos cabe saber então, pra onde foi o pequeno produtor? Com a queda da pequena propriedade, a expulsão do trabalhador do campo, a urbanização da cidade também sofre com o recuo da população. Essa perda populacional é percebida em Mirassol D'Oeste especialmente entre os anos de 1980 e 1991.

O deslocamento da população rural de Mirassol D'Oeste se explica quando se observa a elevada migração da população do campo para cidade, os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao número populacional nos anos de 1980 e 1991 precisamente, há uma expressiva diminuição da população rural, porém a urbana aparenta um crescimento. Portanto, esse pequeno produtor passa a promover o inchaço do espaço urbano de Mirassol D'Oeste e de outras cidades da região, (Quadro 3).

Dada a motivação desencadeada por buscar melhores condições e oportunidades de uma vida melhor, migrar em busca dessas oportunidades caracteriza uma reação da população frente ao avanço da pecuária, pois a mesma responde por pouca oferta de trabalho, e como causa o esvaziamento da população rural, este percebido nos anos de 1991 em Mirassol D'Oeste.

Estudos realizados por Oliveira (2008), Soares (2014), Santiago (2016) na região dão nota de que fatores externos e internos se encontram ligados ao avanço da pecuária e reorganizando as atividades produtivas dos municípios. Portanto a pouca oferta de trabalho produz uma pequena demanda de mão de obra e que perdendo suas terras, as famílias partem para outros destinos em busca de trabalho, como foi o caso de muitas famílias da região que foram para o estado de Rondônia e se integraram ao agronegócio (SOARES, 2014).

Depoimentos colhidos por Oliveira (2008), citado por Soares (2014), mostram a realidade vivida naquele momento:

Embora a dificuldade encontrada de comercialização e o baixo preço dos produtos, devido à grande oferta, o povo começou a criar gado e como a maioria das propriedades era pequenas o povo começou a ir embora para Rondônia e Acre a procura de maiores terras. Além da questão da terra, muitos munícipes também mudaram para a cidade, na perspectiva de melhores empregos e de melhores estudos. No início haviam 11 pessoas de minha família entre irmãos e filhos. Hoje, em Salto do Céu, somos apenas 3 (OLIVEIRA, 2008, p. 26).

Em outra análise, Soares (2014, p. 127) diz que “os reflexos dessa dinâmica populacional como produto do processo de pecuarização que ocorreu nestas cidades atuam diretamente na composição dos seus conteúdos econômico e, por conseguinte, nos seus cenários urbanos”.

Assim como outros municípios do sudoeste de Mato Grosso, Mirassol D'Oeste passou por um intenso processo de apropriação do seu espaço, no âmbito econômico, que por fim impulsionou o surgimento do seu espaço urbano. Este espaço urbano surge para atender uma crescente demanda da população rural pelos serviços tipicamente urbanos. Assim, o espaço urbano surge junto à Rodovia MT 175 e a paisagem expressará com os galpões de armazenamento um processo de produção econômica inerente ao processo de colonização desse município.

Por outro lado, entendemos que os fatores que desencadearam acontecimentos relativos à pecuarização tendem a repercutir em um fraco desenvolvimento dinâmico e econômico das cidades que vivenciam esse processo, não de Mirassol D'Oeste e região, e conseqüentemente a diminuição populacional, baixa oferta de empregos e pouca circulação do dinheiro no contexto regional.

3.3.3.1 O espaço agrário é contestado: a mobilização do contra-espaço via Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Nesta parte do trabalho iremos, a partir de trabalhos consultados em entrevistas, demonstrar como as forças de contra-espaço resultaram na formação de assentamentos rurais territorializados no Estado de Mato Grosso, em específico na região da Grande Cáceres. Trata-se de uma breve abordagem sobre resistência, enfrentamentos, conflitos e vitórias frente aos grandes latifundiários, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e o governo do Estado na luta pela reforma agrária.

Para Fernandes (2000, p. 47), o sujeito que reivindica e se põe resistente frente a realidade social encontrada no latifúndio “aprendendo com a história da

formação camponesa, na sua caminhada o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o procederam”. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelas suas lutas foi ganhando mais espaço e visibilidade frente ao cenário agrário brasileiro e se territorializando por todo o Estado de Mato Grosso.

No Brasil, as ocupações tornaram-se a principal forma de ação na luta pela terra. Já é de nosso conhecimento que desde a sua colonização o País possui marcas de um grande crescimento da desigualdade social, de políticas de favorecimento de uma minoria de trabalhadores, não sendo de forma diferente quanto as políticas agrárias.

É nessa caminhada que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ganha força na região e na conquista de aliados, que além de lutar pela terra, lutavam pela sobrevivência pela sua identidade, tendo em vista de muitas pressões sofridas, desocupações e descumprimento de acordos feitos com o Estado, nas primeiras ocupações realizadas, uma delas já citada, da fazenda Aliança, em Pedra Preta. Nesse contexto, a região Sudoeste começa a se organizar e dar início a essa luta também. Como nos conta Fernandes (2000):

Enquanto todas essas ações eram desenvolvidas, o MST começou a se organizar na região Centro-Sul Matogrossense, no município de Cáceres, construindo espaços de socialização política nas comunidades, formando novos grupos de famílias. Pelas experiências de quinze anos de luta, a avaliação do MST e das organizações de apoio era que a luta deveria ser permanente e ampliada, para que obtivessem conquistas (FERNANDES, p. 219).

De acordo com relatos adquiridos com assentados de um dos assentamentos conquistados pelo MST, o assentamento Roseli Nunes, situado no município de Mirassol D' Oeste, os quais participaram de toda trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na sua chegada em Cáceres, nos conta que esse processo foi resultado de um importante trabalho que se iniciou à partir de lideranças da Igreja Católica nesta Região. Fato este que coaduna com o cenário geral de formação desse movimento reivindicatório no cenário nacional brasileiro.

3.3.3.2 Fontes históricas do contra-espço: as sementes germinadoras da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso

O início de todo o processo de formação e consolidação do que podemos chamar de forças de contra-espço através dos assentamentos rurais na região Sudoeste de Mato Grosso começa por Cáceres, através do Movimento Eclesial de Base da Igreja Católica (reuniões de formação chamada Boa Nova) a partir de articulações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras entidades parceiras, partidos políticos de esquerda, associações de bairro que realizavam encontros e visitas através de equipes, não só em Cáceres, mas em cidades vizinhas. (PESQUISA DE CAMPO, 2017)

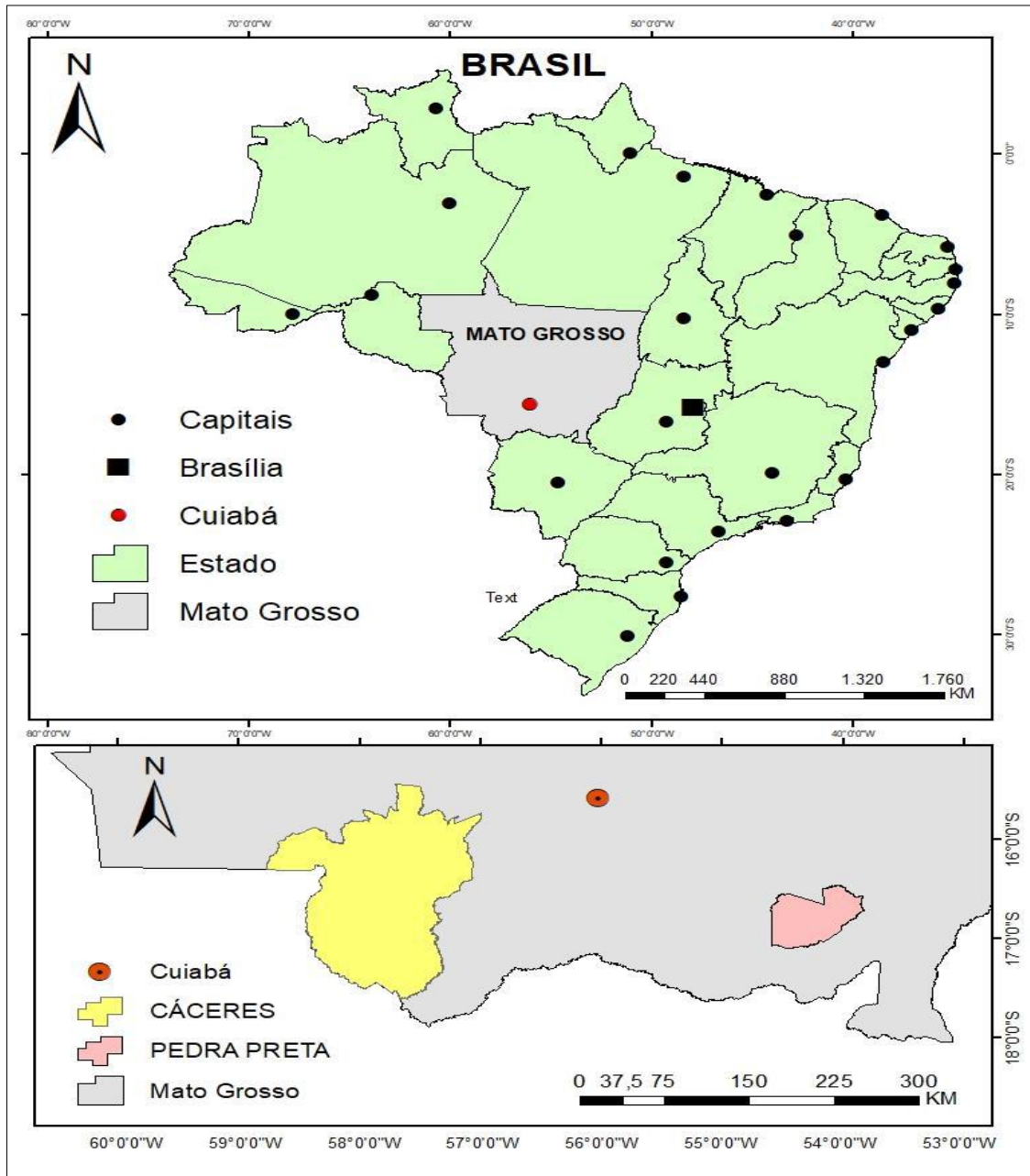
De reuniões e encontros e com o conhecimento de mobilizações e ocupações realizadas pelo MST no Estado, um padre que promovia esse tipo de mobilização com seus paroquianos e movimentos sociais que começavam a despertar nos anos na década de 1990, incentiva a população a trazer militantes para o MST, visando o seu fortalecimento na cidade de Cáceres e, assim, promover ações de luta pela terra, haja vista os problemas relacionados à alta concentração de terras nas mãos de poucos em nível regional e, dessa forma, viabilizar a reforma agrária em âmbito regional. (PESQUISA DE CAMPO, 2017)

Portanto, a segunda ocupação realizada no Estado pelo MST acontece no município de Cáceres. Isso ocorre em 8 de abril de 1995. Nessa ocasião, cerca de mil quinhentas e três famílias ocupam a fazenda Santa Amélia, localizada naquele período no Quilômetro 25, da BR 174, nas proximidades da sede do Distrito do Caramujo (PESQUISA DE CAMPO, 2016). Neste mesmo sentido, escrevendo sobre o processo de consolidação dos assentamentos rurais na Região Sudoeste de Mato Grosso, Fernandes (2000) corrobora esclarecendo que a partir dessa fazenda formou-se o acampamento Margarida Alves. Entre reuniões e acordos (muitos não cumpridos com o Estado e junto ao Incra), pedidos de reintegração de posse pelo proprietário, entre negociações, os acampados conseguem ganhar mais tempo de permanência na fazenda, a fim de encontrar soluções plausíveis e positivas para o então sonhado assentamento das famílias.

É importante mencionar que a constituição desse assentamento consolida uma trajetória de formação, expansão e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se inicia no Estado do Rio Grande do Sul,

adentra no Estado de Mato Grosso, no município de Pedra Preta, nas proximidades de Rondonópolis, no Sul do Estado, até se fixar na região da Grande Cáceres, no seu segundo momento de avanço em terras mato-grossenses (Figura 13).

Figura 13: Trajetória do MST e sua chegada na região da Grande Cáceres



Elaboração: Calixto (2017).

Dentre as tentativas em encontrar soluções, e mediação entre Governo do Estado e o MST, muitas mobilizações e protestos foram sendo organizados pelos seus líderes junto às famílias acampadas, são presenciados desde fechamento de rodovias a ocupações frente a órgãos como o INCRA, protestos e passeatas.

Para que se possa evidenciar fatos históricos que nos mostra a resistência e luta pela reforma agrária na região de Cáceres, foi realizada pesquisa de campo, a partir de relatos fornecidos por assentados, moradores do assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Mirassol D'Oeste, que vivenciaram todo esse processo de ocupação e lutas junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que em meados dos anos 90 começa a adentrar o Estado e região. Não deixando de citar, trabalhos de autores sobre o referido assunto. Esses relatos se tornam pertinentes, pois contribuem de forma real, vivenciado por sujeitos que sentiram de perto toda uma luta engajada em prol de objetivos em comum, o direito ao acesso à terra.

Os relatos de memória das pessoas que vivenciaram o período inicial das ocupações de terra em Cáceres e região entre os anos de 1995/1996, nos permite conhecer a fundo experiências cotidianas das lutas, as formas de ações e as articulações realizadas sobre o momento da ocupação dessas terras. Diante desses relatos de memória, a partir das experiências cotidianas vivenciadas durante o início das articulações organizadas juntamente com o MST em promover a reforma agrária na região, podemos considerá-las pioneiras entre outros personagens, como os percursores do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para região de Cáceres.

No ano de 1995, acontece uma ação de tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres, organizadas em conjunto com alguns órgãos parceiros como a Fase (Federação de Assistência Social e Educacional), partidos políticos, pequenos agricultores da região, representantes da Igreja, dentre outros, é deliberada essa ação, motivada pela falta de uma melhor representação do sindicato àquelas pessoas na época. Além de não representar essas pessoas, outros problemas e irregularidades foram encontradas na atuação da até então administração do sindicato. Como aponta o relato da senhora Miraci, assentada de um dos assentamentos efetivados pelo MST, assim segue:

O sindicato de Cáceres tava nas mão dos “peleigos” estava na coordenação de um senhor senhor lá fazia não sei quantos anos, e não representava o trabalhador rural em nada, e...eles aqui dessa região que na época tudo pertencia à Cáceres...e ai não só nós o sr. Nério, mas teve outros trabalhadores também que era sitiante por aí e que ainda são até hoje, tem um senhor que se chama Basílio, outro que chama Luis, eram também militante desse trabalho da Boa Nova, sabe, a gente sempre se encontrava, e com tudo isso... pera aí nós temos que agir, temos que fazer alguma

coisa, esse sindicato não está nos atendendo, vamos retomar esse sindicato pra nós, pra representar nós (MIRACI, 2017).

Como já foi enfatizado no texto acima, a Igreja teve um importante papel na participação junto ao MST no Brasil, e não foi diferente em Cáceres, ou seja, está elencada no processo histórico de formação do MST na região, de forma que através dos Movimentos Eclesiais de Base, Boa Nova é que podemos considerá-los as sementes germinadora desse pensamento, dessa luta. Realizavam-se reuniões, encontros, visitas em comunidades, coordenado por equipes que davam suporte as famílias, não só trabalhadores rurais, mas à comunidade em si. Nesses espaços encontraram um refúgio, uma maior oportunidade de integração social, conhecimento e fortalecimento através da religiosidades, um trabalho importante de formação também política. Entre uma das linhas de ações desse movimento, assim nos esclarece o trabalho junto ao MST:

Motivar a integração fé-vida, estimulando a participação dos membros da comunidade em associações, pastorais sociais, sindicatos, conselhos municipais, partidos políticos e movimentos que buscam a transformação sociedade a partir da fé (MOVIMENTO BOA NOVA/ DIOCESE DE SÃO LUIZ DE CÁCERES – MT, sem data).

Portanto, uma vez tomada a direção do Sindicato, fora eleito um novo presidente, o Sr. Nério, depois de muita luta e ameaças, expressadas nos relatos, no mesmo ano o novo presidente passa a representar a classe que o elegeu, os trabalhadores rurais.

Se torna importante salientar que essa retomada do sindicato pelos agricultores da região de Cáceres junto ao MST, não ocorreu de forma pacífica, sendo necessário ser feito todo um trabalho de base com os pequenos agricultores associados de toda região, onde realizou-se uma assembléia para que fosse escolhido um novo presidente do sindicato. Já existia uma chapa de um candidato, que por sua vez não representava os agricultores, sendo assim os mesmos se organizaram e indicaram um candidato que os representasse pra contrapor com o outro candidato, porém essa decisão não foi bem aceita pela parte concorrente, mas não se impediu de ser feita a eleição onde foi eleito o sr. Nério como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres. Dias após a sua posse, houve um momento em que a parte concorrente derrotada protagonizou momentos de tensão. Compreende-se então que toda essa articulação de retomada do sindicato permitiu

a tomada de outras decisões importantes para se iniciar as lutas junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região da Grande Cáceres (Miraci, 2017).

No que se refere ao significado do trabalho de base realizada no processo de luta pelo MST, Fernandes (2001) explicita que:

Os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições. Acontecem por meio da construção do espaço de socialização política. Esse espaço possui três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. A primeira é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que juntos a revolta e a indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. Outra dimensão é o espaço interativo. Esta, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constrói-se uma forma de organização social (FERNANDES, 2001, p. 4).

Desde então, os integrantes do sindicato por já possuir conhecimento das ações do MST no Estado de Mato Grosso quanto a uma ocupação realizada na região de Rondonópolis, de acordo com os relatos adquiridos, líderes que estavam à frente do sindicato, o então presidente eleito o Sr. Nério começaram a articular reuniões com os integrantes do sindicatos, associações de bairro, e órgãos do governo como o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) e INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso), pra se discutir as possibilidades de realização da reforma agrária na região, como consta no seguinte trecho:

Aí o que ele fez, convocou uma reunião com o sindicato, aí trouxe o INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso), Ministério da Agricultura e o INCRA, nos reunimos lá no sindicato... eram 400 pessoas trabalhadora rural... aí o INTERMAT, MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) e o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), e aí o que eles fez:

- Olha aqui nós não temos terra pra fazer reforma agrária, agora se vocês quiser nós levamos tudo esse povo pra ser assentado lá com dignidade (se referia a terras existente no norte do Estado que estavam sendo abertas) (Sr. MIRACI, 2017).

Portanto, uma vez não havendo acordo, como relatado acima, o Sr. Nério parte para Rondonópolis afim de encontrar a liderança do MST que acabara de ocupar terras naquela região. Percebe-se assim que as conversas ocorridas entre as

partes resultaram de forma positiva, com a vinda de alguns integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para Cáceres e se instalam nas dependências do sindicato, no final de Outubro de 1995. Assim como nos foi fornecido em conversa, a partir dos relatos, no mês seguinte começam a articular e organizar os trabalhos de base, as reuniões com a população interessada, formação de equipes que faziam as visitas nos bairro, nas cidades próximas, como forma de apresentar o trabalho do MST. Muitas dessas reuniões eram realizadas no Centro Diocesano de Cáceres, localizado na Avenida Sete de Setembro, era este um ponto de apoio.

Nessa trajetória de reuniões, trabalhos de base, busca de fortalecimento e de militantes do MST na região, que em março de 1996 é realizada a primeira ocupação na fazenda Santa Amélia, no distrito do Caramujo, o acampamento Margarida Alves² onde conseguiram colocar 1.531 famílias, sendo considerada uma das maiores ocupações da região. E como estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, era importante uma ocupação que ganhasse visibilidade, por isso a ocupação de uma fazenda às margens de uma rodovia de grande tráfego (BR 070) e próximo à sede do município de Cáceres.

O contexto da realização dessas ocupações, quanto a forma de organização e sua efetivação era feita de forma estratégica. Através dos trabalhos de base, a comunidade recebia a visita de um líder, feitas em toda a região de Cáceres, designavam-se esse líder ligado ao MST, onde era agendada uma data para que os mesmo voltassem na comunidade para esclarecimento do trabalho que era feito pelo MST, sobre a reforma agrária, pra preparar e orientar a comunidade. Podemos dizer que esse momento era um processo de formação, sensibilização, uma nova utopia de nova esperança.

Uma vez feito todo esse processo de preparação, as ocupações foram sendo efetivadas, caminhões chegavam lotados de pessoas da região cada local tinha um coordenador que buscava cada grupo, seja dentro da cidade ou na região. As ocupações eram realizadas no período noturno, como forma de prevenir a ação da polícia, e o local que seria usado para os acampamentos não eram divulgados, somente a data, na intenção de evitar problemas, apenas os líderes e coordenador

² Líder sindical paraibana foi assassinada na porta de casa, em 1983, por um matador de aluguel. (Três meses antes de morrer na frente do marido e do filho, em um discurso de comemoração pelo 1º de maio (Dia do Trabalhador), ela disse que “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”).

sabiam de tal informação, seria esta uma outra forma de estratégia usada pelo Movimento.

De acordo com outras referências consultadas já publicadas sobre o assunto, que legitima nossa pesquisa, Silva e Binzstok (2015), descrevem que:

Os movimentos de luta pela democratização do acesso à terra e combate ao latifúndio na Região iniciaram-se em 1996, quando foram organizados vários acampamentos, caracterizando a chegada dos movimentos sociais do campo na região. Cabe ressaltar que, a chegada do MST possibilitou uma melhor organização das famílias no processo de luta pela terra. Deste modo, em 1996, estas famílias, incentivadas pela movimentação nacional de luta pela terra e organizadas pelo MST, a Igreja e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ambos formadores das lideranças da mobilização inicial da região, iniciaram as primeiras reuniões de base de mobilização para a constituição dos acampamentos na região (SILVA e BINZSTOK, 2015, p. 4).

Dessa primeira ocupação realizada surgiram outros acampamentos na região, entre eles o Che Guevara, Margarida Alves, Facão, Roseli Nunes e Paulo Freire, contemplando a importante concretização do trabalho realizado pelo MST na região.

Uma vez acampados, era necessário olhar para as necessidades dessa população, as mobilizações não cessaram, a luta cotinuou, como nos conta Silva e Binzstok (2015):

A partir destas conquistas (os acampamentos) outras ocupações e mobilizações foram sendo realizadas pelos acampados e lideranças da luta, entre elas a ocupação da sede do INCRA, por motivos diversos como: a pressão para a agilidade da desapropriação de fazendas improdutivas; a agilidade da definição dos assentamentos; a falta de infraestrutura para a manutenção das famílias acampadas (principalmente nos períodos de pré-assentamento), entre outras (SILVA e BINZSTOK, 2015, p.5).

Dessa forma, tendo em vista o panorama apresentado de todo processo de formação e mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Região da grande Cáceres, vê-se a concretização desse movimento social como uma expressão de sujeitos que podemos chamar de contra-espço que agiram e tem agido para a reorganização do espaço regional. Este movimento através dos seus sujeitos, vêem na luta por um pedaço de terra o caminho para se construir dignidade de tralhadores e suas famílias.

4. O ASSENTAMENTO ROSELI NUNES E A (RE) ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT

4.1 Do Acampamento à Consolidação do Assentamento: entre utopia, dificuldades, estratégias e perseverança

A vida das famílias no acampamento era toda organizada, as famílias se dividiam em núcleos para um melhor funcionamento do grupo.

O objetivo dessa luta se pautava na desapropriação da Fazenda Prata, pois a mesma, através de informações dadas pelo INCRA no ano 1998, a terra era considerada improdutiva. Dois anos se passaram, com muitas lutas e manifestações das famílias acampadas, no ano de 2000 a Fazenda é desapropriada para Reforma Agrária.

Em comemoração aos 20 anos do assentamento, em Março de 2017 os assentados junto a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) e MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra), publicaram uma carta onde traz escritas as lembranças da trajetória vivenciada pelas famílias pela conquista da terra e a resistência que ainda enfrentam diante da crescente disputa de território, com o avanço do agronegócio.

4.1.1 O Acampamento como Contra-Espaço: os motivos da luta, as dificuldades encontradas, as estratégias utilizadas e a perseverança

Os acampamentos para fins de assentamento rural tornam-se um importante instrumento motivador e estratégico de luta pela conquista e permanência na terra, um espaço importante na formação social dos acampados. São criadas em seu interior novas perspectivas de vida, de vivência coletiva e organizada em que se reúnem decisões que permeiam ações em conjunto, necessárias para um melhor funcionamento dos indivíduos.

De acordo com Caldart (2001) citado por Belo e Pedlowski (2014, p. 73):

O entendimento das razões que levam um indivíduo a participar de um movimento social perpassa não somente questões objetivas, tais como a posse da terra ou o fim da exclusão social, mas também por questões culturais, como afirma pela personalidade de cada indivíduo, pelas frustrações e desejos na vida cotidiana (CALDART, 2001).

A luta pela terra e a permanência nela, no período do acampamento, dá sustento ao ressurgimento de novas possibilidades de busca por melhores

condições de vida, um rompimento com a vida cotidiana, àquela da passividade diante de uma organização estabelecida. É no período de acampamento que as famílias passam a questionar uma ordem estabelecida organizada política e socialmente, que de alguma forma não os satisfazem como sujeitos sociais. “A experiência de acampar é muito significativa, constitui-se como um momento de ruptura” (FIGUEIREDO E PINTO, p. 566).

Assim, o acesso à terra significava, para o acampado, a dignidade, liberdade econômica e de vida, rompimento com uma relação de trabalho exploradora, reconstrução da forma de organizar-se no trabalho apropriando-se dos resultados deste, o cessamento de uma mobilidade perambulante entre espaços rurais por esses sujeitos. A luta por estes, significa a conquista do seu espaço de vida, a recriação da mesma, a busca de um lugar. No Quadro 4, são especificadas as motivações, dificuldades, estratégias e a perseverança existente no período de acampamento.

É preciso compreender as necessidades que provocam essas famílias a engajar na luta pela terra e reforma agrária, bem como analisar as motivações que surgem para tais ações, pode-se dizer que o acesso à terra possibilita a criação de um espaço mais justo e esperançoso.

As ocupações de terra organizadas pelo MST tornaram um importante processo de recriação do espaço rural pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fernandes (2001) diz que:

Na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e /ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (FERNANDES, 2001, p. 2).

Quadro 4: Motivação, dificuldades encontradas, estratégias utilizadas e fatores de perseverança na fase do acampamento

ASSERÇÕES MAIS FREQUENTES			
Motivação para a organização	As dificuldades encontradas	As estratégias utilizadas	Fatores de perseverança
Possibilidade de mudança para uma vida com dignidade	Acesso á terra e à água;	Organização de grupos de estudos, como forma de compreender a causa como justa e possível;	A terra como um sonho possível
Ter acesso á terra como possuidor dela	Ameaças diversas, inclusive de morte;		Manter vivo o sentido da luta através das “místicas”
Possibilidade de romper com o nomadismo de outrora	Distância de membros do convívio familiar;	Inserção em grupos sociais à exemplo dos Conselhos de Educação e Saúde, para compreender as políticas vigentes e as estratégias do poder público para o setor;	
Ganhar a liberdade econômica e de vida	Adesão às normas do acampamento;		
Possibilidade de viver outras formas de reorganizar-se em sociedade, através do Cooperativismo e associativismo	Demora nas negociações e nos repasses de assistência do poder público,	Implementação de algumas políticas do poder público dentro do acampamento, sendo o caso da instalação de escola dentro do próprio acampamento;	
Possibilidade de viver outra forma de organização do trabalho e distribuição da riqueza;			
Possibilidade de reescrever a própria história e de romper com o modelo de exploração do trabalho		Adesão às decisões tiradas no coletivo, mantendo mobilizações para forçar diálogos e negociação com o poder público	

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

Organização: Calixto (2017).

Implantar assentamentos rurais no país corrobora com a importância social que o mesmo vem a exercer na geração de possibilidades no âmbito da inclusão social e melhoria de vida de famílias que antes permaneciam excluídas do mercado de trabalho e sem possuir acesso a terra (MIRALHA E HESPANHOL, 2005).

No que se refere às motivações que levam essas famílias junto ao MST na luta pela terra, alguns pesquisadores trazem alguns resultados para nossa compreensão e análise, não sendo diferente em outras regiões brasileiras.

Sendo assim, das motivações que impulsiona uma família a se engajar na luta pela terra, em trabalho realizado por Vilas Boas e Silvério (2013), no assentamento Olhos D'água, no município de Sacramento, em Minas Gerais, os autores concluíram, em entrevista com alguns assentados, que além deles se identificarem com os ideais do MST e serem partícipes como militantes, o que os motivou a entrar na luta esta pautada na possibilidade de melhores condições de vida e trabalho, pela falta de emprego e dificuldades financeiras (VILAS BOAS e SILVERIO, 2013).

Ainda assim, evidenciaram que os vários motivos que levaram essas pessoas a lutar, as dificuldades enfrentadas e a identidade que os trabalhadores possuem com a terra, a forma com que cada um trabalha isso são traços importantes como forma de aprendizado de vida diária, como assentados (VILAS BOAS e SILVERIO, 2013).

São diversos os motivos que permeiam esse universo de lutas dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Se tornar possuidor de um pedaço de terra lhes garante a possibilidade de produzir seu alimento, comercializar o excedente para garantir uma renda extra para sua família e uma garantia de vida digna e permanente naquilo que é seu.

Para esses trabalhadores a terra significa um meio possível de se produzir, por meio do seu trabalho, o alimento suficiente para a sobrevivência de sua família, trabalhar de forma autônoma de acordo com o seu tempo e viver livre da exploração da sua força de trabalho, livre de ameaças que os impedem de possuir um espaço seu e recriar nele um modo de vida próprio.

Em trabalhos realizados em assentamentos rurais localizados no município de Cáceres – MT, Silva e Binzstok (2015, p. 7) concluíram que “os relatos das famílias camponesas revelam que entraram na luta pela possibilidade de ter um lugar para morar, trabalhar e viver, pela segurança de ter uma vida melhor, de garantir um futuro melhor para os filhos”. Portanto, os interesses não se diferenciam de região para região, são pessoas idealizando um objetivo em comum. Ainda no que se refere aos resultados dos pesquisadores acima citados:

Percebe-se, a partir dos relatos, que a decisão dos camponeses de entrar na luta pela terra não foi tomada da noite para o dia, como uma decisão mágica, é fruto de todo um processo de expropriação e exploração vivenciada pelos camponeses ao longo de suas vidas (SILVA e BINZSTOK, 2015, p. 7).

A vida no acampamento possibilita um trabalho coletivo no modo de pensar, de agir em prol da melhoria da vida em comum, pois todos lutam pelo mesmo objetivo, a luta pela terra, que conduz esses trabalhadores a um projeto de vida em família, de trabalho autônomo, liberdade econômica, fim de uma exploração da força de trabalho dentre outros objetivos almejados.

No que tange à organização interna dos acampamentos, Fernandes (2001), expõe que:

Ao organizar um acampamento, os sem-terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma à organização. Participam famílias inteiras ou parte de seus membros, que criam as condições básicas para a manutenção das suas necessidades: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho. (FERNANDES, 2001, p. 11).

São nessas organizações coletivas que fazem da vida cotidiana dos acampados um melhor funcionamento do grupo. Essa coletividade está relacionada ao trabalho em grupo, a participação nas manifestações e caminhadas, reuniões e assembleias que propicia um diálogo entre acampados e seus líderes, pois são esses momentos que propicia a criação de um espaço de aprendizado e formação política. “O acampamento é lugar de mobilização constante, é também espaço interativo e espaço comunicativo” (FERNANDES, 2000, p. 289).

Ainda assim, o acesso à terra permeia o desejo de por fim à relação exploratória do trabalho, sendo este um caso não distante da realidade social brasileira. Portanto, esse desejo está aceso entre as famílias que decidem acampar e lutar pela terra. Trabalhar em família, plantar no que é seu, os desvincula de um processo de trabalho exploratório de sua força de trabalho.

Outro fator inerente às motivações na fase de luta no acampamento pode estar relacionado às oportunidades de criar novas relações, seja econômica, ambiental e política, pois o acesso à terra vem gerar novas relações produtivas e a reconstrução das relações ou das formas de trabalho, como diz Matos Junior e Hespanhol (2010):

E é nesse ambiente de conflitualidade que podem surgir novos processos produtivos com estruturas agrícolas diferentes da existente, que estavam ligadas à concentração fundiária e levar para outro processo comprometido

com o pensar a sustentabilidade do assentamento a partir da visão agroecológica e de uma economia justa e solidária (MATOS JUNIOR e HESPANHOL, 2010, p. 6).

Entre outras palavras, Moreira (2007) citado por Matos Junior e Hespanhol (2010) quanto à relação do homem com a terra e as oportunidades que pode usufruir quando sua, salienta que:

O “território de esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra pela luta de consolidação de diferentes formas de agricultura camponesa; [...] Na verdade, trata-se de um território novo baseado na utopia e na esperança, “Território de esperança”, “território de solidariedade” e também, parafraseando Félix Guatarri, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação e pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração”, gestado no semi-árido, desde o período colonial e que tinham como marcas maiores a concentração fundiária a subordinação do trabalho [...]. Território em movimento, vivo, e que experiência um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, cheio de contradições [...] (MOREIRA, 2007, p. 5).

Podemos concluir quanto às motivações desses acampados que iniciam a luta pela terra na perspectiva de permanência nela, está ligada na necessidade da sobrevivência, e junto aos movimentos sociais engajados na luta e seus ideais formadores os faz estimular o seu pensar e agir frente a uma inclusão social e partir em busca de igualdade de direitos, de trabalho e autonomia, visão social e dignidade no campo. Para esses indivíduos a terra é um sonho possível, são possuidores da persistência e perseverança na luta pela terra, eles perseveraram conseguir o que os motivavam. Junto a esse fato está o trabalho com a mística realizado dentro dos acampamentos do MST, vem com a intenção de:

Trabalhar a mística numa perspectiva *micro* e *macro*, ou seja, partindo da realidade local para compreender uma luta maior, faz sentido, sobretudo, pelo fato de os sujeitos conseguirem apreender que participam de uma luta histórica maior e que, de certa forma, não estão lutando isoladamente. Para a organização do Movimento, é relevante trabalhar na mística dos acampamentos outras lutas externas, ao passo que os sujeitos possam se reconhecer também nestas lutas e interiorizar que são partes do mesmo grupo. Ou melhor, que são partes constituintes do *coletivo do MST* (COELHO, 2010, p. 244).

O trabalho com a mística vem no sentido de estimular e reforçar a luta, um modo de formação da consciência dos acampados, de reviver os momentos

passados, o sofrimento, o momento da chegada das famílias na formação dos acampamentos, são utilizados símbolos que representam a vida no campo, esses são alguns exemplos dos acontecimentos que fazem parte da celebração da mística nos acampamentos do MST.

Ainda sobre a mística e sua valorização, nas considerações de Souza (2012),

a mística aparece como uma manifestação capaz de expressar de forma realista a conjuntura de luta social no qual o MST se envolve em sua processualidade, tendo como forma o sentido de rito, culto, festa, celebração; aguçando o imaginário do trabalhador sem-terra com situações, passadistas e presentes, da necessidade fundante do sujeito coletivo para a mudança das condições de existência. Argumentamos que em muitas dessas atuações há um conteúdo crítico-emancipatório bastante intenso que, por meio das características típicas da expressão estética, podem colocar o militante em contato com seu papel enquanto lutador social (SOUZA, 2012, p. 87) (grifo do autor).

Para o MST, citado por Souza (2012, p. 48):

A mística é a motivação para seguir em frente, nasce do coração e nem sempre atravessa o cérebro, mas sempre se traduz em ações e expressões concretas. O conteúdo da mística são os valores da justiça, igualdade, da liberdade; é o companheirismo, a solidariedade, a resistência, o sonho de uma vida digna, o sonho de uma nova sociedade, de uma nova educação, de um novo homem e de uma nova mulher. É a paixão que vai sendo construída pela causa do povo (MST, s/data).

Entende-se, portanto, que a celebração da mística procura aguçar a motivação constante, através das manifestações e exposição dos símbolos do MST e reforçar os valores necessários à vida em sociedade.

O entusiasmo reforçado pela mística motiva a luta dos trabalhadores no enfrentamento das dificuldades que são vivenciadas tanto na fase de acampados ou mesmo quando se tornam assentados. O acampamento é o momento da motivação, porém, também é o momento das dificuldades, de enfrentá-las resistindo as intemperes quando se decide se engajar na luta pela terra. Apesar de todo trabalho realizado pelo MST com as famílias sem terra nesse processo de acampamento, muitos acabam por não resistirem e desistem do sonho do direito à terra. Das dificuldades que se pode pontuar, algumas delas são apresentadas por Caldart (2004) e Turatti (2005), citados por Figueiredo e Pinto (2014, p 563.), sendo:

O acampamento também é um momento no qual se experimenta uma série de dificuldades, dificuldades essas que colocam em risco a própria existência física do acampado – fome, fragilidade dos barracos e exposição

de intempéries, risco de violência de jagunços ou das forças policiais, despejos e remontagens constantes de barracos, entre outros (CALDART 2004; TURATTI 2005).

Dentre outros problemas enfrentados no tocante à vida de acampado, segue o fato problematizado pelas dificuldades na obtenção de alimentos e demora nas negociações e assistência do poder público (isso pode ser visto como estratégia do próprio Governo). Existe muita burocracia por traz desse processo, se torna extenso o tempo de espera até a parcela dos lotes, muitos acampados permanecem anos embaixo da lona na espera da desapropriação das fazendas ocupadas.

Pontuar as dificuldades enfrentadas no período de acampamento vai além, são todas as possíveis, da moradia a falta de estrutura, falta de água, do alimento, o Governo até envia cestas básicas para as famílias, porém não é sempre, esse fato é considerado estratégico, pois denota uma forma de tentar frear a continuação da luta pela terra.

Para superar essas dificuldades os acampados, junto ao MST, reforçam a luta através das mobilizações para forçar o diálogo com o poder público, afim de pressionar ao atendimento de suas reivindicações. Essas mobilizações decorrem desde ocupações de terras às marchas, passeatas com trancamento de rodovias, atos públicos e ocupação de prédios públicos. Como salienta Oliveira (1999, p. 7) “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra caminha pelas estradas, acampam e lutam no campo, e na cidade marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita na cidade”.

Além dessas formas de superação, o MST, dentro dos acampamentos reforça a necessidade de uma educação no campo, na instalação de escolas que forme indivíduos. Em trabalhos realizados por Caldart (1999), a mesma vem se debruçando em trabalhar com a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo a autora:

Ao buscarem reconquistar o direito ao trabalho e à dignidade, estes sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculadas. Os movimentos sociais têm sido espaços de organização destas lutas e de formação destes sujeitos (CALDART, 1999, p. 6).

Ou seja, a busca por uma educação conscientizada perante uma sociedade desigual faz parte das estratégias do MST com seus militantes, pois fazem com que estes sujeitos se reconheçam em sociedade.

Podemos concluir que das dificuldades encontradas no processo de acampamento, sempre surge alguma estratégia para supri-las. A reivindicação por políticas públicas abrange a manutenção da vida no acampamento, dos camponeses em geral, pois podem minimizar um impedimento de desistência das famílias, evitando um deslocamento, desfazendo uma vida de andanças, que também vem lhes garantir melhores condições de permanência no espaço rural, seja como acampado ou assentado.

4.1.2 O Contra-Espaço se Espacializa: a materialização do Assentamento

Em meio a muitos obstáculos e lutas o assentamento vai tomando forma, a resistência e a luta dos trabalhadores rurais se transformam em um processo de espacialização, visto por Fernandes (2005) como um processo geográfico. Para o autor “uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se um fato acontecido, impossível de ser destruído” (FERNANDES, 2005, p. 29). Como parte desse processo está à organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas ações.

Em outras palavras, quanto à produção do espaço pelo movimento de espacialização, Fernandes (2005) considera que:

A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. (FERNANDES, 2005, p. 30)

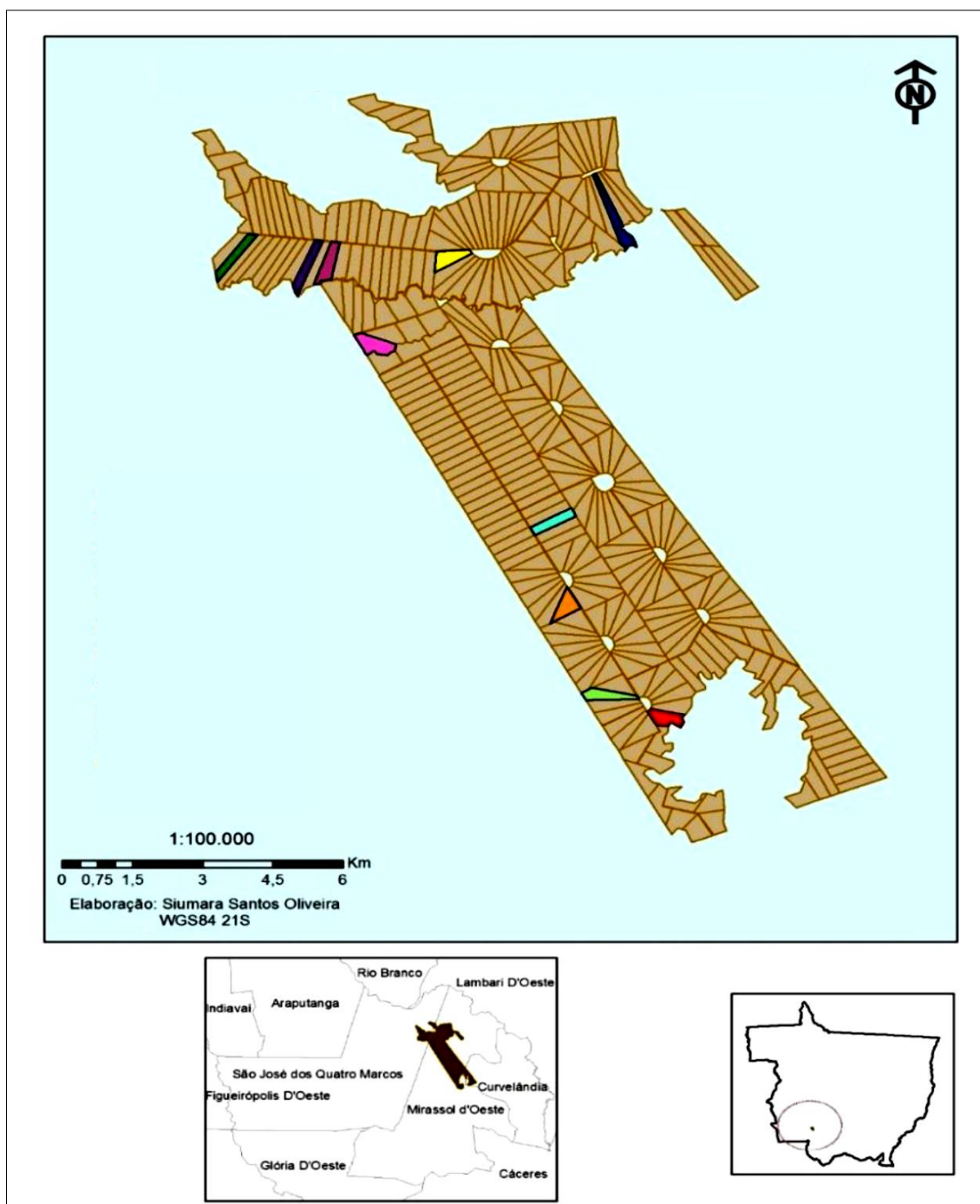
Entre outras definições do processo de espacialização, na análise de Santos (1988, p. 26) “a espacialização não é o espaço. A espacialização é um momento da inserção territorial dos processos sociais”.

É nesse viés do entendimento desse processo de espacialização que empreendemos o entendimento do contra-espaço e sua espacialização do assentamento Roseli Nunes.

O assentamento Roseli Nunes, está localizado em quase toda a sua totalidade no município de Mirassol D'Oeste, onde também se encontra inscrito

administrativamente, mas também se adentra em pequena proporção nos domínios territoriais de Curvelândia e São José dos Quatro Marcos, conforme Figura 14.

Figura 14: Mapa do assentamento Roseli Nunes



Fonte: Oliveira, (2015)

No mapa são identificados os lotes recortados do assentamento, os pontos em branco, com formas de raios são as áreas sociais dos 12 núcleos existentes no mesmo, utilizados para reuniões e comemorações realizadas pelos assentados.

Alguns lotes, representado em cores, fazem parte de um estudo realizado por Oliveira (2015) referente a uma avaliação analisada pela autora que identificou 10 agroecossistemas (áreas de cultivo, áreas de reserva e áreas úmidas), estudo este que não iremos aprofundar nesta pesquisa.

A análise da materialização do assentamento Roseli Nunes implica no detalhamento de fatores que permeia o modo com que as famílias vivenciaram e vivenciam o processo de acampado para assentado, uma vez que possuir a terra nem sempre lhes dá total garantia dos direitos enquanto ser social e morador rural.

Os dados coletados a partir da aplicação do questionário junto aos assentados, na época da consolidação do assentamento, explicitam as dificuldades encontradas, as estratégias organizadas e a ação do Poder Público.

Em abril de 1998, o INCRA divulga o comodato da fazenda Prata no município de Mirassol D'Oeste e no ano 2000 a fazenda é desapropriada para fins de Reforma Agrária. Nesse mesmo ano as famílias se deslocam da Fazenda Facão para a Fazenda Prata, onde passa a ser sua nova morada. No mesmo ano, é realizado o parcelamento da área.

A conquista e materialização e a permanência na terra pelas famílias assentadas no Roseli Nunes não se torna uma conquista de garantias imediatas, como mostra Quadro 4, quando se refere às dificuldades que os assentados encontram quando já proprietários de suas terras. Assim, pressupõe-se que a Política Nacional de Reforma Agrária garanta não só a terra como a oferta de suportes técnicos e outras ações necessárias ao recomeço da vida no assentamento, de forma que essas famílias possam se reproduzir e se desenvolver no espaço rural.

Considerando as dificuldades pontuadas pelos trabalhadores rurais do assentamento Roseli Nunes, estão ligadas desde a falta de água, suporte financeiro, falta de energia, saúde e a estrutura da moradia. Não sendo este um fato isolado quando se trata de assentamentos rurais no Brasil, como salientam Santos e Santos (2012):

Em alguns assentamentos, os trabalhadores rurais enfrentaram enormes dificuldades desde a falta de água e energia, a necessidade de produzir os seus alimentos, etc... Assim, a luta pela terra passa agora a ser a luta na terra, fato que atinge os assentamentos rurais em todo o território brasileiro (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 9).

Sendo assim, o tratamento que se deve ter quanto à resolução dessas dificuldades é papel da Política de Reforma Agrária, que a nosso ver, não vem favorecendo ao atendimento dessas questões de forma satisfatória.

Ainda considerando as dificuldades encontradas pelas famílias no assentamento Roseli Nunes, já em seus lotes, se pode afirmar que aquele período de vivência como acampados não vem a se diferenciar quando se tornam acampados, a resistência e a luta ainda persistem, e a realidade vivida ainda ressurgem com novos episódios de enfrentamento.

Entende-se então que o acesso à terra pressupõe a garantia além da reforma agrária, uma vida com condições de produzir, plantar e gerar renda, além de direitos básicos necessários a qualquer cidadão como saúde, educação, saneamento básico, e sem deixar de destacar a relação que os assentados passam a ter com a natureza, procurando reaver o modo de tratamento com os recursos naturais colocando em prática a sustentabilidade ambiental, faz-se assim o uso de uma racionalidade ecológica na produção de alimentos orgânicos saudáveis, uma atividade que visa não apenas melhorar a renda das famílias, mais uma forma de integrar-se economicamente, caso este encontrado no assentamento Roseli Nunes junto às famílias assentadas.

De acordo com os assentados, logo no início do assentamento, foram expostos no questionário alguns pontos importantes dessa fase de enfrentamento as dificuldades encontradas, as estratégias utilizadas e a forma de participação do poder público diante desse momento. Assim, o Quadro 5 nos traz essas informações.

Quadro 5: Dificuldades encontradas, estratégias utilizadas pelos recém assentados e a participação do poder público no início de estruturação do assentamento

Dificuldades encontradas	Estratégias utilizadas	Participação do poder público
Falta de suporte financeiro; Dificuldades de transporte/ locomoção; Falta de estrutura básica de moradia; Falta de atendimento médico; Falta de água potável; Falta de energia elétrica;	Criação e Manter-se mobilizados em núcleos de enfrentamento: de moradia, educação, entre outros, relacionados às principais dificuldades encontradas, mantendo as estratégias de ocupação de prédios e vias públicas; Garantir a escola dentro do assentamento e assumi-la como espaço de discussão e organização das estratégias de luta; Manutenção da formação política, através de estudos e sensibilização à causa através das “místicas”	Liberando recursos, principalmente para a infraestrutura; Proposição de projetos para captação de recursos para a montagem da infraestrutura como energia, estrada, entre outros (principalmente o INCRA); Construção da escola;
	Exitoso	
	De modo geral, as estratégias foram responsáveis pela superação das dificuldades.	
	Não e/ou pouco exitoso	
	O individualismo, de alguns em alguns momentos atrapalhava o avanço das negociações;	

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

Organização: Calixto (2017)

O acesso à terra pelos trabalhadores é vista como um novo ciclo, um novo rumo em direção à sobrevivência e recriação de um espaço familiar, uma luta que também permeia o desejo da busca de melhores condições que os favoreçam, estando estes de posse de suas terras, se tem a possibilidade de uma reprodução simples da vida e aumento da qualidade da mesma. Porém, o que se espera no processo de consolidação do assentamento é a obtenção de uma vida digna, com infraestrutura, acesso a fomentos, a recursos para construção de suas casas e para produção familiar (sementes), atendimento por políticas públicas do campo, dentre outras.

Pressupõe-se que a Política de Reforma Agrária, lhes garanta uma vida com condições de produzir, plantar e gerar renda, além de direitos básicos necessários a qualquer cidadão como saúde, educação, saneamento básico, e sem deixar de

destacar a relação que as assentados passam a ter com a natureza, que lhes permite o trato com a sustentabilidade ambiental, faz-se assim o uso de forma consciente e o que lhes permite também a produção de alimentos orgânicos saudáveis, fato este encontrado no assentamento Roseli Nunes junto às famílias assentadas.

No que se refere a essa transição de acampado para assentado e as dificuldades/desafios vivenciados, Mitidiero Junior (2011), faz uma importante reflexão:

A transformação de sem terra em assentado e de assentado em pequeno produtor rural é repleta de percalços e desafios, por isso de luta contínua, agora na terra. Pode-se reconhecer, no decorrer desse processo, dois momentos umbilicalmente interligados, que são: a luta pela terra seguida pela luta na terra (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p. 6).

Portanto, após a consolidação do assentamento, uma nova etapa se inicia o enfrentamento às dificuldades encontradas pelos trabalhadores rurais citadas no Quadro 5, que não se pauta mais em uma luta pela terra, e sim pra permanecer nela como produtores rurais. No enfrentamento diante dessas dificuldades são necessárias estratégias de sobrevivência e fortalecidas pela continuidade nas lutas, mobilizações e ocupações, pela educação no campo, o fortalecimento nas místicas, pois o sucesso do MST nas suas lutas vem de uma organização de articulação sinuosa de contestação ao não cumprimento da Política de Reforma Agrária e pelo Estado.

O papel da Política de Reforma Agrária (PNRA) não se restringe apenas em redistribuir terras, mas também em provocar significativas mudanças na criação de políticas públicas voltadas ao atendimento da população rural, àquelas ligadas às demandas de apoio a educação, locomoção (estradas), incentivos à produção, dentre outras almeçadas pelas famílias assentadas.

No tocante a organização da reforma agrária no Brasil, Silva (2013) reflete que:

Percebe-se que a questão agrária nada mais é do que uma questão política direcionada para atender aos interesses de uma classe dominante que reproduz uma relação de produção organizada de forma desigual e se apropria da renda familiar, emprego e produtividade, sem qualquer preocupação com a vida humana digna no campo, com os direitos dos trabalhadores rurais (SILVA, 2013, p. 9).

Em outra alusão sobre as ações da reforma agrária brasileira na discussão em trabalho realizado sobre a causa, Menezes, Malagodi e Marques (2008) enfatizam que:

Embora ainda não tenhamos um processo amplo de reforma agrária no Brasil, a experiência de construção dos assentamentos rurais tem sido bastante rica. Nos milhares de assentamentos existentes no Brasil, há um grande número de dificuldades, mas, também, um leque amplo de respostas criativas e originais. O debate tem girado em torno de algumas questões, considerada como centrais: 1) êxito ou fracasso dos assentamentos; 2) acerto ou erro das políticas públicas e dos governos; 3) validade dos objetivos finais da reforma agrária. A partir de nossa experiência de pesquisa e de trabalhos de extensão no brejo paraibano, compreendemos que a criação dos assentamentos constitui um novo espaço aos trabalhadores rurais e suas famílias, que lhes permite tanto reconstruir suas vidas atuais no presente, como redefinir suas perspectivas para o futuro, e, ainda, estabelecer com a sociedade envolvente uma nova relação produtiva e social. (MENEZES, MALAGODI e MARQUES, p. 131).

Todavia, atender as demandas sociais da população rural necessárias para o desenvolvimento e permanência das famílias assentados em suas terras são desafios da reforma agrária no País, pois, considera-se assim, que a mesma está longe de ser concretizada conforme o significado maior. Devemos compreender de fato que as dificuldades vivenciadas pelas famílias do assentamento Roseli Nunes acabam por se tornarem similares quando comparadas as dificuldades encontradas na época do acampamento.

É evidente que essas dificuldades que passam a ser vivenciadas no dia-a-dia das famílias assentadas, são compensadas quando as mesmas precisam sobreviver promovendo estratégias para se permanecer na terra, fato este que se torna papel importante a sua recriação no campo.

Em trabalho realizado por Rosa e Stacciarini (2015) em um assentamento na cidade de Catalão – MG, estes reforçam essa importância do papel da resistência no tratamento das estratégias criadas pelos assentados. Os autores afirmam que:

A estratégia das famílias camponesas para permanecer na terra é negar o que as nega, ou seja, negar a produção e reprodução ampliada do capital, através da negação da racionalidade capitalista no campo. Mesmo que inseridos numa formação econômica e social dominada e hegemônica pelo modo capitalista de produção, os camponeses constroem na sua prática de trabalho e resistência social uma reprodução social que lhes permite afirmar outra racionalidade que não àquela dominante: a racionalidade camponesa. E esta lhe proporciona condições efetivas de construir uma autonomia relativa perante o capital (ROSA E STACCIARINI, 2015, p. 2).

As estratégias de ação dos acampados seguem por um importante caminho que representa as atividades coletivas dentro do assentamento, a participação dos assentados nesse coletivo é uma estratégia de sobrevivência, isso facilita a organização de reuniões, de contato entre assentado e seus líderes, um diálogo aberto de tratamento de pautas importante para a vida nesse novo espaço, não apenas de reuniões, mas também de trabalho, de produção, como forma de aquisição de benefícios que seja capaz de serem superadas as injustiças já vividas enquanto acampados. Todavia um fato observado tanto nas entrevistas (questionário) quanto no diálogo com alguns assentados é a evidencia de indivíduos que não se tornam tão presentes na participação das discussões e ações coletivas do assentamento, uma vez que, não participaram de toda a vivência de acampado, das intempéries e enfrentamentos que muitos passaram, ou seja, não possuem aquele sentimento de pertencimento explorado pelo MST com o trabalho das místicas e a educação de formação do movimento.

A atuação em coletivo não se restringe apenas em possibilidades, mas também de necessidade de reestruturação do espaço do assentamento, o trabalho coletivo se insere como uma alternativa na eficácia dessa reestruturação, é um fortalecimento entre as famílias, cria-se assim novas formas organizativas e de cooperação, como exemplo da Associação Regional dos Produtores Agroecológicos (ARPA), que hoje tem cadastrada em torno de quarenta famílias do assentamento Roseli Nunes, na distribuição de alimentos, isso faz também que haja uma também valorização do trabalho familiar. A organização coletiva remete à prática do trabalho facilitador e de viabilidade da convivência social e produtiva.

Além da forma coletiva de sobrevivência, podemos referenciar a partir dos dados coletados quanto à participação do poder público nos trâmites da viabilização de recursos para o trato com a infraestrutura necessária a manutenção e locomoção dos assentados, como a construção de estradas, criação de escolas, instalação de energia elétrica às residências, dentre outras necessidades, junto à atuação do INCRA.

É nessa direção que uma vez que o assentamento tenha se especializado, esteja sendo recriado pelos novos donos da terra, e posterior a luta por ela, o assentamento ainda assim pode ser considerado como contra-espço. Entende-se assim, que o contra-espço ainda permanece na vida desses assentados, quando os mesmos precisam resistir às dificuldades no interior do assentamento, a partir

do momento que suas necessidades não são atendidas, e pelo fato de existir convergências de ideias na relação entre eles, diferenças encontradas nas relações de convivência em grupo, pois aquele momento de vida coletiva e solidária no acampamento nem sempre permanece, e o bom funcionamento das ações fica fragmentado.

Analisando as estratégias utilizadas na fase do acampamento em consonância com as estratégias exercidas já com as famílias assentadas no Roseli Nunes, podemos encontrar algumas similaridades e diferenças. Torna-se similar o fato de manterem-se mobilizados e organizados no enfretamento de questões quanto à luta pela educação, a inserção de uma escola do campo no interior do assentamento, sendo esta uma luta conquistada pelos assentados do Roseli Nunes, a escola Madre Cristina, que hoje lhes garante uma educação de valorização da vida no campo e a continuação da formação política dos assentados. O que se diferencia é fato de já serem donos de suas terras, mas pra se manterem nela precisam continuar a luta para que possam se reproduzir.

As estratégias utilizadas, a participação do poder público e a reestruturação do espaço do assentamento são pontos importantes de serem analisados, pois um depende do outro pra efetivação de um assentamento. As estratégias servem como forma de pressionar o poder público ao atendimento das pautas reivindicadas pelos trabalhadores, e assim conseguirem se manter na terra. Portanto, o papel das mobilizações nesse processo é de unir e fortalecer a classe, o que desta forma, se tornam relevantes para intensificação ao cobrar o Estado para as melhorias na infraestrutura do assentamento e apoio no processo produtivo desempenhado pelas famílias, seja de forma individual ou coletiva.

Atualmente o assentamento Roseli Nunes possui um total de 331 famílias assentadas, como expressão de um movimento de contestação a forma de organização do espaço agrário que se consolidava no início dos anos de 1990. Resultado de um movimento de “contra-espaço” que se iniciou com a ocupação em uma área denominada Facão às margens da BR 070, no município de Cáceres-MT e consolidou-se como assentamento no ano de 2002, com pessoas vindas de várias regiões e cidades do Estado, muitos migrantes de outras partes do País. É organizado administrativamente em 12 núcleos familiares, sendo cada núcleo representado por coordenadores que, juntos, compõem a coordenação do assentamento como um todo.

4.2 O ASSENTAMENTO E REFLEXOS NA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE MIRASSOL D'OESTE

Neste ponto da discussão busca-se estabelecer uma relação mais direta entre a organização do assentamento Roseli Nunes com as práticas socioeconômicas desencadeadas pelos seus moradores e os reflexos que este estabelece com o movimento social e econômico que acontece no município de Mirassol D'Oeste nos últimos anos.

Localizado na mesorregião Sudoeste do estado de Mato Grosso, o município de Mirassol D'Oeste, segundo dados do IBGE (2010), apresenta um total de 25.299 mil habitantes, com densidade demográfica de 23,5 hab. por km². Sua economia está baseada nas atividades de pecuária, agricultura, agroindústria e comércio.

Como já discutido anteriormente, demonstrando o contexto da formação socioespacial de Mirassol D'Oeste, este município tem apresentado diferentes fases de produção econômica que veio repercutir na forma como o seu espaço veio se reconfigurando ao longo da sua história. Os dados econômicos das últimas décadas corroboram na demonstração desse processo dinâmico.

4.2.1 O Panorama Socioeconômico de Mirassol D'Oeste: algumas relações

Os dados adquiridos junto ao IBGE, a partir do final da década de 1990, vem nos mostrar um novo arranjo socioeconômico deste município com uma conjuntura evolutiva e expressiva na comparação aos 15 anos analisados. Isso e torna ponto de partida para verificarmos possíveis efeitos provocados pelo assentamento no contexto da dinâmica socioeconômica após a sua implantação.

Neste sentido, uma vez que o assentamento fora implantado no ano de 1997, considerando a inicio do acampamento na fazenda Fação em Cáceres neste mesmo ano, tomamos como ponto período de análise os anos de 1999, 2000 e 2014. Ou seja, dois anos após o efetivo assentamento, comparando imediatamente o ano seguinte, em um período de 15 anos depois.

Conforme dados do IBGE (1999, 2000, 2014), todos os setores de produção demonstraram ritmo crescente entre os anos pesquisados, com maior expressão para a indústria e serviços, conforme se observa na Tabela 7.

Tabela 7: A evolução na arrecadação por setores de produção no município de Mirassol D'Oeste entre 1999, 2000 e 2014.

ARRECAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE-MT POR MIL ENTRE 1999 e 2014					
(valores em mil)					
Ano	Imposto	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Total
1999	7.100	9.628	12.579	45.025	74.332
2000	8.290	13.903	13.158	47.387	82.738
2014	55.074,00	50.979,00	126.087, 00	222.123, 00	509.910

Fonte: IBGE (2014) Organização: Calixto (2017)

Verifica-se assim, que todos os setores de arrecadação dinamizaram em ascendência.

No que se refere ao lapso temporal compreendido entre os anos de 1999 e 2000, detêm-se que o setor de indústria apresentou oscilação de R\$12.57,000 milhões arrecadados para R\$13.158,000 milhões, correspondendo um acréscimo de 4,60%. No mesmo período a agropecuária evoluiu de uma arrecadação de R\$ 9.628 para R\$ 13.903 milhões, cujo acréscimo correspondeu a 44,40%. Já os serviços saiu de uma arrecadação de R\$ 45.025 para R\$ 47.387 milhões, equivalendo um acréscimo 5,24%. Como consequência dessa evolução em todos os setores, a arrecadação de impostos cresceu 16,76%, saltando de R\$ 7.100.000,00 para 8.290.000,00 milhões arrecadados.

Neste período, percebe-se que o setor que mais cresceu foi o setor agropecuário onde o percentual ascendeu em pouco mais de quarenta por cento, muito além dos outros setores produtivos como os serviços (5,24%) e indústria (4,60%).

Ainda dos números expressos na tabela 7, verifica-se que no ano de 1999 o setor agropecuário respondia por 12,95% da arrecadação municipal. A indústria respondia por 16,92% e o setor de serviços respondia por 60,57%. Ou seja, percebe-se que naquele ano o setor de serviços que envolvem, por exemplo, o comércio local responde por mais da metade de todo volume de riquezas gerado em Mirassol D'Oeste.

Decorridos quinze anos, percebe-se uma rearticulação na produção de riquezas daquele município. Assim, o PIB (1999/2014) variou de um total de

R\$74.332.000,00 milhões para R\$509.910.000,00 milhões, ou seja, cresceu 585,98%.

Entre os setores produtivos essa evolução se deu da seguinte forma: a agropecuária cresceu de 1999 a 2014 para 429,48%; a indústria 902,36%; o setor de serviço cresceu 393,33%. Com isso, no último ano medido (2014), a agropecuária passou a responder por 9,99% da produção econômica, a indústria por 24,72%, e os serviços 43,56%. Desse modo, houve também evolução na arrecadação de impostos no período, que passou a responder por 10,80% do volume do Produto Interno Bruto de município.

No período entre 1999 e 2000, os dados chamam atenção pelo expressivo avanço da agropecuária em relação aos demais setores de produção. Neste sentido, faz-se necessário estabelecer algumas relações com as práticas dos sujeitos naquele período, no contexto da dinâmica da formação socioespacial que, por sua vez, responde por um momento de territorialização do capital naquele espaço.

O ano 2000 corresponde o período em que ocorreu a fixação das famílias tanto no assentamento Roseli Nunes; objeto desta análise, como das famílias do assentamento Margarida Alves (criado no ano de 1997, com 145 famílias), apesar que o documento de constituição oficial do assentamento Roseli Nunes consta do ano de 2002. Nesse mesmo ano de 2000, ocorre também a instalação da usina Cooperativa Rio Branco- COOPERB no município (PAULA, 2015), destinada à produção de etanol e cuja matéria-prima é a cana de açúcar. Esses dois fatos, combinados demonstram dois grandes movimentos que ocorrem no município com variáveis que repercutem a partir do contexto agrário. Esses fatos podem ter atuado diretamente na produção agropecuária que ascendeu sensivelmente de um ano para outro.

4.2.1.1 O Contexto Agrário e o Assentamento: o meio agrícola

Como já mencionado em capítulo anterior, o processo de consolidação do município de Mirassol D'Oeste tem seu contexto agrário caracterizado pela prática da agricultura familiar em pequenas propriedades. Entretanto, no final dos anos de 1980 verifica-se um processo de avanço da pecuária bovina sobre as áreas agrícolas, repercutindo na queda da produção desse gênero.

Demonstrando essa realidade, verifica-se que na década de 1990, dados do IBGE (1996), ainda usando metodologia de não especificação dos cultivos,

apresentam uma produção de 237 toneladas distribuídos, respectivamente, em 171 de lavouras temporárias, 21 de horticultura e 45 de lavoura permanente, conforme ilustra Tabela 8.

Tabela 8: Produção das lavouras temporárias e permanente no ano de 1996

Ano	Lavouras temporárias (ton)	Horticultura (ton)	Lavoura permanente (ton)
1996	171	21	45

Fonte: IBGE (1996)

Organização: Andréia Pereira Calixto (2017).

Quando considerados apenas as chamadas lavouras permanentes e temporárias, essa produção soma 216 toneladas.

Esse cenário da produção agrícola muda muito uma década depois. No ano de 2006, já adotando metodologia de especificar os itens da produção agrícola, dados do IBGE (2013) mostram avanço na produção das lavouras que, somados, chegam a 297.935 toneladas. É importante ressaltar aqui que a grande maioria dessa produção representa a territorialização do capital investido nas monoculturas da cana-de-açúcar (293.225 toneladas) e soja (1450 toneladas), conforme ilustra a Tabela 9.

Tabela 9: Produção das principais lavouras em Mirassol D' Oeste entre os anos de 2006 e 2015.

Tipo de lavouras	Mirassol D' Oeste			
	2006		2015	
	Hec.	Ton.	Hec.	Ton.
Arroz	100	300	180	1440
Banana	20	150	00	00
Borracha	110	66	47	85
Cana-de-açúcar	2.955	293.225	4.465	348.270
Feijão	100	70	00	00
Mandioca	60	750	90	1.170
Milho	500	1.550	1.180	4.536
Soja	500	1450	4.350	14.355
Tomate	8	164	8	160
Abacaxi (Mil).	x	x	8	120
Melancia	10	170	20	400

Fonte: IBGE (2013).

Organização: Andréia Pereira Calixto (2017)

Entretanto, apesar de peso dado pelo cultivo da cana-de-açúcar e soja no cultivo agrícola, é também bastante sensível o aumento no volume da produção de itens da agricultura familiar (milho, arroz, tomate e mandioca, melancia). Neste caso, a produção dos itens dessa pauta saltou das 237 em 1996 para 2.934 toneladas em 2006.

Esse período marca o surgimento de outros assentamentos nos limites territoriais de Mirassol D'Oeste, cujos nomes se verificam no Quadro 6.

Quadro 6: Assentamentos e números de famílias localizados no meio rural do município de Mirassol D'Oeste

Município	Assentamentos	Número de famílias	Ano de criação
Mirassol D'Oeste	Roseli Nunes (MST)	331	2000-2002
	Margarida Alves (MST)	145	1997
	Silvio Rodrigues (MST)	160	2012
	Providencia I	67	1995
	Santa Helena II	53	1996
	São Saturnino	112	2000
	Vila Rural Modelo Fitoterápicos	25	2005

Fontes: DATA LUTA, (2012), Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, (2017)
Organização: Calixto, (2017).

Alguns destes assentamentos, com menores números de famílias assentadas, como é caso do Providencia I, Santa Helena II, São Saturnino, Vila Rural Modelo Fitoterápicos não se encaixam no rol daqueles mobilizados pelas frentes do MST. Porém, é nítido que a partir do surgimento destes assentamentos pós-segunda metade da década de 1990 o aumento de produtos agrícolas produzidos em regime familiar. Essa constatação permite-nos aferir que o surgimento destes, entre os quais o assentamento Roseli Nunes com o maior número de famílias assentadas, atuou decisivamente para mudar os rumos da produção no meio agrário, aumentando a produção de alimentos juntamente com o avanço de outras monoculturas.

Essa participação continuou e consolidando nos dados apontados pelo IBGE (2013) entre os anos de 2006 a 2015, onde é possível verificar avanços e recuos de algumas culturas, porém, com volume total muito superior ao observado na década de 1990.

Voltando a consultar a Tabela 9, observa-se que houve acréscimo na produção de arroz, mandioca, milho, melancia e apareceu o abacaxi na pauta do ano de 2015. Respectivamente, o cultivo do arroz também aumentou 300 toneladas

em 2006 para 1.440 toneladas, com acréscimo da área plantada de 100 para 180 hectares no mesmo período. A produção do milho, alterou de 1.550 para 4.536 toneladas em 2015, aumentando a área plantada de 500 para 1180 hectare. Em relação ao cultivo da mandioca cultivo da mandioca, a produção saltou de 750 toneladas em 60 hectares de terras no ano de 2006, para 1.170 toneladas em 90 hectares de terras plantadas no ano de 2015.

Alguns produtos tiveram suas plantações encerradas (IBGE, 2013), como o feijão e a banana. A produção do feijão, como nos mostra os dados acima, deixou de ser produzido, chegando ao seu declínio, atingindo apenas 70 toneladas em 2006 e eliminado em 2015. O tomate teve produção recuada de 164 para 160 toneladas. O abandono ou recuo no cultivo de alguns produtos, principalmente de itens da produção familiar, como é o caso do feijão, podem estar diretamente relacionado ao avanço da cultura canavieira, que passam a ser plantadas em terras arrendadas para esse fim, ou mesmo para a prática da pecuária de corte ou leiteira.

Entretanto, a cultura do abacaxi entrou na pauta de produção e o cultivo da melancia cresceu de 170 toneladas produzidas em 10 hectares para 400 toneladas em 20 hectares no ano de 2015.

Dentre esses dados obtidos temos como destaque a monocultura da cana-de-açúcar que em 2006 apresentou produção de 293.225 toneladas em 2.955 hectares de área plantada. Decorridos nove anos, em 2015, plantou um total 4.465 hectares e colheu 348.270 toneladas. Neste caso, esse aumento na produção da cana-de-açúcar encontra-se relacionada à instalação de usinas no município de Mirassol D'Oeste e no município de Lambari D'Oeste, isso é notado nas extensas plantações observadas ao longo das MTs 170 e 175, adentrando antigas áreas de pastagens (SOARES, 2014).

A soja é outra monocultura que vem avançando sobre o espaço agrário de Mirassol D'Oeste. Neste sentido, ampliou a área plantada e o volume produzido em toneladas. Respectivamente saiu de 500 hectares com produção de 1450 toneladas em 2006 para 4.350 hectares e 14.355 toneladas em 2015.

Esse aumento significativo na produção dessas monoculturas traduz a pressão que essas culturas vêm provocando sobre os espaços destinados à produção da agricultura familiar no município e, sobretudo, nos assentamentos. Aliás, este tem sido uma das novas pautas de resistência dos assentados, mobilizando esforços e estratégias de contra-espço frente à espacialização desses

cultivos que no local vem em detrimento da agricultura familiar, ecologicamente sustentável.

Sobre esse assunto, em comemoração aos 20 anos do assentamento, em Março de 2017 os assentados junto a FASE e MST, publicaram uma carta à sociedade onde relatam a trajetória vivenciada pelas famílias na luta pela conquista da terra e a resistência que ainda hoje têm promover diante da crescente disputa pelo espaço agrário, com o avanço do agronegócio. Nesta carta assim traduzem essa realidade:

Hoje, o assentamento se encontra ameaçado de extinção pelo modelo de fazer agricultura imposto pelo agronegócio, que nos pressiona de todos os lados, que tem como base de produção a monocultura (...). Isso vem dificultando a cada dia a permanência dessas famílias neste território(...). O assentamento está cercado de grandes monoculturas de cana-de-açúcar para produção de biocombustível, monocultivos de Teca para exportação de madeiras, soja transgênica em grande escala, e extensas áreas de pastagens para criação de gado de corte. E devido as pulverizações aéreas e terrestre de agrotóxicos, que são contínuas nessas áreas de monocultivos, a nossa produção agroecológica está sendo contaminada pelo vento, pela chuva, afetando diretamente nossos rios, mantando toda forma de vida e levando a uma perda irreparável da biodiversidade (CARTA DO ASSENTAMENTO ROESLI NUNES, 2017, p. 1).

O documento enfatiza a pressão que o cultivo das monoculturas fazem sobre o assentamento ainda que indiretamente, à medida que o uso de agrotóxico carregado pelo vento, atinge as suas lavouras e, assim, inviabilizando tanto o cultivo quanto a permanência das pessoas no local.

É importante ressaltar que, segundo a entrevista acima aludida, em caso de possíveis destituições de lotes este é realocado em favor do coletivo que deliberará sobre o seu destino.

De qualquer forma, o panorama geral do contexto agrícola em Mirassol D'Oeste mostra que houve avanço no volume de produção dos itens da agricultura familiar que saltou para um total de 7.911 toneladas. Trata-se de um avanço expressivo em 15 anos quando se leva em conta as 237 toneladas produzidas no ano de 1996.

De forma mais específica em relação à produção agrícola dentro do assentamento Roseli Nunes, observou-se que no conjunto do assentamento produz-se banana, mandioca, milho, melancia, frutas cítricas como laranja, limão, poncã, abacaxi, hortaliças em geral, além de feijão, batata doce e abóbora. Há ainda que ressaltar que os quintais são geralmente dotados de plantações frutíferas como

mangas, tamarindos, goiaba, acerola, jaboticaba, entre outros, que se destinam ao consumo da família, conforme ilustra as figuras 15 e 16 e.

Um aspecto importante a ser observado e relevante constatado in loco, diz respeito a algumas culturas que são produzidas no assentamento e que não constam dos itens divulgados pelo IBGE sobre município. É o caso mais nítido da banana que é cultivada e produzida por várias famílias assentadas e, juntas, alcançam o volume de algumas toneladas, (Figura 16).

Figura 15: Plantação de hortaliças



Foto: Calixto (2017)

Figura 16: Plantação de banana



Foto: Calixto (2017)

A produção agrícola é incentivada através de associações como a Associação Regional dos Produtores Agroecológicos (ARPA) que por sua vez recebe suporte técnico de instituições como da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), via grupos de pesquisas, Igreja Católica, Fase e Secretaria de Agricultura do Município. Neste caso, seis por cento (6%) de todo o produto comercializado é destinado à Cooperativa para a manutenção da mesma. Assim sendo, a Associação arca os custos de transporte e todo o trâmite da comercialização.

De 2003 a 2007 a ARPA, que conta com 40 famílias associadas no assentamento, forneceu 180 toneladas de alimentos. Isso dá uma média de 45 toneladas ao ano e 375 toneladas ao mês. Ou seja, se comparado ao ano de 2006 em que o volume de produção de agricultura familiar totalizou 3.154 toneladas, esse volume anual correspondeu a 1,42 % de toda a produção municipal. Ressalvando tratar-se nesta comparação de apenas 40 famílias associadas produtoras, o que deixa corroborar para demonstrar a participação do assentamento no contexto econômico do município.

Estes produtos comercializados via associação, é comercializado via programas oficiais de Governo, assim, são entregues em unidades escolares e em centros de distribuição de alimentos as famílias em situação de extrema pobreza, que são coordenados pelo município através da Secretaria de Ação Social.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, incorporada junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelo Governo Federal, obriga que as prefeituras de todo o País comprem no mínimo 30% de alimentos da merenda escolar junto à agricultura familiar:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. (BRASIL, 2009).

Há ainda a comercialização de produtos de forma individual pelos assentados em pequenas feiras, como é o caso da que ocorre em Cáceres no pátio da Universidade do Estado de Mato Grosso, uma vez na semana, na quinta-feira e também no perímetro urbano da cidade de Mirassol D'Oeste.

4.2.2 O Contexto da Pecuária

A pecuária foi inserida preliminarmente no município praticamente ao mesmo tempo em que os primeiros migrantes chegaram naquelas terras para desbravarem. Nesse princípio, tratou-se basicamente de animais de pequeno porte como galinhas que serviam como um suporte na alimentação familiar. Aos poucos esse cenário foi mudando e o setor foi crescendo, com destaque para a pecuária bovina que, como demonstrado em capítulo anterior, no ano de 1980 já continha um plantel que oscilava em média de 5 a 30 cabeças por km² nas terras de Mirassol D'Oeste. Em 1996 o número de cabeças sobe para 124 cabeças de gado bovino por km² (IBGE, 1980 e 1995).

Na atualidade o contexto da pecuária no município de Mirassol D'Oeste mostra-se diversificado e crescente, principalmente no que diz respeito ao rebanho bovino para corte e leiteiro, criação de aves e, em menor escala, caprinos, equinos e peixes, conforme podem ser observados no Tabela 10, onde são exibidos os dados da pecuária entre os anos de 1996, 2006 a 2015.

Quadro 7: Espécies e volume de produção da pecuária em Mirassol D'Oeste entre os anos de 1996, 2006 e 2016

Espécies	Mirassol D'Oeste		
	1996	2006	2015
Aves (cabeças)	De 25.241 a menos de 47.408	178.000	179.244
Bovinos (cabeças)	De 75.076 a menos de 143.524	108.133	161.663
Suínos (cabeças)	De 3.018 a menos de 6.045	4.620	3.746
Leite de vaca (em mil litros)	x	11.629	12.743
Ovos de galinha (1000) dúzias	x	760	955
Caprinos	x	111	153
Equinos	x	1.741	2.289
Peixe	x	x	11.930

Fonte: IBGE (1995,1996 e 2016)

Organização: Calixto (2017).

No Quadro 7, o setor de bovinos, pode ser dividido em gado para o abate (corte) e para produção leiteira. A criação de gado para o abate é encontrada nas grandes fazendas existentes na região e no município, isso possibilita considerar a pecuária bovina como a atividade com os números mais expressivos na economia do município. Em 1999, o rebanho contava com 75.076 a menos de 143.524 cabeças, havendo uma variação em 2006, totalizando 108.133 cabeças. Em 2015 a situação mudou e a atividade cresce em produção novamente chegando a 161.663 cabeças. No que diz respeito ao gado leiteiro, quem detém a produção são os pequenos proprietários.

Analisando os dados acima, quando se faz a relação com a quantidade de leite de vaca produzido, observa-se um pequeno aumento na produção após decorridos nove anos. O volume em 2006 era 11.629 litros, subiu para 12.743 em 2015; constatando um leve acréscimo no período. É importante ressaltar que a produção do leite é, sem dúvida, a principal fonte econômica de renda para os pequenos agricultores do município. Outro ponto importante se revela no fato que estes pequenos produtores, em boa parte, fazem a junção com a prática da agricultura familiar.

Entre outras atividades, também é observado uma variação na produção de suínos. Enquanto em 1996 contava entre 3.018 a menos de 6.045 cabeças, expressa sua diminuição em 2006 com 4.620 cabeças, permanecendo em declínio em 2015 onde os dados apontam 3.746 cabeças.

Quanto à criação de aves a mesma se manteve crescente. Saiu de um total entre 25.241 a menos de 47.408 em 1995, mantendo-se em elevação em 2006 e 2015 com, respectivamente, 178.000 e 179.244 cabeças. Este fato pode estar relacionado à existência de um frigorífico destinado para o abate de aves, instalado no município. A criação de aves também está ligada à produção de ovos de galinha, que apresentou um total de 760 mil dúzias em 2006, evoluindo para 955 mil dúzias em 2015, totalizando um crescimento de 79,5%. Esse aumento da produção de ovos ocorre à medida que também houve um leve aumento na criação de galinhas no município.

De modo geral os dados da produção econômica indicam que o município está fortemente relacionado ao contexto agropecuário, ou seja, na lavoura e na pecuária. O Contexto agrário é determinante para a geração de renda em outros

setores, por que é ele que desencadeia as atividades da agroindústria e também no comércio e serviços de modo geral.

No que concerne à atividade da pecuária no assentamento Roseli Nunes, a pesquisa in loco permitiu verificar que se cria no local suínos, equinos, frangos no sistema caipira e semi-caipira, destinado à produção de ovos e abate para consumo familiar e a comercialização em pequena escala. Neste caso, a comercialização também se efetiva através de pequenas feiras. Entretanto, a principal expressão da pecuária no Assentamento é a criação de bovinos, fundamentada na atividade leiteira.

Esta atividade articulada em torno da pecuária bovina é a atividade dominante em toda a região da Grande Cáceres, dividida nas modalidades de corte e leiteira. Sobre esse assunto, Soares (2014), ao realizar estudos sobre o contexto econômico das pequenas cidades da Região, evidenciando a participação e o engajamento dos sujeitos nas atividades produtivas, assevera que se trata de um segmento econômico onde a modalidade de criação para corte é exercida pelos grandes pecuaristas, cuja produção atende, em sua maioria, o mercado de exportação. Já a atividade leiteira é praticada pelos pequenos criadores, a exemplo das famílias do assentamento Roseli Nunes.

No assentamento, das 321 famílias assentadas, 300 exercem atividade leiteira. Atualmente há um plantel de 6000 cabeças, o que dá uma média de 20 unidades por família que se dedica a esta atividade, conforme ilustra Figura 17.

Figura 17: Gado bovino para produção leiteira no assentamento



Foto: Calixto (2017).

O manejo do gado bovino entre os assentados é totalmente voltado para a produção de leite. Para isso, contam com 12 resfriadores (Figura 18) onde são armazenados 14 mil litros de leite diariamente. Particularmente, a ARPA que conta com 40 famílias associadas, responde pela produção de dois mil litros diários.

Figura 18: Resfriador de leite do assentamento



Foto: Calixto (2017)

O produto é comercializado nos laticínios da Região, nas cidades de Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Mirassol D'Oeste, mas, principalmente, no município de São José dos Quatro Marcos.

Vê-se que as atividades econômicas no assentamento são diversificadas e envolvem praticamente cerca de 1/3 do núcleo familiar.

Tomando os dados da geração de empregos formais no município de Mirassol D'Oeste, os dados revelam que houve aumento no número de empresas e de empregos formais entre os anos de 2010 e 2014, conforme ilustra a Tabela 11.

Tabela 10: Relação do número de empresas e empregos gerados no município entre 2010 e 2014

Ano	Nº de empresas	Nº de empregos
2010	714	4.540
2014	760	6.908

Fonte: IBGE (2010)

Organização: Calixto, (2017).

No assentamento, em média, cada família compõe-se de quatro indivíduos, destas, três inserem-se diretamente em atividade produtiva. O restante compõe-se de crianças e adolescente em idade escolar, que se envolvem na lida com a terra apenas esporadicamente. Assim sendo, 331 lotes produzem, em média, 993 empregos diretos. Ou seja, cada lote funciona como uma micro empresa rural. Desse modo, além de refletir diretamente no contexto econômico do município, influenciando no volume da produção econômica e renda, se depreende que este ainda alcança outros componentes do contexto social, à medida que atua diretamente na atenuação de problemas ligados ao urbano, como desemprego, falta de moradia, saneamento básico, entre outros.

Outro aspecto que se torna importante retomar nesta discussão, diz respeito ao efeito que a implementação da Reforma Agrária no município provoca na reestruturação do espaço agrário, redinamizando a estrutura das unidades produtivas e também a relação emprego e renda, conforme ilustra a Tabela 12.

Tabela 11: Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nos anos de 1980 ,1995 e 2006

Ano	Total de Estabelecimentos	Total de pessoal ocupado no contexto agropecuário
1980	1316	8.325
1995	829	2833
2006	1335	3802

Fonte: Soares (2014) e IBGE (1995)

Organização: Calixto (2017).

Como já mencionado em capítulo anterior, o período compreendido entre 1980 e 1995 é caracterizado pelo decréscimo no número de estabelecimentos agrícolas e isso denota um espaço agrário da reconcentração fundiária, ou seja, ganha destaque as grandes propriedades. Ao mesmo tempo em que ocorre perda no número de ocupações no meio rural.

Essa concentração fundiária fora exatamente o ponto o motivo de surgimento do movimento em torno da sua reestruturação através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reivindicando reforma agrária.

O ano de 2006, pós-consolidação da grande parte dos assentamentos, registra uma retomada no aumento do número de estabelecimento rural e também

no número de pessoas ocupadas no campo, isso indica uma retomada das atividades com base na produção familiar, como sujeitos dessa prática, os pequenos proprietários, incluindo assentados moradores do assentamento Roseli Nunes.

CONCLUSÃO

O Espaço constitui-se em toda realidade material construída. Assim sendo, sustentado na natureza de acumulação/lucro do sistema de produção Capitalista, é contraditório, porque o cúmulo daqueles que são donos dos meios de produção acontece em detrimento daqueles que, na outra ponta, não os detém. Exemplo desta pesquisa, a concentração de terras por um grupo, implica na retirada de outro. Desta forma, por comportar estas contradições, também comporta diferentes personagens com aspirações distintas e, com isso, emergem-se neste Espaço movimentos de contestação a essa ordem estabelecida. Estas são forças de contra-espço que surgem como mecanismo de articulação de um novo arranjo a esse espaço, de outras possibilidades.

Assim, se o conceito de contra-espço indica a possibilidade de um rearranjo no espaço, este se torna, simultaneamente, uma possibilidade teórico-metodológica bastante atual para pesquisa geográfica. Indica a possibilidade de novos olhares sobre as questões que dinamizam a produção do espaço, especialmente à Geografia Humana, cuja reflexão sobre as questões sociais se tornam alvos potenciais da pesquisa. Neste sentido, esta provocação teórica, subsidiada pelo conceito de Formação Sócio Espacial permitiu-nos algumas aferições importantes sobre o processo (re)organização do espaço de Mirassol D'Oeste ao longo do tempo, quais sejam:

O Processo de formação do Espaço de Mirassol D'Oeste atendeu, inicialmente, a demanda políticas e econômicas inerentes ao contexto nacional brasileiro no final da primeira metade do século XX. Politicamente, atendia aos interesses de ocupação de “espaços vazios” na Amazônia, intentada pelo governo Getúlio Vargas. Essa intenção também buscava solucionar problemas sociais que se observavam nos maiores centros urbanos do Sul e Sudeste brasileiros, provocados pelo êxodo rural. Economicamente, abria a possibilidade do aumento da produção de alimentos, entre outros.

Os aspectos físicos geográficos foram importantes nesse processo, por que a territorialização desse capital necessitava e necessita de condições sociais e naturais que deem condições para isso. Neste sentido, os aspectos físicos-geográficos da região, através das condições climáticas de solo e relevo foram favoráveis.

Demonstrou a perseverança dos migrantes frente ao desconhecido e ao infortuno na tentativa de buscar uma vida melhor e realizar o sonho da terra própria. Apesar das dificuldades vividas, ante a ausência do poder público e oferecimento de serviços de infraestrutura por parte das empresas colonizadoras, grande parte permaneceu.

O processo de formação do espaço se deu nas bases da pequena propriedade. Os sujeitos colonizadores que aqui se assentaram, já acostumados com a vida no campo, introduziram nessas pequenas áreas o cultivo do arroz, do milho, do café, entre outros, que visava o consumo da família. Entretanto, comercializa o excedente como garantia de uma renda a mais para família. Esse fato traz consequências socioeconômicas importantes à medida que assegura maior número de pessoas envolvidas na produção econômica e geração de renda.

Há uma relação estreita entre a produção do espaço agrário e o surgimento do urbano de Mirassol D'Oeste; à medida que o espaço urbano vai se estruturando com formas (construções) e equipamentos que possam atender as demandas do meio rural (galpões de armazenamento de grãos, de beneficiamento e cereais, oficinas mecânicas) e também comercializar o excedente (pequenos comércios em geral). Além de equipamentos de atendimento cultural e social como escola, igrejas, postos de saúde, entre outros.

Do processo de colonização aos dias atuais, a forma de uso da terra e a questão fundiária variaram ao longo do tempo. Num primeiro momento trata-se da pequena propriedade com cultura diversificada de base familiar. No segundo momento insere a cultura do algodão que abrangem pequenos e maiores produtores. No terceiro momento ocorre o processo da pecuarização através do gado bovino, acarretando concentração fundiária; motivo este que provoca mobilização e a inserção dos assentamentos rurais.

As novas formas de uso da terra e a concentração fundiária que começam a ocorrer no final dos anos de 1980 são fortalecidas pela introdução da pecuária no município e região; atividade esta que requer a inserção de maiores áreas de terra para a pastagem. No entanto este é um fator causador da diminuição de postos de trabalho, pois a atividade pecuarista exige pouca mão-de-obra, sendo esta uma consequência negativa no contexto social do município porque provoca a saída da população em busca de outro lugar para viver.

A concentração fundiária é o principal fator em que se assentam as manifestações de contra-espço na região. A negligência na distribuição de terras (Reforma Agrária) faz ascender à ação dos movimentos sociais como forma de luta e contestação aquela estruturação do Espaço regional. Esta luta se pauta na esperança de famílias produzirem um (re)arranjo espacial na Região com outras possibilidades de vida com mais dignidade.

A constituição do assentamento Roseli Nunes no final da década de 1990 e início dos anos 2000, expressa o poder e a necessidade de forças de resistência (o contra-espço), como mecanismo de transformação social e, por conseguinte, do próprio espço, a dinâmica da Formação Socioespacial.

Dessa forma, o assentamento demonstra o processo de transformação do latifúndio improdutivo, por que acontece modificando a forma de uso e a apropriação daquele espço, implicando, conseqüentemente na sua reorganização.

Esta reorganização do espço é direta no ambiente agrário, entretanto, seus reflexos extrapola os limites do meio rural e se manifestam no município como um todo.

No meio rural reorienta a questão fundiária à medida que faz ocorrer o recortamento de antigos latifúndios, fazendo aumentar o número de pequenas propriedades e diminuir a concentração fundiária. Além disso, dinamiza a produção agropecuária com a retomada da agricultura familiar e ampliação da atividade leiteira. Este fato traz uma nova característica ao espço agrário do município - a atividade de base familiar que se ressurgue fazendo frente ao domínio da atividade canvieira e da pecuária de corte em grandes áreas de terra.

No meio urbano, a atividade produtiva no assentamento provoca modificação na economia local e fazem se refletir diretamente no meio urbano. Neste sentido, com a renda obtida, os assentados na procura de atendimento de necessidades algumas necessidades básicas, dinamizam o comércio, os serviços e ainda mobilizam ações que culminam na adoção de políticas públicas. São ações que, cotidianamente, marcam o processo de dinamização do espço do município.

O acesso a um pedaço de terra para essas famílias do assentamento vai além da conquista de um registro imobiliário, é a garantia da moradia, do trabalho, do alimento, de uma vida melhor. Por outro lado, uma vez conquistada, o pedaço de terra onde vivem, não é uma luta acabada. Trata-se de uma batalha que todo dia se refaz, diante das dificuldades de se manterem frente às pressões do grande capital,

neste caso, das monoculturas da cana-de-açúcar, da soja e da pecuária. É um processo de luta de suma importância para a reestruturação do espaço do município no passado e na atualidade: é a força do contra-espaço na região.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Devanir Oliveira de. **Mulheres na produção de hortaliças - processos agroecológicos numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero**. 2015. 105p. Dissertação (Mestrado profissional). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, SC. 2015

AZEVEDO, Doriane. **A estruturação física e institucional do território mato-grossense: breve discussão sobre os municípios**. XII encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. 21 a 25 de maio de 2007 Belém - Pará – brasil (fau-usp).

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 17, nº. 24 pp. 71-85 Jan.-jun./2014.

BRASIL –PNAE. **Apresentação -Ministério do Desenvolvimento Agrário e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acessado dia 31 de agosto de 2017.

BERGAMO, ANA LUCIA F. **As Transformações no Uso da Terra e seus Reflexos Socioeconômicos na Comunidade São Francisco em Cáceres-MT**. Monografia apresentada no Departamento de Geografia, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, 2016.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JR, João. **O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás**. Caminhos de geografia, v. 5, n. 12, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo**. Texto produzido para a 23ª Reunião Anual da ANPED– on line no site: www.mst.br, 1999.

CAMARGO, Lúgia (org.). **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômica/ecológica**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A natureza do espaço fragmentado**. Rio de Janeiro. ed.Bertrand Brasil, 2005. 3014p.

CARTA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES /MT. **A luta por um território Livre! Mirassol D'Oeste**, março de 2017.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 4ª ed. São Paulo: ÁTICA, 1991.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia política: território, escala de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto d. **A dinâmica migratória e o processo de ocupação do centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso.** - Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2011.

COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST.** Dissertação (Mestrado), 284 p. Dourados, MS : UFGD, 2010.

DA CRUZ, M. C. **O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a geografia.** GEOgraphia – Ano V – Nº 9, 2003.

Diocese São Luiz de Cáceres. **Movimento Boa Nova.** Disponível em <<http://www.diocesedecaceres.com.br>. Acessado em 28/02/2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** Año IX Nº 24 - Outubro de 2008.

_____ - **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica Para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais.** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. ano 8, n.6 janeiro/junho de 2005

_____ - **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

_____ - **A ocupação como forma de acesso à terra.** Trabalho organizado para apresentação no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

FERREIRA, H. I. M. e ROSSETO, O. C., **A Questão Agrária em Mato Grosso: O caso dos Assentamentos rurais da Fronteira Brasil- Bolívia; Cáceres-MT.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária - Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO. **O Algodão no caminho do sucesso.** Fundação/MT (Fundação MT, Boletim de Pesquisa, 01). Grupo de incentivo à cultura do algodão. p.64. Rondonópolis, 1997.

GECA – **Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal** – UFMT Coordenação: Rossetto, Onélia Carmem. GIRARDI, Eduardo Paulon. Cuiabá, Mato Grosso. Dezembro de 2013. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – Mato Grosso: Relatório 2012.**

GIRARDI Eduardo Paulon. **Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso.** Confins [Online], 25 | 2015, posto online no dia 06 Novembro 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org>. Acessado e: 18 Abril 2017.

HEINST, Andréia de Cássia. **Pioneiros do século XIX: memória e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D' Oeste**. Dissertação (Mestrado). 170 p. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT. 2003.

_____ - **Mato Grosso - entre relatos de memória sobre ocupação recente e a instituição da memória vencedora**. 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. **Produção Agrícola**. Anuário Agropecuário e agroindustrial de Mato Grosso, 1996, p. 262.

_____ - Censo demográfico 2010. Brasília: IBGE 2010.

JUNIOR, Marco Antônio Mitidiero. **Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais**. Agrária, São Paulo, No. 14, pp. 4-22, 2011.

LEFEBVRE, H. 2006 [1974]. **A produção o espaço, traduzido**. por Pereira, D. B. & Martins, S., Belo Horizonte, Não publicado.

LOURENÇO, Luana. **Conheça a história de Margarida Alves, que inspira a Marcha das Margaridas**. Revista Forum. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br>. Acessado em 07/07/2017

JUNIOR, José Sampaio de Mattos; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Assentamentos rurais: construção e reconstrução de territórios no maranhão. 2010**. Disponível em <https://www.uniara.com.br/legado/nupedo>. Cessado em 27/07/2017.

MEDEIROS, Leonilde S.. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e debates e questões**. **Cadernos Temáticos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 1 – 64, jan. 1994. (Ibase).

MEDEIROS, I. S, I. Borges, Tomás Pompeu Acióli. **Estatuto da Terra**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra>. Acessado em 17/04/2017.

MELO, N. A. **Pequenas Cidades da Microrregião Geográfica de Catalão (GO): Análises de Seus Conteúdos e Considerações Teórico Metodológicas**. Uberlândia: Instituto de Geografia UFU, 2008. 528p.

MENEZES, Marilda A, MALAGODI, Edgard, MARQUES, R. Francisco. **Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano**. In: Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais /Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, organização ; [autores] Bernardo Mançano Fernandes . . . [et al]. -- Brasília : MDA ; São Paulo : Uniara 2008.

MIRALHA, Wagner, HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Implantação de assentamentos rurais e sua importância social e econômica no município de Presidente Bernardes**. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio

Internacional de Geografia Agrária- Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2005, Presidente Prudente, SP.

MOREIRA, RUY. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Vozes, 1982.

_____. **As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades**. GEOgraphia Vol. 3, Nº 5, 2001.

_____. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa**. In: SANTOS, MILTON. et al. (Orgs.). **Território, territórios - Ensaio Sobre o Ordenamento**. 2ª. Ed. Niterói: DP&A-PPGEO/UFF, 2006.

_____. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso: Território Sociedade Ambiental**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MORENO, Gislaine. **O processo Histórico de acesso a terra em Mato Grosso**. Geosul, Florianópolis, v14, n.17. p 67- 90, jan/jun 1999. Cuiabá: Entrelinhas, 2005

_____. **Os (Des)Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. Tese de Doutorado em Geografia, FFLCH-USP, São Paulo: 1999.

MULLER, C. C. **Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste**. In:____. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 1990.n. 3. p. 45 a 74.

NASCIMENTO, Iara Silveira do; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; CRUZ, Carla Bernadete Madureira, NEVES, Ronaldo José; KREITLOW, Jesã Pereira; DASSOLLER, Tiago Ferrarezi. **Conservação das Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Roseli Nunes, Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 9, No. 4, Nov 2014.

NEUBURGER, Martina; GEIPEL, Florian. **As relações campo–cidade na periferia amazônica exemplos de mato grosso e Tocantins**. 2004

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Produtividade do algodão em Mato Grosso chega a 225 arrobas por hectare**. Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/algodao/144273-produtividade-do-algodao-em-mato-grosso-chega-a-225-arrobas-por-hectare>. Acessado em 10/05/2017

OLIVEIRA, Antoniel Assis. **Formação e trabalho no Movimento Sem Terra (MST): processos de resistência do campesinato**. - 237 pág. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. Labur Edições 2007.

_____- **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados 15 (43), 2001.

_____- **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. 4^o Ed. Contexto 2001.

OLIVEIRA, Flávio J.S. **O papel das pequenas cidades na dinâmica regional: Glória D'Oeste no contexto da região de Cáceres-MT**. (Monografia). Universidade do Estado de Mato Grosso. 2013.

OLIVEIRA, Moisés. Ribeiro. **Causa da evasão demográfica no município de Salto do Céu-MT: período de 1980 a 2008**. TCC. Dep. de Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres. 2008.

OLIVEIRA, Siumara Santos **(Des) caminhos da resistência camponesa nos assentamentos de reforma agrária: avaliação da sustentabilidade socioeconômica e ambiental no assentamento Roseli Nunes – município de Mirassol D'Oeste- MT**. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, 2015.

PAULA, Joycimar Francisco de. Responsabilidade socioambiental da empresa: um estudo de caso da COOPERB no espaço de Mirassol D'Oeste. (Monografia). Universidade do Estado de Mato Grosso. 2015.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 26^a edição. Editora brasiliense.1945

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>. Acesso em 05/07/2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no brasil**. Disponível em <<http://https://pib.socioambiental/pt/povo/bororo/.org>. Acessado em: 10/05/2017

ROMANCINI, R. S. **Novas Territorialidades nas Cidades Mato-grossenses**. Cuiabá: Ed, UFMT, 2009. 274 p. Il. color.

ROMEIRO, Juliana Ferreira. **Território, Lugar e Resistência: O caso da Pequena Central Hidrelétrica de Santa Rosa I (RJ/MG)**. 139 f. Dissertação (mestrado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2013.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **MST: Lutas e Conquistas**. 2^a Ed: São Paulo, 2010.

SCHLESINGER, Sergio. **Onde pastar? O gado bovino no Brasil**. – Rio de Janeiro: FASE, 2010.

SANTOS, F. FERREIRA, SANTOS, Josefa de Lisboa. **O MST e a luta pela terra no campo brasileiro. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia- MG, 2012.**

SANTOS, Kelem Cristina de Sene. **Espaços e (re)ocupações: a invenção do espaço urbano em Igarapé do Oeste (1955 – 1965).** Monografia. 87 p. Departamento de História da UNEMAT. 2004

SANTOS, MILTON. **A Natureza do Espaço. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.**

_____. **Espaço e Método. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.**

_____. **Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método.** São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 1978.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

SILVA, Mirlaine Moraes da. **A realidade social dos trabalhadores do corte de cana e o trabalho do assistente social.** III Simpósio Mineiro de assistentes sociais. 2013

SILVA, Tania Paula. BINZSTOK, Jacob. **Espaços de resistência camponesa na fronteira Brasil-Bolívia: os assentamentos rurais em Cáceres-MT.** 2015.

SILVA, Mariele de Oliveira. Almeida, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Revista nera – ANO 17,Nº. 25 – Julho/Dezembro de 2014.

SIQUEIRA, Elisabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cátia Maria Coelho. **O Processo histórico de Mato Grosso.** UFMT. Cuiabá. 1990.

SOARES, José Carlos de Oliveira. **Estudo de nascentes: subsídio às políticas de gestão da sub-bacia hidrográfica do córrego Caeté no sudoeste do Estado de Mato Grosso.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Cáceres – MT: UNEMAT, 2009.

SOARES, José Carlos de Oliveira. **Pequenas cidades da região de Cáceres – MT: papéis e significados na dinâmica socioeconômica regional.** Tese (Doutorado em Geografia) Niterói – RJ: UFF, 2014.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos.** Tese (Doutorado em Sociologia). 148 p. Araraquara – SP. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2012.

TARDIN, Marizete Gregório. **Ocorrência e expansão do bicudo-do-algodoeiro no estado de Mato Grosso: uma análise histórico-comparativa.** 158 f. Dissertação

(Mestrado em Agricultura Tropical) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2015.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO: breves considerações.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 13 – Ano 8, Maio 2011.

TV CENTRO OESTE. **SEBRAE divulga perfil econômico e social da região sudoeste de Mato Grosso.** Disponível em: <<http://www.sudoestemtnews.com.br/economia>>. Acessado em 14/06/2017.

VILAS BOAS, Eliana Garcia; SILVÉRIO, Leandra Domingues. **A luta pela terra de assentados(as) do Projeto de Assentamento Olhos D'água em Sacramento-MG.** 2013.